

# E D I T O R I A L

No último semestre, fomos surpreendidos pela nossa qualificação pela Capes no sistema Qualis. Se, em editoriais anteriores, estávamos discutindo a liberdade da Revista Três Pontos em relação a essas normas, proporcionada pela não classificação, agora temos pela frente o desafio de descobrir nosso lugar em meio a esse novo mundo, que traz consigo tanto vantagens quanto desvantagens.

É necessário nos questionar o que significa para uma revista de graduação ser classificado por um sistema que avalia a produção da pós-graduação e se devemos perseguir metas de excelência e produtividade que mudariam o objetivo principal da revista, ou seja, ser um espaço para a publicação de graduandos.

Embora a Revista Três Pontos, desde seu nascimento, tenha optado por seguir as normas do sistema Qualis para ter mais legitimidade e reconhecimento no meio acadêmico, gostaríamos de reforçar nosso caráter de um projeto realizado e financiado por estudantes de ciências sociais e para os estudantes em geral. Não estamos negando nossa felicidade em receber uma classificação, que, aos nossos olhos, é positiva. Mas não podemos negar o impacto que esse tipo de classificação tem sob nós. Se ao mesmo tempo a classificação vem com o intuito de ajudar alunos e professores a conhecer as publicações científicas do país, ela também traz exigências de produtividade que poderiam ter resultados maléficos.

Os três pontos que dão nome à nossa revista representam não apenas a confluência das três áreas das ciências sociais, mas também um espaço de questionamentos, de suspensão de certeza, enfim, de reticências. É nessa perspectiva que encaramos esse novo horizonte, tentando manter a nossa liberdade e autonomia, tentando manter as reticências em um mundo de pontos finais.

A REVISTA TRÊS [...] PONTOS, revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, é um periódico com publicação semestral, destinada a estimular a produção de conhecimentos científicos de graduandos e promover o debate teórico e empírico sobre os temas de interesse das Ciências Sociais. A REVISTA TRÊS [...] PONTOS é uma iniciativa de estudantes da UFMG e tem abrangência ampla e plural no que diz respeito a posições científicas e político-ideológicas. A REVISTA TRÊS [...] PONTOS publica artigos, resenhas, ensaios e trabalhos artísticos inéditos que tenham passados pelo crivo de pareceristas anônimos designados pela comissão editorial.

**EXPEDIENTE REDAÇÃO:**

REVISTA TRÊS [...] PONTOS  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627. FAFICH/UFMG – Sala 418B.  
Pampulha – CEP 31270-000. Belo Horizonte – MG. Telefone/Fax 31-3441-4603.  
revistatrespontos@gmail.com  
cacs.org.br/trespontos

**EDITOR-EXECUTIVO:**

Stephanie Reis (Discente - UFMG)

**EDITOR-ADJUNTO:**

Helena Santos Assunção (Discente - UFMG)

**CONSELHO EDITORIAL:**

Profa. Ana Lúcia Modesto (SOA-UFMG)  
Ariildo Hostalácio (Discente - UFMG)  
Prof. Carlos Ranulfo Félix de Melo (DCP-UFMG)  
Caroline Chaves (Discente - UFMG)  
Prof. Eduardo Viana Vargas (SOA-UFMG)  
Frederico Alves Lopes (Discente - UFMG)  
Luisa Mesquita (Discente-UFMG)  
Profa. Marlise Matos (DCP-UFMG)  
Monique Vilela (Discente - UFMG)  
Prof. Renarde Freire Nobre (SOA-UFMG)

**CONSELHO CONSULTIVO:**

Prof. Carlos Pereira (Universtiy of Michigan/EUA)  
Prof. Cícero Araújo (USP)  
Prof. Fábio Wanderley Reis (UFMG)  
Prof. Gustavo Lins Ribeiro (UnB)  
Prof. Ivan Domingues (UFMG)  
Prof. Leonardo Avritzer (UFMG)  
Prof. Marcel de Lima Santos (UFRN)  
Prof. Marcelo Medeiros (IPEA / PNUD)  
Profa. Mariza Corrêa (Unicamp)  
Profa Neuma Aguiar (UFMG)  
Prof. Pierre Sanchis (UFMG)  
Prof. Renan Springer de Freitas (UFMG)  
Prof. Solange Simões (University of Michigan/ EUA)

**PROJETO GRÁFICO:** Arthur Senra

**DIAGRAMAÇÃO:** Tiago Lopes

**CAPA:** Ana Paula Garcia Costa

**IMAGENS:**

Bruna Barros; pags. 3, 7, 8, 12, 24, 27, 34, 36, 47, 49, 53, 58, 61, 66, 69, 70;  
Máiria Tula; págs. 5, 18, 31, 41, 42;

**REVISÃO:** Ludmila Eliza Rocha Alves da Matta Fonseca

**FICHA CATALOGRÁFICA:** Biblioteca Fafich-UFMG.

**IMPRESSÃO:** Imprensa Universitária UFMG

**TIRAGEM:** 600 exemplares

**Circulação:** Junho de 2013

Número publicado com recursos provenientes do Centro Acadêmico de Ciência Sociais e da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, todos da Universidade Federal de Minas Gerais.

OS CONCEITOS EMITIDOS EM ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE ABSOLUTA E EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. OS TRABALHOS PUBLICADOS NA REVISTA PODERÃO SER REPRODUZIDOS DESDE QUE CITADO O AUTOR E A FONTE.

Revista Três Pontos : revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais.  
- Ano 8, n.2 (jul 2011/ dez 2011). - Belo Horizonte: Imprensa Universitária UFMG,2013.

V. ; 30,5 cm. Semestral  
Editor: Centro Acadêmico e Ciências Sociais/UFMG  
ISSN:1808-169X

1 Teoria social - Periódicos 2.Ciência Política - Periódicos 3. Sociologia e Antropologia  
- Periódicos I. Universidade Federal de Minas Gerais. II. Centro Acadêmico de Ciências Sociais. III.Título



## Sumário

69

**Dança como prática corporal de produção de intensidades:  
um estudo do Contato Improvisação**

Carolina Vas de Carvalho

81

**A transexualidade no/pelo judiciário mineiro: um estudo dos julga-  
dos do TJMG correlatos à transexualidade no período 2008 a 2010**

Thiago Coacci

93

**Belo Horizonte no início do século XX:  
uma cidade entre rupturas e continuidades**

Danielle Uchoa Alonso Rodrigues

103

**Contemporaneidade em voga: a atemporalidade das questões  
em "Nenhum, nenhuma", de Guimarães Rosa.**

Mariana de Almeida Paes Leme

109

**A economia solidária em uma linha de governança social:  
a nada utópica experiência de CECOSOLA**

Ciro Antônio da Silva Resende

121

**Recrutamento de lideranças, redes de relações,  
engajamento e militância no MST**

Carla Betânia Reiher e Maria Rita Ribeiro

131

**A política em José Ortega y Gasset:  
o agir humano no início do Século XX**

Gustavo Martins do Carmo Miranda



# Dança como prática corporal de produção de intensidades: um estudo do Contato Improvisação

**Carolina Vas de Carvalho**

Graduanda de Ciências Sociais da UFMG

**Palavras chave:**

Contato Improvisação; Antropologia do Corpo; Dança, Encorporeação/ Embodiment; Natureza vs Cultura; Intensidades; Gilles Deleuze e Félix Guattari;

**Key words:**

Contact Improvisation; Anthropology of the Body; Dance; Embodiment; Nature vs culture; Intensities; Gilles Deleuze and Félix Guattari;

**RESUMO:** No presente artigo, uma questão ou um questionamento sobre o corpo presente nas práticas e nas reflexões que envolvem a forma de dança denominada Contato Improvisação é o ponto de partida para uma breve revisão das principais abordagens sobre o corpo nas Ciências Sociais, especialmente na Antropologia, relacionadas a negociações sobre os domínios *natural* e *cultural*. A análise de um aspecto específico do Contato Improvisação ilustra a sugestão de que a noção de *intensidades*, na forma como desenvolvida por Deleuze e Guattari, pode elucidar relações dessa e de outras práticas que envolvem o corpo com modos diferenciados de engajamento no mundo.

**ABSTRACT:** In this article, a question or reasoning about the body that is presented in the practices and thoughts regarding de dance form known as Contact Improvisation, is the starting point for a brief review of the main perspectives on the body in the Social Sciences, particularly in Anthropology, related to negotiations of the *natural* and *cultural* domains. The analysis of a specific aspect of Contact Improvisation exemplifies the suggestion that the notion of *intensity* as developed by Deleuze and Guattari may evince the relation between some practices involving the body and different ways of engaging in the world.

Uma célebre frase que já se tornou domínio público, cuja autoria é por vezes atribuída a Thomas Edison ou Albert Einstein, diz que a criatividade ou a genialidade é um por cento inspiração e noventa e nove por cento transpiração, denotando a existência em jogo de ao menos duas espécies de elementos envolvidos nas atividades criativas - um elemento menor de acaso, sorte ou dom, a inspiração, e um segundo elemento dominante, o esforço ou o trabalho racionalmente dirigido para o desenvolvimento dessa inspiração, a transpiração. A dança, uma forma de arte, também pode ser pensada como uma atividade criativa que alia, tradicional, uma pequena dose de inspiração fortuita a uma grande quantidade de transpiração intencional. O que dizer de uma forma de dança, o Contato Improvisação, que pretende, justamente, inverter os papéis do acaso e da razão?

"[N]ot art, not sport, not most of the things which characterize dancing in this century"<sup>1</sup> (PAXTON, 1993 : 62), o Contato Improvisação pode ser sumariamente definido como uma dança improvisada, comumente realizada em pares, baseada nos estímulos e nas trocas de peso entre os participantes. Idealmente, de acordo com os que a praticam, esta dança surgiria pela atuação de forças naturais sobre os corpos, que deveriam se mover de forma "livre e espontânea", sem o controle da razão consciente. Os praticantes estariam interessados em explorar as possibilidades físicas de movimento improvisado, sem preocupação com o resultado estético, apurando os sentidos para um diálogo entre corpos que se moveriam como um só.



O papel particular que exerce o corpo no Contato Improvisação pode ser um interessante ponto de partida para uma reflexão sobre algumas formas como o corpo foi tratado no pensamento ocidental, particularmente na Antropologia. Em um texto clássico, norteador de parte considerável dos estudos antropológicos sobre o corpo, o sociólogo francês Marcel Mauss escreveu: "O corpo é o primeiro instrumento do homem. Ou, mais exatamente, sem falar de instrumento: o primeiro e o mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico, do homem, é seu corpo" (MAUSS, 2003 : 407). Objeto ou meio técnico, o corpo não consta nessa reflexão como possível sujeito da técnica. No entanto, parece ser esse o papel atribuído ao corpo no Contato Improvisação.

Neste artigo procuro estudar possíveis relações do Contato Improvisação, enquanto prática corporal, com a produção de corpos e conse-

<sup>1</sup> Tradução livre: "nem arte, nem esporte, nem a maioria das coisas que caracterizam a dança nesse século [século XX]".

quentemente de sujeitos, que se distanciam da concepção ocidental moderna de humanidade, em muitas situações dominante, e estabelecem formas diferenciadas de engajamento com o mundo, pautadas por critérios que não a racionalização e o controle da experiência corporal, que, pretendo mostrar, podem ser chamadas de intensivas. O trabalho apresentado aqui se baseia em minhas experiências prévias em dança, na observação e participação em algumas oficinas de Contato Improvisação (organizadas e promovidas pelo grupo Hoy Pociiga entre Setembro e Dezembro de 2009), em uma bibliografia referente à dança construída principalmente a partir das indicações de contatistas "profissionais" e "amadores" e nas conversas, em sua maior parte informais, com pessoas que conheci nesse percurso.

## Breve História do Contato Improvisação

*"...a working model began to emerge in my mind. The working model was based on aspects of an experience that I'd had while working with another person, in which an interesting event occurred and was confirmed by both of us. Moments of the duet, typically manifesting as "accidental" and flowing streams of movement, were for both of us pleasant, highly stimulating, and elemental. (...) It needed a name, so we could refer to it without unwanted connotations. Contact Improvisation...?" (PAXTON, 1993 : 64, ênfases do texto original)*

O Contato Improvisação (*Contact Improvisation*, CI) é uma forma de dança estruturada na improvisação, típica, mas não exclusivamente, realizada em duetos (o CI pode ser realizado também em grupos ou mesmo solo, fazendo algum objeto às vezes do parceiro), que surgiu na década de 1970 nos Estados Unidos a partir das investigações em dança do bailarino Steve Paxton e de alguns colaboradores. Conforme aparece nos diversos relatos sobre o desenvolvimento do CI (GIL, 2004; LEITE, 2005; NEDER, 2005; NOVACK, 1990; PAXTON, 1993; 1996; 2009a; 2009b; SMITH, 2006), Paxton, que havia trabalhado com nomes importantes da dança moderna, estava interessado em estudar como a improvisação poderia facilitar a interação física e permitir que as pessoas participassem igualmente, sem empregar hierarquias sociais arbitrárias no grupo, buscando desenvolver um conhecimento reflexivo do corpo e uma estética baseada nas "necessidades" e nos limites físicos corporais.

Essa forma de dança começou a tomar corpo em um curso que Paxton ofereceu na Oberlin College (Oberlin, Ohio, EUA) em janeiro de 1972, no qual explorava dois extremos de desorientação física - a desorientação ao atirar-se no espaço e na percepção interna dos movimentos mínimos ao ficar parado. Em junho deste mesmo ano, Paxton preparou uma apresentação na John Weber Gallery (Nova Iorque, Nova Iorque, EUA) baseada nesses estudos (NOVACK, 1990;

PAXTON, 1993; 2009 [I]; SMITH, 2006). Reuniu um grupo de dançarinos, colegas e alunos e um vídeo artista, e juntos moraram e trabalharam por duas semanas. Durante esse período, o termo Contato Improvisação foi cunhado para denominar uma prática rotineira do grupo, apresentada em público pela primeira vez na John Weber Gallery. Esta prática consistia na investigação das possibilidades de movimento improvisado de dois corpos em contato físico. Já em sua primeira apresentação pública, o Contato Improvisação se configurou como uma dança informal - não havia figurinos especiais, iluminação ou sonoplastia, o "cenário" se resumia a colchonetes no chão para amortecer as quedas, e não havia um "espetáculo" montado, com começo e fim.

Terminado este trabalho, o grupo se dispersou. Os dançarinos começaram a ensinar o Contato Improvisação a outras pessoas para continuarem a praticar e experimentar. A ausência do objetivo de virtuosismo, como coloca Fernanda Hübner de Carvalho Leite<sup>3</sup> (2005), e o foco nas sensações internas do movimento em detrimento da aparência destes foram fatores que contribuíram para a rápida expansão do CI entre bailarinos e não-bailarinos. Em um breve período de tempo, surgiram pequenos grupos locais em várias partes dos Estados Unidos, experimentando e desenvolvendo o Contato Improvisação de formas e em direções bastante variadas. A organização em núcleos locais independentes se espalhou pelo mundo junto com a dança e persiste ainda hoje, contribuindo para a diversidade de significados, práticas e usos do CI<sup>4</sup>.

As primeiras preocupações com certa unificação da dança surgiram em 1975, quando bailarinos que participaram com Paxton da primeira turnê de Contato Improvisação nos EUA se encontraram na Califórnia para praticar, apresentar, discutir e trocar experiências, o que ficou conhecido como ReUnion. O sentimento de que faziam parte de algo que não era temporário e as preocupações com o ensino perigoso (motivadas por relatos de acidentes em aulas e práticas), com a fragmentação do movimento e com a perda de reputação do CI levaram os integrantes do ReUnion a pensarem na necessidade de formalização e institucionalização. O grupo optou por exercer um controle apenas "indireto" sobre a comunidade que se formava em torno do Contato Improvisação<sup>5</sup>, por meio de cartas e publicações que se consolidaram na criação do periódico *Contact Quarterly* em 1976. O *Contact Quarterly* e a *Contact Collaborations Inc.*, organização por trás do periódico fundada em 1978, são atualmente referências centrais para o Contato Improvisação. A revista e a página na internet de mesmo nome<sup>6</sup> são veículos de comunicação e integração de praticantes de CI de todo o mundo.

## Faz-se um contatista

O processo de aprendizagem do Contato Improvisação, segundo Cynthia J. Novack<sup>7</sup> (1990), consiste no desenvolvimento de habilidades para

<sup>2</sup> Tradução livre: "... um modelo de trabalho começou a emergir em minha mente. O modelo de trabalho era baseado em aspectos de uma experiência que tive enquanto trabalhava com outra pessoa, durante a qual um evento interessante ocorreu e foi confirmado por ambos. Momentos do dueto, tipicamente manifestados como uma corrente de movimento "accidental" e fluida, eram para ambos agradáveis, altamente estimulantes e elementares. (...) Precisava de um nome, para que pudéssemos nos referir a ele [modelo de trabalho] sem conotações indesejadas. Contato Improvisação...?"

<sup>3</sup> Atriz, produtora, bailarina, contatista e especialista em Pedagogias do Corpo e da Saúde.

<sup>4</sup> A diversidade de formas de se pensar e praticar o Contato Improvisação é foco de reflexão dos próprios contatistas, aparecendo frequentemente nas discussões na revista *Contact Quarterly*. Destaco como ilustrativo o artigo em que o praticante, professor e pesquisador Dey Summer resume os resultados de uma pesquisa informal com grupos de CI de várias partes do mundo abordando, justamente, a variedade de práticas e de concepções acerca da dança (SUMMER, Dey, "Dancing into the questions: a survey of CI focus groups and labs. *Contact Quarterly*, v. 35, n. 1, Anual 2010, pp. 40-43).

<sup>5</sup> A existência de uma comunidade englobando os praticantes de Contato Improvisação nos Estados Unidos é um dos argumentos defendidos por Novack em seu livro.

<sup>6</sup> <http://www.contactquarterly.com/>

<sup>7</sup> Antropóloga, bailarina e professora universitária de dança.

se mover em um determinado estilo ao invés de no domínio da execução de um conjunto específico de passos ou movimentos, o que diferenciaria o CI dos esportes e da maioria das outras danças. Dentre as habilidades treinadas estão cair, rolar, orientar-se no espaço em mudanças bruscas de posição, usar a visão periférica, colocar e perceber peso com diferentes partes do corpo, entregar e amortecer o corpo. Novack e Leite comentam que alguns professores ensinam essas habilidades fazendo os alunos praticarem determinados movimentos, outros ensinam o tipo de consciência e atenção que acreditam levar à técnica, mas raramente um movimento é apresentado para ser imitado com precisão - os alunos aprendem principalmente dançando com pessoas diferentes e ajustando assim suas movimentações.

Independentemente da abordagem dos professores, todos instruem seus alunos a concentrarem-se nas sensações físicas do toque e da pressão. O sentido do toque e as ações reflexas são reiteradamente apresentados como mais importantes do que a visão e a escolha consciente de movimentos. Os alunos também devem aprender a lidar com a desorientação espacial e se mover em eixos que fogem da verticalidade cotidiana. A ênfase na necessidade de apuração da sensibilidade corporal levou a uma aproximação dos praticantes de Contato Improvisação com as chamadas técnicas de consciência corporal, ou "educação somática", como, por exemplo, Eutonia e Técnica Alexander<sup>8</sup>, o que aparece com frequência na formação dos contatistas profissionais.

O peso e a altura dos dançarinos não seriam importantes na prática de CI - o sucesso dependeria muito mais da consciência do movimento próprio e do outro do que da força muscular, o que torna o Contato Improvisação uma dança aberta a uma maior variedade de corpos em comparação a outras, como o balé clássico. A habilidade de perceber as mudanças sutis de peso e movimento, e conseqüentemente de dançar com diferentes pessoas, seria característica definidora de contatistas avançados, de acordo com as opiniões expressas por praticantes nas conversas durante esta pesquisa e os relatos na literatura consultada.

## O corpo na teoria antropológica

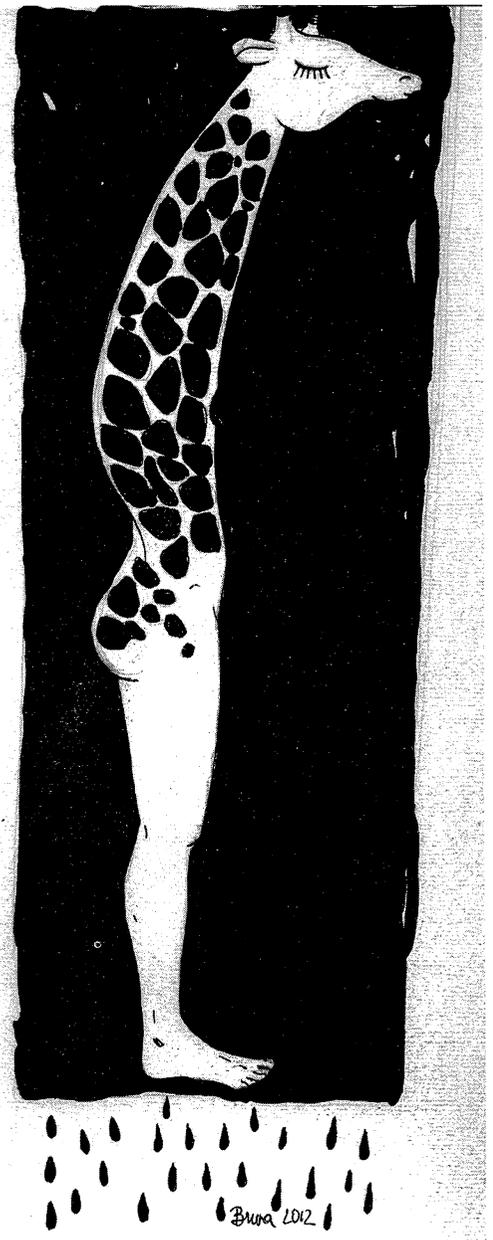
Como espero ter ao menos sugerido, o corpo ocupa um lugar especialmente importante nas práticas de Contato Improvisação e nas reflexões acerca desta dança. Para os propósitos deste estudo, igualmente, não há como falar em dança e prática corporal na Antropologia sem falar em corpo e na relação entre corpo e o conceito de ser humano. A definição do humano, central a uma "ciência do homem" como se propõe em princípio ser a Antropologia, está diretamente ligada à definição do não-humano e das relações entre esses dois domínios. No caso do pensamento ocidental moderno, do qual a Antropologia como disciplina científica nasceu, a definição da humanidade passa por reflexões sobre semelhanças universais, que uniriam todos

os seres humanos como uma espécie singular frente às outras espécies animais, e diferenças particulares, que responderiam pela diversidade dos modos de vida dos grupos humanos - semelhanças e diferenças articuladas, respectivamente, nas noções de 'natural' e 'cultural'<sup>9</sup>.

Ao longo da história da disciplina, diferentes perspectivas teóricas apresentaram implícita ou explicitamente variadas concepções, separações e articulações desses domínios conceituais ligadas a formas muito distintas de se estudar o ser humano e suas relações com si mesmo, com outros seres humanos e com o resto do mundo. A revisão das principais perspectivas teóricas sobre o corpo nas Ciências Sociais apresentada pelo sociólogo David Le Breton (2007) e pelo antropólogo Eduardo Vargas (2001) explicita uma tendência de concentração das proposições teóricas em três pólos gerais de abordagens. A primeira e a mais frequente forma de abordagem mencionada, chamada por Vargas de "elusiva" e por Le Breton de "corpo implícito", trata os corpos como pressupostos não problematizados, como reforço ou resultado da divisão do conhecimento entre Ciências Naturais e Ci-

**8** A Eutonia é uma prática de conscientização corporal centrada no trabalho sobre o tônus muscular, criada pela alemã Gerda Alexander na década de 1950. Tem por objetivo promover o desenvolvimento das capacidades de percepção e controle da tensão muscular, procurando o equilíbrio de forças nos movimentos e evitando tensões musculares desnecessárias (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EUTONIA, 2011). A Técnica Alexander foi desenvolvida pelo autor australiano Frederick Matthias Alexander na década de 1890 e propõe uma reeducação do sistema psicofísico, baseada na autopercepção dos movimentos, para desconstruir padrões viciosos de tensão que interferem na coordenação e no funcionamento do corpo como um todo (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA TÉCNICA ALEXANDER, 2011).

**9** Como nota Tim Ingold no artigo "Humanidade e Animalidade" (1995), "natureza" é um dos conceitos mais polivalentes em diversos idiomas. Pensar sobre a natureza humana, destarte, significaria coisas essencialmente diferentes, quer o foco esteja no 'homo sapiens como uma espécie animal em relação a outras espécies animais' ou na 'humanidade como condição de existência distinta da animalidade'. Se não há um significado único para natureza, tampouco se podem reduzir os usos do conceito de cultura a uma única acepção. No entanto, ainda que suas fronteiras sejam fluidas e incertas, ambos os conceitos são frequentemente definidos como opostos e complementares.



ências Humanas. Como expõe Vargas (2001), o surgimento e a afirmação das Ciências Sociais como campo científico em fins do século XIX e início do século XX teria dependido em parte da delimitação de um campo de estudos alheio às Ciências Naturais, sustentada na divisão epistemológica entre os aspectos "naturais", do mundo e do fenômeno humano, e os aspectos "culturais" e "sociais", exclusivamente relativos aos homens, remetendo à oposição cartesiana entre corpo e mente, de longa tradição no pensamento ocidental. Os sociólogos Brian Turner e Chris Shilling, mencionados por Vargas, destacam a enorme dificuldade das Ciências Sociais em levar a questão da incorporação<sup>10</sup> a sério como problema uma vez que muitos pensadores desse campo aceitariam como óbvio o dualismo entre corpo e mente e concentrariam seu foco no pólo mente. Assim, muitas ideias sobre o corpo e sobre o meio ambiente, não raras vezes fundadas em noções de determinismos biológicos, aparecem, de forma implícita ou explícita, sem questionamento, por serem consideradas fora dos limites da disciplina. Por exemplo, na obra de Max Weber, a mortalidade e o ciclo orgânico da vida são apresentados como tendo importância de primeira ordem, mas não suscetíveis à compreensão sociológica. Por sua vez, Karl Marx, juntamente com Engels, afirma que a produção do meio de vida humano é condicionada pela organização corporal dos indivíduos, fato constatado mas não discutido. Finalmente, para ficarmos com os considerados "pais fundadores" das Ciências Sociais, Émile Durkheim emprega a noção de *homo duplex* - parte "anjo" e parte "besta", dividido entre as dimensões biológicas do organismo e as dimensões morais e mentais da sociedade - tendo contribuído para torná-la amplamente difundida nas Ciências Sociais (VARGAS, 2001 : 505).

Ao lado desse conjunto de abordagens que trata apenas implicitamente do corpo, as outras tendências apresentadas por Le Breton e Vargas são as perspectivas naturalistas e as perspectivas culturalistas. As abordagens naturalistas, de acordo com Vargas (2001: 507), são consideradas "politicamente incorretas" atualmente e não predominam nos trabalhos que tratam diretamente do corpo nas Ciências Sociais, mas são populares e implicitamente adotadas em muitos outros campos de conhecimento que estudam os seres humanos, como a medicina, em especial a psiquiatria. Essas abordagens no geral consideram que capacidades e limitações do corpo humano, na interação com outros humanos e com o ambiente, definem os indivíduos e geram relações sociais, políticas e econômicas. Um exemplo clássico dessa forma de abordagem seria a corrente teórica evolucionista de Lewis Morgan, do século XIX, que parte de uma metáfora orgânica da sociedade para postular o desenvolvimento dos grupos humanos por estágios pré-determinados de complexidade social. Alguns pontos dessa teoria evolucionista, criticados e revistos, foram retomados posteriormente à década de 1930 nas correntes neoevolucionista e da ecologia cultural, abordagens que tentam dar conta das dinâmicas sociais a partir de modalidades de

adaptação humana ao meio ambiente. A Sociobiologia, associada de forma mais próxima à Biologia, seria um ramo de conhecimento mais recentemente derivado das teorias evolucionistas sociais, segundo o qual certos comportamentos humanos e animais estariam ligados a combinações genéticas e submetidos à seleção natural.

Contra uma visão biologizante do corpo, a antropologia de orientação social e cultural apresentou modelos de construção e representação sociais do corpo, presentes nas descrições e explicações de mitos, ritos, sistemas de classificação e tantos outros aspectos da vida social na literatura da disciplina. O estabelecimento do corpo como objeto específico de estudo antropológico deve muito à clássica comunicação de Marcel Mauss, já mencionada no início deste artigo, dirigida em 1934 à Sociedade de Psicologia francesa - "As técnicas do corpo" (2003). Por 'técnicas do corpo', retomemos, Mauss se refere a maneiras tradicionais e eficazes pelas quais os homens fazem uso de seus corpos em cada sociedade. Alguns aspectos das técnicas corporais apontados por Mauss marcaram profundamente o estudo do corpo na disciplina: a ênfase na montagem social dos corpos, educados para se adaptar a seus usos e ordenados por sistemas simbólicos. Mesmo antes da influência da comunicação de Mauss, outros antropólogos já tratavam do corpo por uma perspectiva que semelhantemente enfatizava dimensões simbólicas sociais do corpo - Robert Hertz, por exemplo, no ensaio "A preeminência da mão direita", primeiramente publicado em 1909 (HERTZ, 1980), e Margaret Mead, em seus estudos sobre cultura e personalidade nas décadas de 1920 e 1930<sup>11</sup>. De fato, as abordagens de viés simbólico ou culturalista se consolidaram, sendo consideradas tradicionais ou clássicas nas Ciências Sociais (ALMEIDA, 2004; CSORDAS, 1994; INGOLD, 2005; LE BRETON, 2007; VARGAS, 2001).



<sup>10</sup> Uso o vocábulo "incorporação" para me referir à noção de *embodiment*, seguindo a sugestão de Viveiros de Castro (2002b : 374, nota 32), por considerar que os termos "incorporação" ou "encarnação" carregam uma conotação indesejada ao contexto, devido à sua ligação ao tema do transe, da mediunidade e da possessão na tradição antropológica brasileira. O emprego de "incorporação", contudo, não é unânime dentro da disciplina, sendo explicitamente criticado, por exemplo, em MALUF, 2001.

<sup>11</sup> Cito, como exemplo, a obra da autora publicada em 1935, *Sexo e Temperamento* (São Paulo: Perspectiva, 1976).

<sup>12</sup> O pós-modernismo antropológico foi um movimento de autocritica e autorreflexão que questionou pontos considerados centrais para as teorias e as práticas da disciplina, dentre os quais as fundações cartesianas do pensamento ocidental que embasam a oposição entre natureza e cultura, entre sujeito e objeto, indivíduo e sociedade, humanidade e animalidade, o dado e o construído, o "nativo" e o "etnógrafo", etc. Para maiores informações sobre o movimento pós-moderno na Antropologia, cf., por exemplo, REYNOSO, C. (ed.). *El surgimiento de la antropología posmoderna*. Barcelona: Gedisa, 1991.

## Natureza e/ou Cultura

Descola & Pálsson ([1996] 2004) comentam que a dicotomia entre natureza e cultura tem sido um dogma central na antropologia há mais de 50 anos, provendo ferramentas analíticas para programas de pesquisa aparentemente antitéticos (os autores se referem a abordagens culturalistas ou simbólicas e abordagens materialistas) e marcando a identidade da disciplina como um todo. Apesar da variedade de análises, afirmam os autores, o conteúdo dos conceitos de natureza e cultura empregados nos estudos sempre se referia implicitamente aos domínios cobertos por essas noções na cultura ocidental. O que se nota é que as abordagens distribuídas nas três perspectivas tipificadas por Le Breton e Vargas, díspares e variadas como são, tomam a dicotomia como dada e compartilham um mesmo conceito universalista de natureza.

Vários autores, dentre os quais podemos citar Descola (2000; [1006] 2004), Tim Ingold (1995; 2005), Bruno Latour (1994; 2000; 2002) e Eduardo Viveiros de Castro (2002a; 2002b), argumentam que a divisão entre "Natureza" e "Cultura" ou "Sociedade" não apenas sustenta toda uma tradição epistemológica, mas é elevada a dimensões ontológicas, fazendo parte do que pode ser considerado uma cosmologia ocidental de maior prestígio. Ingold (1995) observa, ainda, que é característica marcante da tradição ocidental a tendência a pensar por meio de dicotomias paralelas, de forma que a oposição entre natureza e cultura ou sociedade é relacionada a outras, tais como corpo e espírito, objeto e sujeito, emoção e razão, instinto e técnica, animalidade e humanidade, indivíduo e sociedade, ou ciências naturais e ciências humanas. "O problema está no fato de que a herança do pensamento dualista invade até mesmo nossa concepção de ser humano" (INGOLD, 1995), resultando na definição de uma criatura constitucionalmente dividida em termos ontológicos semelhantes, como aparece nas perspectivas supra apresentadas.

Creio que podemos acrescentar um quarto grupo de concentração de teorizações sobre o corpo na Antropologia aos três grupos apresentados por Le Breton e Vargas. Trata-se de esforços posteriores ao recente "boom" sobre o corpo nas Ciências Sociais, como observa o antropólogo português Miguel Vale de Almeida (2004). Apesar de representarem uma tendência mais recente, tais abordagens não são tão novas, mas frutos de questionamentos expressos mais intensamente desde pelo menos meados da década de 1970, impulsionados pelo que ficou conhecido como movimento pós-moderno<sup>12</sup>, por experiências etnográficas que desafiavam o corpo teórico e metodológico tradicional da disciplina<sup>13</sup> e pela percepção de que mesmo as práticas ocidentais não condiziam com o que era expresso no pensamento científico e filosófico "clássico"<sup>14</sup>. O conjunto de perspectivas em questão se caracteriza por tentativas diversas de superar ou evitar a oposição entre o 'natural' e o 'cultural' e outras dualidades relacionadas. Comentarei brevemente a forma como alguns autores de abordagens desse tipo, Thomas J.

Csordas, Tim Ingold e Paul Richards, tratam da questão do corpo. Ressalto não serem esses autores mais importantes que outros nem apresentarem uma síntese das abordagens mais recentes a que me refiro - detenho-me neles por apresentarem ideias instigantes para pensar de forma um pouco diferente a dança e, particularmente, o Contato Improvisação. Em comum, estes três antropólogos apresentam como grandes influências a fenomenologia de Maurice Merleau-Ponty e a teoria da *praxis* de Pierre Bourdieu.

Partindo desses marcos teóricos, Csordas propõe o *embodiment*, ou "encorporação", como paradigma antropológico em um artigo publicado em 1990, desenvolvendo a ideia na introdução do livro de 1994 sobre incorporação e experiência por ele organizado. A proposta de Csordas é abordar o corpo não como objeto a ser estudado em relação à cultura, mas como sujeito da cultura, dimensão existencial desta, e como perspectiva para repensar o conceito de cultura, operando, segundo o próprio autor, uma inversão em relação aos estudos tradicionais da Antropologia do Corpo (CSORDAS, 1990; 1994). Tal perspectiva se fundamentaria sobre uma necessária visão metodológica não dualista do corpo/mente, considerados um mesmo princípio ou formas diferentes de enfocar um mesmo fenômeno, o que Csordas formula valendo-se de algumas proposições da fenomenologia de Merleau-Ponty ("corpo" como ajustamento em relação ao mundo, "consciência" como projeção do corpo no mundo, percepção pré-objetiva) e da teoria da *práxis* de Bourdieu ("corpo" socialmente informado como princípio de geração e unificação de toda prática e "consciência" como forma de cálculo estratégico fundido com um sistema de potencialidades objetivas).

A percepção e a prática estão no cerne das formulações teóricas de Tim Ingold e Paul Richards. De viés ecológico, a perspectiva de Ingold (2005), chamada pelo autor de *dwelling perspective*<sup>15</sup>, se funda em um modelo de ser humano como "lócus singular de crescimento criativo em um campo de relacionamento continuamente desdobrado" para discutir as relações entre homem e ambiente em termos diferentes dos tradicionalmente postulados (ser humano como um sujeito racional frente ao mundo objetivo da natureza)<sup>16</sup>. Na *dwelling perspective*, a percepção envolveria um engajamento ativo da pessoa "como um todo"<sup>17</sup> com seu meio, em um processo contínuo do qual desdobraria o mundo percebido como um campo de relações, retomando a fenomenologia de Merleau-Ponty. Ingold argumenta que as variações culturais consistiriam em variações de habilidades (*skills*), entendidas não como técnicas corporais, transmitidas de geração em geração, mas como capacidades de ação e percepção do ser orgânico em um meio ricamente estruturado, recriadas e encorporadas por meio do treinamento e da execução de tarefas específicas, ressoando o conceito de *habitus* de Bourdieu.

A perspectiva da performance<sup>18</sup> defendida por Richards também enfoca capacidades encorporadas indissociáveis de atividades práticas, dificilmente codificadas na forma de "conhecimento

13 Por exemplo, cf. as experiências de Descola (2000; [1996] 2004) e Viveiros de Castro (2002a; 2002b) entre populações indígenas americanas e de Marilyn Strathern (1980; 2006) na Melanésia.

14 Cf., entre outros, os estudos de Latour (1994; 2000; 2002) sobre as práticas científicas ocidentais, de Marshall Sahlins (2005) sobre uma "cosmologia nativa" do Ocidente, e de Roy Wagner (1981) sobre as práticas antropológicas e os conceitos de "convenção" e "invenção".

15 O verbo do inglês to dwell significa habitar, morar, residir, viver, e atenta, na explicação de Ingold, para um processo de relação intencional que atribui significado ao meio em que se vive.

16 Partindo da afirmação da fenomenologia de Merleau-Ponty de que a pessoa e o mundo se constituem mutuamente no processo de percepção, Ingold formula argumentos interessantes na discussão sobre natureza e cultura. A ideia de natureza como um domínio, para o autor, só seria possível para um ser que se acredita separado (detached) do mundo dito natural, que se pensa de outra natureza (uma natureza cultural/social) que a natureza da natureza, por assim dizer (INGOLD, [1996] 2005). Seria um produto do pensamento, não um dado da percepção. Por consequência, não haveria de antemão uma separação entre pessoa e ambiente, ou entre natureza e cultura/sociedade, argumento prevalente na abordagem que propõe.

17 Algumas implicações da percepção como um engajamento da pessoa 'como um todo' são explicitadas no capítulo "Stop, look and listen! Vision, hearing and human movement" (INGOLD, 2005: 243-287) em que o autor, após uma discussão sobre os sentidos da visão e da audição na sociedade ocidental em comparação com material etnográfico, propõe que "vision is a kind of hearing, and vice versa" (algo como "a visão é um tipo de audição, e vice-versa") e que o corpo inteiro funciona como um único órgão de sentidos.

18 Como afirma explicitamente o próprio autor (RICHARDS, 1993), a perspectiva da performance de Richards traça uma analogia com as performances musicais, sendo distinta da Antropologia da Performance desenvolvida por Victor Turner, voltada para os aspectos dramáticos e interpretativos dos rituais.

local" ou transmitidas por meio de educação formal (RICHARDS, 1993), em um posicionamento do autor contra a noção de cultura como uma estrutura acabada (RICHARDS, [1996] 2005). Richards defende que uma atenção maior deveria ser voltada para as habilidades performáticas que os agentes sociais apresentam na vida cotidiana, habilidades e capacidades de improvisação como as dos músicos – e dos dançarinos, eu acrescentaria – para lidar com os erros individuais e fatores imprevisíveis e, ainda assim, não interromper o fluxo da vida, ou da música.

Algumas críticas, contudo, são feitas a essas teorias da encorporação. Segundo Almeida (2004), a teoria de Csordas ignoraria, por um lado, a influência das ideias de Michel Foucault, como a relação entre corpos e mecanismos de poder, e, por sua intenção universalista, tampouco contemplaria casos etnográficos em que claras distinções são elaboradas entre corpo e pessoa. Além disso, como afirma o próprio Csordas, o paradigma da encorporação não visa substituir o modelo textual (que se alinha ao conjunto de abordagens culturalistas da divisão de Le Breton e Vargas), apenas complementá-lo, postura que Terence Turner caracteriza de forma negativa como uma retomada do estruturalismo visando restabelecer a hegemonia intelectual perdida com a crítica pós-moderna (TURNER, T. *apud* ALMEIDA, 2004 : 15). O próprio Tim Ingold, por fim, aponta limitações na aplicação dessas perspectivas: a "encorporação" da cultura teria levado a uma "desencorporação" do organismo, e o postulado de equivalência teórica não fora suficiente para superar as dificuldades da disciplina no uso prático dos termos corpo e mente<sup>19</sup>; haveria dificuldade, ainda, em transformar as abordagens de inspiração fenomenológica em um programa de pesquisa capaz de fornecer respostas mais acuradas do que as atualmente conhecidas sobre questões como o funcionamento do cérebro humano – mesmo que tais abordagens possam oferecer uma perspectiva mais "vívica" da existência humana no mundo do que as Ciências Cognitivas.

## Contato Improvisação e as perspectivas antropológicas sobre o corpo

As diversas perspectivas teóricas sobre o corpo na Antropologia apresentadas permitiriam o estudo de variados aspectos do Contato Improvisação que envolvem a questão corporal. Sem pretensões de exaurir as possibilidades do tema, pontuo superficialmente alguns desses aspectos. Como trabalhos acadêmicos sobre o Contato Improvisação são relativamente escassos, advirto que o que apresento a seguir são principalmente conjecturas sobre estudos a respeito do CI que poderiam ser desenvolvidos, e não o resultado de uma compilação daqueles efetivamente realizados.

Ao que parece de imediato, a dança não seria um objeto de interesse para as abordagens naturalistas. No entanto, uma vez que tais abordagens postulam, entre outras coisas, que capacidades e limitações do corpo humano definiriam os indivíduos e suas relações sociais, políticas e

econômicas, poderia haver algum interesse no estudo da aspiração do Contato Improvisação em explorar capacidades e limitações do corpo menosprezadas em outras formas de dança e suas possíveis implicações. Os reflexos corporais, aos quais é dado no CI um papel que será mais bem exposto adiante, poderiam ser explorados como movimentos instintivos, e alguma das perspectivas referidas poderia oferecer *insight* a respeito de questões que envolvem o toque físico entre seres humanos no geral e no contexto específico dessa dança.

Abordagens de danças sob um viés culturalista são mais comuns na Antropologia do que as outras. São, também, bastante variadas, e numerosos aspectos do Contato Improvisação poderiam ser foco de atenção dessas perspectivas. Menciono aqui apenas alguns destes, não deixando de retomar alguns temas já tratados *en passant*. O corpo no CI poderia, por exemplo, ser estudado comparado a outras práticas corporais desenvolvidas nos contextos histórico-sociais em que foi criada a dança e nos quais ela é atualmente praticada, ou mesmo extrapolando esses contextos. Poderia, igualmente, ser analisado a partir de certos tópicos, como as relações de gênero, o movimento de contracultura, saúde e terapias corporais, as artes no ocidente ou as hierarquias sociais, dentre outros, explorando representações simbólicas atadas ao corpo no CI. O foco poderia estar, também, na educação dos corpos para o Contato Improvisação, atentando para os aprendizados da dança e os condicionamentos do corpo contatista, ou, ainda, nos significados e nas implicações do toque no CI em contraste com outras situações de interação social e física dentro e fora do universo da dança.

Do ponto de vista das perspectivas antropológicas das tendências mais recentes, que defendem um conceito não dualista de corporemente como mediador<sup>20</sup> das reflexões e ações no mundo, um aspecto de especial interesse poderia ser a peculiaridade das relações entre "razão" e "corpo" em jogo no Contato Improvisação, em comparação com a tradição de pensamento ocidental apresentada. O papel de criador da dança – ao invés de um meio ou um objeto com o qual se dança – atribuído pelos praticantes ao corpo poderia ilustrar um dos argumentos centrais dessas abordagens, como defendido por Csordas (1990; 1994). A percepção diferenciada por meio do corpo dos contatistas poderia ser outro ponto de interesse, partindo de uma abordagem como a *dwelling perspective* de Ingold (2005), e a capacidade de improvisar movimentos, essencial ao Contato Improvisação, poderia ser explorada sob o tema da performance como definido por Richards (1993; [1996] 2005).

## "Deixar a dança acontecer"

Um ponto central para a prática do Contato Improvisação, que não parece ser satisfatoriamente contemplado nas abordagens até o momento apresentadas, é o "deixar a dança acontecer". Retomemos alguns aspectos do CI anteriormente mencionados para desenvol-

<sup>19</sup> O autor menciona a inexistência de um termo como *enmindment* (algo como "enmentização") que deveria equivaler a *embodiment* dentro de um paradigma em que corpo e mente são tidos como "duas formas de descrever a mesma coisa – ou melhor, o mesmo processo" (INGOLD, 2005 : 171, tradução livre).

<sup>20</sup> Cf. Latour (1994) para uma discussão sobre a distinção entre mediadores e intermediários e suas implicações nas Ciências Sociais

21 Cf. citação na página 3 supra.

22 Os textos em que me sustento nesta reflexão foram sugeridos por contatistas, durante a pesquisa, como referências apuradas do que aconteceria no Contato Improvisação, sendo consistentes com os relatos deles sobre suas experiências no CI.

23 Steve Paxton usava uma linguagem bastante "positiva" (GIL, 2004) para expor suas investigações na dança e fazia questão de explicitar suas ideias a seus alunos, para que esses pudessem dar continuidade a esses estudos (PAXTON, 1993). Uma das frases de Paxton no vídeo de 1987 sobre o CI, *Fall After Newton*, era: "If you're dancing physics, you're dancing contact" (CHRISTIANSEN; NELSON; PAXTON; SMITH, 1987). Tradução livre: "Se você está dançando Física, você está dançando contato [improvisação]". Essa forma de se referir às experiências no Contato Improvisação é muito comum até hoje. Cynthia J. Novack (1990) relata que as leis físicas, naturais, foram frequentemente mencionadas por entrevistados como o que faz o Contato Improvisação, em vez de qualquer instrução verbal, ideia estética ou iniciativa voluntária dos dançarinos. A noção apresentada por esses entrevistados, segundo Novack, era de que as pessoas tinham peso e tinham um esqueleto, e que esses arranjos apropriadamente facilitariam o movimento.

24 É interessante mencionar a relação feita por Novack (1990: 183-184) das concepções de corpos, pessoas e mundos que teriam influenciado o Contato Improvisação. Resumidamente, Novack argumenta que a ideia, subjacente ao CI, de corpo como extensão da pessoa, naturalmente inteligente e responsivo, que deve ser deixado livre para se chegar à harmonia e ao movimento, combinaria elementos apresentados pela dança moderna (mundo físico externo como projeção de um mundo psíquico ou mental interno), pela dança experimental das décadas de 1950 e 1960 (o corpo físico como sinônimo da pessoa ou do dançarino), pela filosofia zen budista (devem-se deixar os eventos acontecerem na forma como parecem acontecer na natureza), e pelo aikido (aplicação prática do zen budismo, que afirma que o corpo e a mente devem entrar em harmonia para que a pessoa se harmonize com o universo e para que a energia - chi - circule, concluindo que o corpo se movimenta melhor quando não comandado por uma intenção consciente).

ver melhor esta ideia. O Contato Improvisação foi desenvolvido como uma forma de dança que, em vez de privilegiar a criação prévia de coreografias, recorreria à improvisação, ao acaso e à pesquisa de formas de movimentação fora dos cânones da dança - por exemplo, movimentos cotidianos e de artes marciais orientais - buscando escapar às relações hierárquicas entre coreógrafos e dançarinos, permitir a participação igualitária tanto de bailarinos treinados como de pessoas sem experiência com dança e explorar possibilidades novas de movimento de corpos em contato físico. Paxton (1993) conta que, nas investigações que deram origem ao CI, estava especialmente interessado em explorar um determinado tipo de experiência que emergia em alguns duetos, um evento que se manifestava como sequências de movimentos não intencionais e fluidos, em que, ao invés de "fazer" a dança, os dançarinos pareciam "deixar a dança acontecer"<sup>21</sup>. No entanto, o "acontecimento" da dança, por assim dizer, é um evento que, para se realizar, pede mais do que o não planejamento e a ampliação das possibilidades de movimentação. Ele envolve, entre outras coisas, uma forma diferenciada de relação entre sujeitos, corpos e mundos que se afasta do modelo tradicional ao pensamento ocidental que, reiteramos, vê o corpo como instrumento ou objeto de uma mente racional que existiria separada do mundo exterior.

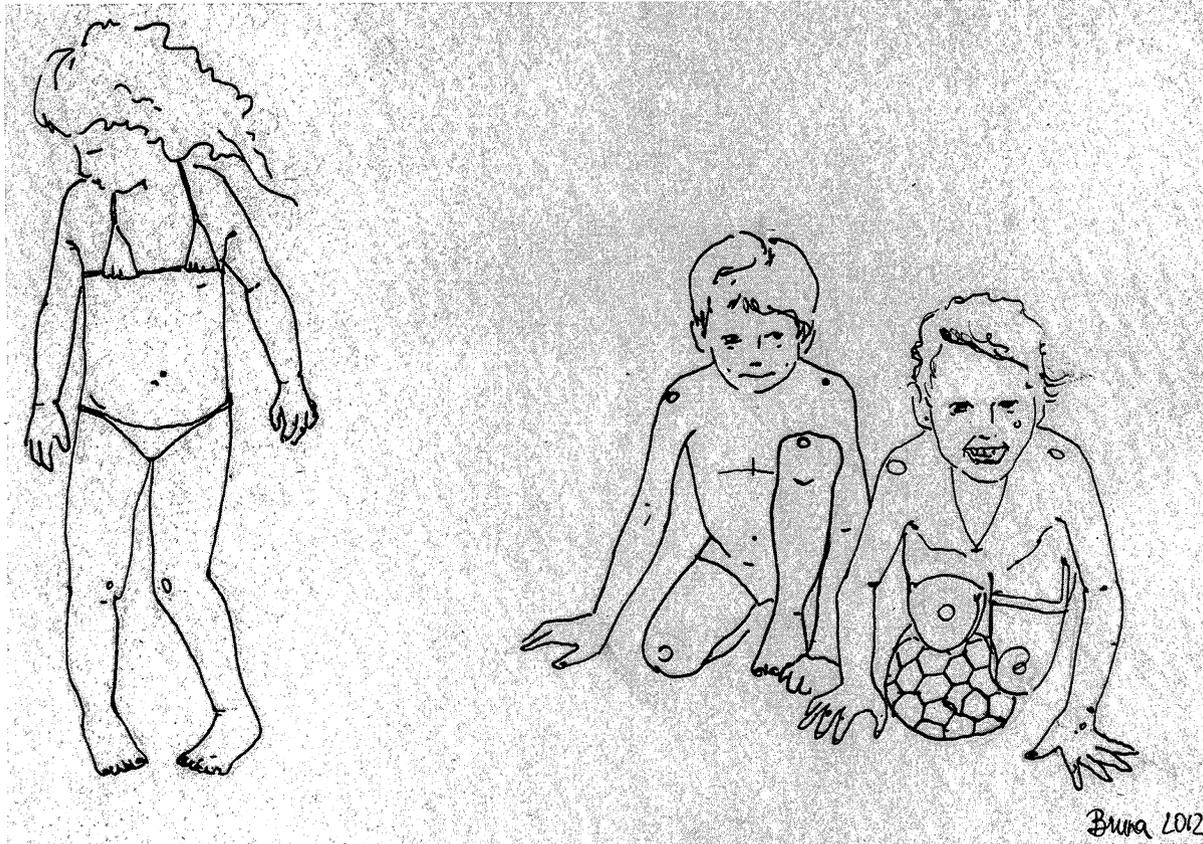
Convém explorar algumas premissas implícitas, em grande medida, nas práticas de Contato Improvisação, na forma como as explicita o próprio Paxton (1993; 1996) e comenta o filósofo português José Gil<sup>22</sup> (2004). Talvez uma das questões centrais que parecem ter instigado Paxton e outros ao estudo do Contato Improvisação possa ser resumida na pergunta "o que pode um corpo?", em oposição a "o que pode ser feito de um corpo?" - ou seja, quais as possibilidades de movimento de um corpo "em si", quando liberado dos constrangimentos e hábitos de movimento que uma pessoa adquire no curso normal de sua vida. No Contato Improvisação, essa questão se expressa na busca pela substituição da escolha consciente e intencional dos praticantes pela escolha "natural e necessária"<sup>23</sup> do corpo - escolha inconsciente, uma vez que involuntária, mas conscientemente observada, ou não atenderia aos anseios por um conhecimento reflexivo do corpo que apresentavam os primeiros praticantes. As escolhas de movimento emergiriam de um "diálogo" entre praticantes, fórmula frequentemente empregada para descrever o CI, em que os movimentos de cada um seriam "perguntas" para o outro, cujas "respostas", por sua vez, seriam novas "perguntas". À medida que o "diálogo" fosse se aprofundando, diminuiria a distância entre "perguntas" e "respostas", estas cada vez mais "naturais" e "necessárias", até que os movimentos dos praticantes tomassem a espontaneidade e a fluência dos gestos de um só corpo (GIL, 2004).

O exemplo de resposta de movimento do corpo, considerado naturalmente inteligente e responsivo<sup>24</sup>, que servia como modelo do que se buscava no Contato Improvisação, eram para

Paxton os reflexos. As ações reflexas inconscientes, afirma Paxton (1993), aconteceriam em eventos muito rápidos para o pensamento consciente acompanhar, como nas mudanças bruscas das referências de orientação dos sentidos comumente provocadas pela interferência mútua entre os praticantes de um dueto no CI. Uma das ideias de Paxton era que, para tornar as lacunas de percepção da consciência cada vez menores, ele deveria treiná-la [a consciência] agindo diretamente sobre os corpos, por meio de exercícios que desenvolveriam a observação - compreendida como um movimento da consciência internamente ao corpo. O "stand" ou "standing meditation" era um dos exercícios referidos, que consistia em ficar parado em pé, atento aos pequenos movimentos reflexos inconscientes que o corpo executa para se manter na mesma posição, chamados por Paxton de "small dance" ("pequena dança").

Gil (2004) desenvolve com mais detalhamento o que Paxton escreve sobre os movimentos da consciência no Contato Improvisação. Segundo Gil, em nossa sociedade normalmente teríamos uma consciência "exterior" do nosso corpo, vendo-o como objeto. O bailarino, diferentemente, teria necessidade de desenvolver uma consciência "do interior" do corpo, uma "topografia" do seu espaço interno que o permitiria orientar seus movimentos sem os vigiar de fora. A observação dos movimentos internos do corpo, como no exercício de *standing meditation*, teria como efeito afinar os sentidos, ampliando a escala em que são percebidos esses movimentos, suas direções, velocidades e energias. A própria consciência, nesse processo, se impregnaria no "objeto-corpo", em uma "osmose", tornando-se o que Gil denomina *consciência do corpo*. O filósofo argumenta que a *consciência do corpo*, como um modo de consciência diferente da consciência cotidiana, estaria, na verdade, presente em toda forma de consciência, mas interviria de uma maneira mais perceptível sempre que o corpo entra em ação física.

A osmose entre corpo e consciência, torna a *consciência do corpo*, seria o ponto de partida para a comunicação por meio do contato físico entre os praticantes do CI. Gil resume esta ideia: "quando há contato entre dois corpos, forma-se um corpo único tal que na consciência do corpo do bailarino ressoam os movimentos do corpo do seu par" (2004 : 116). Um exercício que nas aulas iniciais de Paxton se seguia ao *standing* e exemplifica esse aspecto era o *head-to-head* (PAXTON, 1996). O *head-to-head* consistia em uma dupla de dançarinos, em pé, encostando suas cabeças. A atenção dos dançarinos era dirigida por Paxton para o ponto de contato das cabeças, por meio do qual os parceiros poderiam perceber a *small dance* um do outro. Considerando a *small dance* como conjunto de movimentos reflexos executados inconscientemente, o *head-to-head* consistiria, segundo Paxton e Gil, em uma forma de observação e experiência direta, por parte da *consciência do corpo* de um dos parceiros, do que poderia ser chamado analogamente de *inconsciente do corpo* do outro, e vice-versa. A velocidade de transmissão e retransmissão de informações entre



os parceiros, quando em um estado de profunda osmose entre corpo e consciência, seria rápida o suficiente para estimular reflexos e imprimir-se diretamente nas intenções de movimento dos contatistas, direcionando o desenvolvimento da dança sem que os dançarinos precisassem decidir deliberadamente.

Na análise de Gil, o contato de dois corpos no CI teria, em resumo, um duplo efeito na consciência. Por um lado, a consciência se impregnaria no corpo ao focar-se na fisicalidade do contato, tornando-se *consciência do corpo*, em um movimento de centramento. Por outro lado, simultaneamente, a consciência seria atraída em direção à consciência do outro, por meio do compartilhamento dos movimentos na dança, descentrando-se. Assim, o corpo ao qual a consciência do praticante se impregna, no Contato Improvisação, seria um corpo aberto, orientado para além de si, transformado pela percepção do corpo do outro.

## E o que pode um corpo?

O modelo de corpo aberto que parece corresponder às práticas do Contato Improvisação se aproxima interessantemente de algumas ideias desenvolvidas por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1996; 1997), que, em um contexto um tanto diferente, igualmente se perguntam: "o que pode um corpo?" (DELEUZE & GUATTARI, 1997: 42). Como esclarece Deleuze (2002), tal pergunta remete ao pensamento do filósofo do século XVII Benedito de Espinosa, que teria proposto o corpo como novo modelo para se pensar a Ética (SPINOZA, 2007). A constatação de Espinosa, de que não sabemos o que pode o corpo, seria, ao mesmo tempo, uma declaração de ig-

norância e uma provocação à busca do conhecimento das potências do corpo e do "espírito", tornados equivalentes entre si.

De acordo com o desenvolvimento dado por Deleuze e Guattari às ideias de Espinosa, para se chegar a uma resposta à pergunta proposta, um corpo não deveria ser definido por atributos como gênero e espécie, sua forma, seus órgãos ou suas funções, mas pelo poder de afetar e ser afetado por outros corpos com que encontra - suas potências de agir e de sentir - e pelas relações de movimento e repouso das partículas que o compõem - suas velocidades e lentidões (DELEUZE, 2002; DELEUZE & GUATTARI, 1996; 1997). Um corpo assim definido estaria no que Deleuze e Guattari chamam de "plano de consistência" ou "plano de imanência", pensado como um plano geométrico infinito e constitutivamente não dividido, em que a imanência é "imanência pura" - a imanência não seria imanente à substância, mas imanente a si mesma, colocando em colapso distinções "reais" como entre imanência e transcendência, interior e exterior, mente e corpo. O plano de imanência, infinito e indiviso, seria contrário ao "plano de organização", um plano, por sua vez, estratificador e estratificado, de territórios, divisões e ordem. O plano de organização estaria constantemente trabalhando sobre o plano de consistência ou imanência, criando estratos e territórios sobre este, assim como o plano de consistência não pararia de embaralhar o plano de organização, em movimentos de desterritorialização, de traçados de linhas de fuga e de devires<sup>25</sup>.

O corpo, portanto, se definiria pelo conjunto dos elementos matérias que lhe pertencem sob determinadas relações<sup>26</sup> e pelo conjunto de afetos intensivos de que ele é capaz, podendo extrapolar os limites do que seria comumente con-

<sup>25</sup> "Devir é, a partir das formas que se tem, do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as mais próximas daquilo que estamos em vias de nos tornar, e através das quais nos tornamos" (DELEUZE & GUATTARI, 1997: 64).

<sup>26</sup> Como expõe John Phillips (2006), professor de Literatura e Teoria Crítica da Universidade Nacional de Singapura (NUS) e membro do conselho editorial do periódico *Theory, Culture & Society*, Deleuze emprega um conjunto de noções - 'evento', 'devir', 'sentido' e 'agenciamento' - para se referir a uma espécie de efeito produzido quando dois ou mais corpos ou outros elementos entram em relação formando uma composição. Tais noções, retomadas no trabalho conjunto de Deleuze e Guattari, remeteriam ao conceito de "noção comum" ("common notion"), formulado por Espinosa (SPINOZA, 2007) e explorado por Deleuze (1990), que se refere à ideia que representaria uma tal composição como unidade independente, irredutível aos elementos que dela participam. As noções de 'evento', 'devir', 'sentido' e 'agenciamento' enfatizariam não um ou outro elemento da composição, mas a preeminência da conexão entre eles, que os ultrapassaria.

siderado um "organismo". As intensidades que afetam os indivíduos, aumentando ou diminuindo suas potências, correspondem às relações das partículas que os compõem, relações que podem ser pré-determinadas por estratos de um plano de organização. Deleuze e Guattari (1996) afirmam que, para os seres humanos, haveria três grandes planos de organização: o "organismo", a "significância" e a "subjetivação". O "organismo" seria uma estratificação do corpo, assim como a "significância" (capacidade de significar e interpretar e ser significado e interpretado) seria uma estratificação do inconsciente e a "subjetivação", da consciência. Para falar de um corpo não estratificado, corpo de imanência pura, Deleuze e Guattari empregam a ideia de "Corpo sem Órgãos" (CsO)<sup>27</sup>.

A expressão Corpo sem Órgãos teria vindo dos escritos de Antonin Artaud<sup>28</sup>. Deleuze teria constatado a incapacidade da psicanálise e da filosofia em dar conta do pensamento de Artaud, tido como psicótico, porque, segundo Deleuze, o corpo psicótico ou esquizofrênico seria um corpo intenso "que desfaz toda e qualquer organização do sentido e da linguagem" (GIL apud CAMARGO, 2008: 95). O Corpo sem Órgãos não seria um conceito, mas um conjunto de práticas (DELEUZE & GUATTARI, 1996: 9) que buscam anular uma organização determinada do corpo, presente nas ideias de "órgãos" e "organismo", para fazer correr no corpo outros afetos e devires.

Gil parte dessas ideias de Deleuze e Guattari para pensar a dança (GIL, 2004). Gil argumenta que o bailarino teria necessidade de criar para si um Corpo sem Órgãos para fugir aos sistemas sensorio-motores - os chamados padrões de movimento - interiorizados no corpo-organismo, que seriam um obstáculo à inovação na dança. O CsO do bailarino seria um corpo de movimento e formaria o plano de imanência da dança. De acordo com o autor, duas condições seriam necessárias para a construção do plano de imanência da dança ou do CsO de movimento: que pensamento e corpo fizessem um só movimento, na já mencionada osmose entre mente e corpo que cria a *consciência do corpo*; e que o movimento do corpo fosse ilimitado, aberto, podendo agenciar-se com outros corpos dançantes (2004 : 107).

Uma forma de agenciamento dos corpos dançantes seria a fusão entre corpos, como no Contato Improvisação. Gil diz que Paxton, ao falar do *head-to-head*, descreve um mecanismo de intensificação de potências de dois corpos que se encontram e se afetam, ganhando em intensidade graças à comunicação inconsciente que abriria cada corpo às experiências do outro. A fusão dos corpos é caracterizada por Gil como um movimento impossível de ser detido, um "escapar-se a si próprio", entregar-se ao evento e abrir-se à passagem de intensidades. Cada corpo em fusão iniciaria um processo de captura do outro corpo que implicaria um constante devir-outro. A captura, segundo o autor, marcaria o momento em que a "coisa pega" entre os corpos, em que a dança "acontece", nos termos próprios do Contato Improvisação. "Captamos, quando devimos-outros, quer dizer, quando o

processo de devir integra intensidades, ritmos, 'partículas' afetivas do outro de tal modo que a captura toma o aspecto de uma possessão" (GIL, 2004 : 124). Não é o bailarino que é possuído, mas o movimento no plano de imanência da dança que se deixa possuir por outros ritmos e intensidades.

## Intensidades

Partindo da ideia de agenciamento dos corpos em fusão no Contato Improvisação, abrindo-os para a passagem de intensidades e possibilitando "deixar a dança acontecer", poderíamos considerar o "deixar a dança acontecer" como um evento que envolve modalidades de ação que buscam ser ultrapassadas por seus resultados, o que nos aproxima, por exemplo, dos estudos de Eduardo Vargas sobre o uso de drogas ilícitas (2001, 2006). Vargas argumenta que o uso de drogas ilícitas implicaria a produção de um evento específico - a "onda". O que ocorreria no evento-onda das drogas seria uma alteração da percepção, com aumento das intensidades com que são vividos os momentos.

"Alteração da percepção", ou termos similares, é também o que relatam os praticantes de Contato Improvisação. Nas conversas com os participantes das oficinas de CI promovidas pelo Hoy Pociлга, mencionadas anteriormente, um dos participantes descreveu como seria a percepção "alterada" em um bom dueto de Contato Improvisação:

*Você está atento a tudo que acontece mas tudo o que acontece é muito espontâneo e quase não-consciente. Parece que você não está ali. (...) Durante a improvisação você esquece de todas as outras coisas, e quando você sai da improvisação frequentemente não se lembra do que aconteceu, não sabe o que ou como fez as coisas... Você abstrai e vai, se deixar você improvisando ali 4 horas, se seu corpo der conta, você vai. (R.B., 19 anos, em 13 de julho de 2010)*

Em uma entrevista, Paxton fala sobre esse estado alterado, que aconteceria não só no Contato Improvisação, em que o corpo parece capaz de fazer qualquer coisa e a mente consciente pode "simplesmente sentar-se e assistir [à dança]":

*"I have a feeling that my perceptions are (...) so much faster than the audience's, because the audience are sitting there quietly watching. So then, even if I slow down, I'm going so fast that I can move very slowly and feel a very fine-grained, a very fine-grained kind of movement reality going on, in which there are thousands of choices, whereas before there were maybe dozens, in normally making that movement" (PAXTON, 2009 : 6).*<sup>29</sup>

Continuando nesse paralelo entre o uso de drogas e o Contato Improvisação, as práticas de

27 A noção de CsO aparece nas obras de Deleuze e Guattari ligada a uma teoria do desejo como uma força produtiva, uma máquina. O Corpo sem Órgãos seria o plano de imanência própria do desejo, "ali onde o desejo se define como processo de produção, sem referência a qualquer instância exterior, falta que viria torná-lo oco, prazer que viria preenchê-lo" (DELEUZE & GUATTARI, 1996: 15). Tal teoria se distanciaria da teoria psicanalítica freudiana do desejo como uma força imaginária baseada na falta (CAMARGO, 2008).

28 Dramaturgo, escritor, ator e diretor de teatro francês nascido no final do século XIX, foi tido como louco e passou parte considerável da vida em manicômios e instituições psiquiátricas.

29 Tradução livre: "Eu tenho a sensação de que minhas percepções são (...) muito mais rápidas do que as do público, porque o público está sentando lá, calmamente assistindo. Então, mesmo se eu desacelero, eu estou indo tão rápido que eu posso me mover muito devagar e sentir um tipo de realidade de movimento finamente granulada acontecendo, na qual há milhares de escolhas, enquanto antes haveria talvez dúzias, ao normalmente fazer aquele movimento".

consumo não-medicamentoso de drogas apresentariam uma dimensão paradoxal (VARGAS, 2006:593) que também poderia ser atribuída ao CI: essas alterações de intensidade que implicam algum grau de abandono e supressão do eu são voluntária e minuciosamente buscadas e preparadas. O autoabandono, longe de uma atitude de passividade, implicaria um conjunto ativo de ações para produzir as condições de ocorrência do evento e um abandono ou entrega não menos ativo aos seus efeitos. Como vimos anteriormente, a prática do Contato Improvisação também envolve uma preparação ativa do praticante: seja no aprendizado e treino das técnicas dessa forma de dança em aulas até que o aluno aprenda o "estilo de movimento" característico do CI; seja no desenvolvimento de uma *consciência do corpo* apurada, no refinamento dos sentidos de percepção do interior do corpo e abertura para o exterior, na prática dessa forma de dança com uma variedade de pessoas para que o corpo se torne cada vez mais atento a diferentes estímulos; ou mesmo na procura de locais e parceiros para a dança, que podem ser raros dependendo da localidade. E, para que a dança "aconteça" no momento da prática e a mente consciente possa "simplesmente sentar-se e assistir", para que os corpos sejam mutuamente capturados um pelo outro no caminho de criar um Corpo sem Órgãos de movimento, é preciso que haja uma entrega ativa e consciente do contatista às perguntas e respostas dos corpos em contato - é preciso *deixar* a dança "acontecer".

Mas esses eventos minuciosamente produzidos não deixariam de ser surpreendentes e ultrapassar as previsões de seus produtores, pois os agenciamentos em questão, tanto no caso do CI como no caso das drogas, buscam exatamente a perda do controle, ou, melhor dizendo, um "descontrole controlado" - retomando a fórmula com que Roger Bastide (2006) descreve as formas ritualizadas de êxtase, referindo-se mais especificamente ao transe no Candomblé. Podemos sintetizar, então, o "acontecimento" da dança no CI ou o evento-onda das drogas (e mesmo o êxtase ritual no Candomblé) nos seguintes termos: "fazer de tudo (ou quase...) para que aconteça algo que nos escapa desde o início..." (VARGAS, 2006 : 593).

Essas questões apontam a existência, nas situações mencionadas, de sujeitos e corpos que se afastam dos modelos formulados na tradição ocidental a que viemos nos referindo ao longo desta reflexão. Como comenta Vargas, desenvolvendo argumentos do antropólogo Marshall Sahlins, tal tradição concebe a pessoa como um sujeito racional, dono de suas ações e, ao mesmo tempo, uma "criatura imperfeita, com necessidades e desejos", em busca do prazer físico e da evitação da dor, e que deveria pautar sua vida no "princípio de que a "boa morte" é aquela que deve ser, tanto quanto possível, adiada no tempo, isto é, que a vida deve ser vivida em extensão" (VARGAS, 2001:551). No que tange aos corpos e seus usos, essa tradição parece valorizar os critérios médico-científicos de "saúde" e "bem-estar" que visam à otimização dos corpos, buscando a longevidade.

Desse ponto de vista, atividades físicas como a dança, quando não praticadas de forma profissional (quase "irracionais", pelos desgastes que a grande exigência física causa ao corpo), deveriam ser buscadas por seus "benefícios", racionalmente definidos: porque promovem um bom condicionamento cardiovascular; fortalecem e alongam conjuntos musculares pouco utilizados no cotidiano, auxiliam no desenvolvimento da coordenação motora, provocam a liberação de hormônios que combatem os efeitos físico e mentais do estresse, promovem o convívio social, e mais tantos outros motivos semelhantes. O que gostaria de salientar é que as práticas do Contato Improvisação não se limitam a esses valores racionais de uma boa vida e um bom uso do corpo - não é somente isso, e em muitos casos não é principalmente isso, o que buscam os contatistas.

Todavia, como comenta Vargas (2001) sobre os usos ilícitos de drogas, em geral considerados improdutivos ou mesmo destrutivos, mesmo as práticas "irracionais" - e aqui incluo o CI - teriam uma dimensão produtiva na criação desses estados de intensidade, dimensão compreendida (em ambas as acepções do termo) pela racionalidade ocidental. Se chamarmos, com Vargas, de "ética da extensão" o tipo-ideal de engajamento no mundo de um corpo-organismo submetido a uma mente racional, característico da tradição ocidental em questão, poderíamos chamar de "ética da intensidade" esse outro tipo-ideal de engajamento, de um Corpo sem Órgãos povoado por ondas de intensidade, que se faz presente, dentre outras situações, no Contato Improvisação.

## Considerações finais

Acredito terem ficado claras, ao menos como sugestão de questões a serem melhor discutidas alhures, algumas relações do Contato Improvisação com a produção de formas diferenciadas de engajamento no mundo, que tendem a se afastar do que chamamos de "ética da extensão" e se aproximar do que seria uma "ética da intensidade". Para encerrar, gostaria de salientar alguns poucos pontos.

Começando do fim: o que chamamos de "ética da extensão" e "ética da intensidade" não são posições excludentes, mas pólos de relações ambíguas entre si, que compreendem todo um contínuo de possibilidades. Como ressalva Vargas (2001, 2006), é preciso ter o cuidado, ao tratar da questão, em não reduzi-las a uma visão racionalista da extensão e uma visão romântica da intensidade.

Em segundo lugar, retomando algumas observações sugeridas ao longo deste texto, explicito que os fenômenos tratados aqui não são exclusivos ao Contato Improvisação. A comunicação entre corpos de que fala José Gil seria um fenômeno recorrente em todo tipo de dança, mesmo quando não há contato físico. Ocorreria quando um bailarino desenvolve um sentido que o torna capaz de perceber o que fazem os outros bailarinos, mesmo sem vê-los, sabendo e antecipando os movimentos dos outro: "Assim,

num conjunto, cada bailarino dança em conexão com todos os outros" (GIL, 2004:123). Por sua vez, o estado intensivo em que a dança parece acontecer sem intervenção da mente consciente do bailarino é frequentemente relatado em outras formas de dança, até mesmo pelos próprios praticantes de Contato Improvisação, como pode ser aferido na bibliografia sobre o assunto aqui utilizada. Uma das peculiaridades do CI, dentro da tradição da dança no Ocidente, é o fato de essa forma de dança ter sido desenvolvida intencionalmente explorando condições que provocariam tal estado.

Por fim, é mister considerar que o evento explorado nesta reflexão não é a única coisa que "acontece" no Contato Improvisação. Acrescento, inclusive, que não é o que acontece na maior parte do tempo, sendo um evento bastante fugaz e, para muitos, difícil de ser produzido. Não é, tampouco, a única coisa que buscam os praticantes de CI, que podem estar interessados na

pesquisa de novas formas de movimento, no desenvolvimento de suas capacidades de improvisação e percepção corporal, no prazer do toque físico em um contexto de conotações sociais peculiares, ou no caráter lúdico do "jogo" em dueto, entre muitas possibilidades. No entanto, o "deixar a dança acontecer" é um aspecto muito importante na própria definição do Contato Improvisação e foi um dos focos que guiou o desenvolvimento da dança desde sua origem. Defendo assim sua centralidade.

Não pretendia aqui apresentar uma análise definitiva ou completa desse aspecto do Contato Improvisação e da dança, nem encontrar respostas para as limitações que as diversas perspectivas antropológicas apresentam no estudo do corpo. Espero, apenas, ter chamado atenção para um ponto de vista ainda relativamente pouco explorado na paisagem que compõe o campo de estudo da dança e do corpo na Antropologia.

Submetido em Novembro de 2011

Aprovado em Maio de 2012

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Miguel Vale de. O corpo na teoria antropológica. *Revista de Comunicação e Linguagens*, Lisboa, n. 33, jun. 2004, p. 49-66. Disponível em: <<http://site.miguelvaldealmeida.net/wp-content/uploads/o-corpo-na-teoria-antropologica.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2010.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA TÉCNICA ALEXANDER. O que é a Técnica Alexander. Disponível em: <http://www.abtaalexander.com.br/técnica.htm>. Acessado em: 27 jun. 2011.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EUTONIA. O que é eutonia. Disponível em: <http://www.eutonia.org.br>. Acessado em: 27 jun. 2011.
- BASTIDE, Roger. O sagrado selvagem e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CAMARGO, Mariana Vaz de. O fazer artístico como catálise: experiências do corpo e da dança. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, PUC-SP, 187, 2008.
- CHRISTIANSEN, Steve et al. (ed.). Fall after Newton. Roteiro e narração de Steve Paxton. Massachusetts: VIDEO/ Contact Collaborations, 1987. 1 DVD, 22min45s. Cor e P&B, som.
- CSORDAS, Thomas J. Introduction: the body as representation and being-in-the world. In: Csordas, T. (org.), *Embodiment and Experience – the existential ground of culture and self*. Cambridge, p. 1-24, 1994.
- \_\_\_\_\_. Embodiment as a Paradigm for Anthropology. *Ethos*, v. 18, n. 1, mar. 1990, pp. 5-47. Disponível em: <http://links.jstor.org/si/ci?sici=0091-1311%28199003%2918%31%3C5%3AEAPFA%3E2.O.CO%3B2-M>. Acesso em: 12 nov. 2009.
- DELEUZE, Gilles. Espinosa: filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002.
- \_\_\_\_\_. Common Notions. In: *Expressionism in Philosophy: Spinoza*. Nova Iorque: Zone Books, p. 273-288, 1990.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. 1730 – Devir-Intenso, Devir-Animal, Devir-Imperceptível. In: *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Editora 34, p. 11-113, 1997.
- \_\_\_\_\_. 28 de Novembro de 1947 – Como Criar para Si um Corpo Sem Órgãos. In: *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, p. 9-29, 1996.
- DESCOLA, Philippe. Constructing natures: Symbolic ecology and social practice. In: DESCOLA, P.; PÁLSSON, G. (eds). *Nature and Society; anthropological perspectives*. London and New York: Routledge, [1996]; Taylor & Francis e-Library, p. 82-102, 2004.
- \_\_\_\_\_. Ecologia e cosmologia. In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. São Paulo: Hucitec / NUPAUB-USP, p. 149-163, 2000.
- DESCOLA, Philippe; PÁLSSON, Gísli. Introduction. In: DESCOLA, P.; PÁLSSON, Gísli (eds). *Nature and Society; anthropological perspectives*. London and New York: Routledge, [1996]; Taylor & Francis e-Library, p. 1-21, 2004.
- GIL, José. Movimento total: o corpo e a dança. São Paulo: Iluminuras, 2004.
- HERTZ, Robert. A preeminência da mão direita. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 6, 1980.
- INGOLD, Tim. Humanidade e Animalidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, No 28. ANPOCS, p. 39-54, 1995.
- \_\_\_\_\_. The perception of the environment: essays in livelihood, dwelling and skills. London and New York: Routledge, 2005.
- \_\_\_\_\_. 1990 debate: Human worlds are culturally constructed - Against the motion (1). In: INGOLD, T. (ed.). *Key debates in Anthropology*. London and New York: Routledge, [1996]; Taylor & Francis e-Library, 2005.
- LATOUR, Bruno. *Ciência em Ação*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- \_\_\_\_\_. Pequena reflexão sobre o culto moderno dos deuses felicitiches. São Paulo: EDUSC, 2002.
- LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.
- LEITE, Fernanda Hübner de Carvalho. Contato improvisação (contact improvisation) um diálogo em dança. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 89-110, 2005.
- MALUF, Sônia Weidner. Corpo e corporalidade nas culturas contemporâneas: abordagens antropológicas. *Revista Esboços*, Florianópolis, UFSC, v. 9, n. 9, p. 87-101, 2001.
- MAUSS, Marcel. As Técnicas do Corpo. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: CosacNaify, p. 399-422, 2003.
- MEAD, Margareth. *Sexo e Temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- NEDER, Fernando. Contato Improvisação: origens, influências e evolução. *Gens, fluência e tons*. 2005. Disponível em: <<http://contactinrio.jimdo.com/app/download/2111878719/4cb3130f813ac2afa3cad435a78f767491543c32f9fa528f/HIST%C3%93RIA+%28trabalho+da+UNIRIO%29.pdf?t=1253297964>>. Acesso em: 3 ago. 2010.
- NOVACK, Cynthia J. *Sharing the dance: contact improvisation and american culture*. Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1990.
- PAXTON, Steve. Drafting interior Techniques. *Contact Quarterly*, v. 18, n. 1, Inverno/Primavera, p. 61-66, 1993.
- \_\_\_\_\_. Steve Paxton's Talk at CI36. *Contact Quarterly*, v. 34 n. 1, Inverno/Primavera 2009a. Disponível em: <<http://www.contactquarterly.com/cq/webtext/PaxtonTalk.html>>. Acesso em: 22 jun. 2009.
- \_\_\_\_\_. "... To touch". *Contact Quarterly*, v. 21, n. 2, Verão/Outono, p. 50-51, 1996, (focus on sexuality and identity 2).
- \_\_\_\_\_. Training Perception: Steve Paxton interviewed by Robert Steijn. TALK / SNDD 1982-2006 online, 2009b. Disponível em: <http://www.shk.nl/fileadmin/download/theaterschool/talk/talk-training-perception.pdf> Acesso em: 29 set 2010
- PHILLIPS, John William Pearson. *Agencement/Assemblage*. *Theory Culture Society* v. 23, n. 2-3, p. 108-109, 2006.
- REYNOSO, Carlos (ed.). *El surgimiento de la antropología posmoderna*. Barcelona: Gedisa, 1991.
- RICHARDS, Paul. Cultivation: knowledge or performance? In: HOBART, Mark (ed.). *An anthropological critique of development: The growth of ignorance*. London and New York: Routledge, [1993]; Taylor & Francis e-Library, p. 61-79, 2002.
- \_\_\_\_\_. 1990 debate: Human worlds are culturally constructed -Against the motion (2). In: INGOLD, T. (ed.). *Key debates in Anthropology*. London and New York: Routledge, [1996]; Taylor & Francis e-Library, 2005.
- SAHLINS, Marshall. The sadness of sweetness; or, the native anthropology of western cosmology. *Culture in Practice*. Nova Iorque: Zone Books, p. 527- 583, 2005.
- SMITH, Nancy Stark. One History of Contact Improvisation. *Contact Quarterly*, v. 32 n. 2, Verão/Outono 2006 (The Place Issue). Disponível em: <http://www.contactquarterly.com/cq/webtext/Harvest.html>. Acesso em: 22 jun. 2009.
- SPINOZA, Benedictus de. *Ética/Spinoza*. Tradução e notas de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.
- STRATHERN, Marilyn. No nature, no culture: the Hagen case. In: MACCORMACK, Carol P.; STRATHERN, M. (ed.) *Nature, Culture and Gender*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- STRATHERN, Marilyn. O gênero da dádiva. In: São Paulo: Editora da Unicamp, 2006)
- SUMMER, Dey. Dancing into the questions: a survey of CI focus groups and labs. *Contact Quarterly*, v. 35, n.1, p. 40-43, 2010.
- VARGAS, Eduardo Viana. Entre a extensão e a intensidade: corporalidade, subjetivação e o uso de "drogas". Tese de Doutorado em Ciências Humanas : Sociologia e Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 600 p., 2001.
- \_\_\_\_\_. Uso de drogas: a alter-ação como evento. *Revista de Antropologia* , v. 49 n. 2. São Paulo: USP, p. 581-623, 2006.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Imagens da natureza e da sociedade. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, p. 317-344, 2002a.
- \_\_\_\_\_. *Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, p. 345-399, 2002b.
- WAGNER, R. *The invention of culture*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1981.

# A transexualidade no/pelo judiciário mineiro: um estudo dos julgados do TJMG correlatos à transexualidade no período de 2008 a 2010

**Thiago Coacci**

Graduado em  
Direito pela  
PUC-Minas

**Palavras chave:**

Transexualidade;  
Acesso à Justiça;  
Direitos Humanos;

**Key words:**

Transsexuality;  
Access to Justice;  
Human Rights;

**RESUMO:** O presente artigo objetiva identificar o tratamento dado, pelo poder judiciário, à transexualidade e a suas questões correlatas por meio de uma análise de julgados do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), no período correspondente a janeiro de 2008 e junho de 2010. Procurou-se identificar: a) as razões mais frequentes pelas quais esses indivíduos recorrem à justiça; b) como os/as magistrados/as têm julgado esses casos; c) analisar, por um ponto de vista jurídico e com auxílio das teorias de gênero, sexualidade e transexualidade, os argumentos favoráveis e contrários apresentados nos votos; e, por último, procurou-se d) fazer uma análise crítica da imagem do/a transexual apresentada pelos/as desembargadores/as.

**ABSTRACT:** This paper aims to identify the treatment of transsexuality and its related issues by the judiciary; through an analysis of judicial precedents of the Minas Gerais State Court (TJMG) from January 2008 to June 2010. It seeks to identify: a) the most frequent reasons for which these individuals resort to justice; b) how the judges have judged these cases; c) análise by a legal point of view and jointly by the theories on gender, sexuality and transsexuality, arguments for and against brought by each judge, and finally d) a critical analysis on the transexual's image presented by the judges.

## Introdução

Nos Estados Unidos, Victoria Kolakowski fez história concorrendo para o cargo de Juíza da Suprema Corte do Condado de Alameda na Califórnia. Victoria possui mais de 20 anos de experiência de advocacia e serviu há 5 anos como juíza administrativa (*administrative law judge*). Já numa primeira etapa da eleição realizada em junho de 2010, encontrava-se à frente dos outros candidatos, indicando sua provável eleição. Em novembro de 2010, por uma maioria de 50,2% de votos, este favoritismo foi confirmado, tornando-a a primeira mulher transexual eleita para juíza de uma Corte Suprema de Julgamentos nos EUA<sup>1</sup>. Momentos como esse instigam a reflexão: sem perspectivas para um/a transexual assumir um alto cargo em um tribunal tupiniquim, resta-nos: a) perguntar as razões mais frequentes pelas quais esses indivíduos recorrem à justiça; b) perguntar como os/as magistrados/as têm julgado esses casos; c) analisar, por um ponto de vista jurídico e com auxílio dos estudos de gênero, sexualidade e transexualidade, os argumentos favoráveis e contrários apresentados nos votos; e, por último, d) fazer uma análise crítica da imagem do/a transexual apresentada pelos/as desembargadores/as. O material analisado foi a íntegra dos acórdãos. A busca identificou um universo de 11 julgados, sendo 10 no ramo cível (alteração de prenome e/ou sexo/gênero<sup>2</sup> no registro, dentre outras) e 1 no ramo criminal.

O presente artigo objetiva identificar o tratamento dado à transexualidade e a suas questões correlatas pelo poder judiciário, por meio

de uma análise de julgados do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), no período de janeiro de 2008 a junho de 2010. A proposta da pesquisa, de analisar qualitativamente a íntegra dos acórdãos, dificulta o trabalho com um grande número de casos. Sendo assim, a escolha pelo período de dois anos e meio se deu por permitir encontrar um número de casos suficiente para a construção de uma amostra variada de casos, mas que não impossibilita a leitura e a análise detalhadas desses.

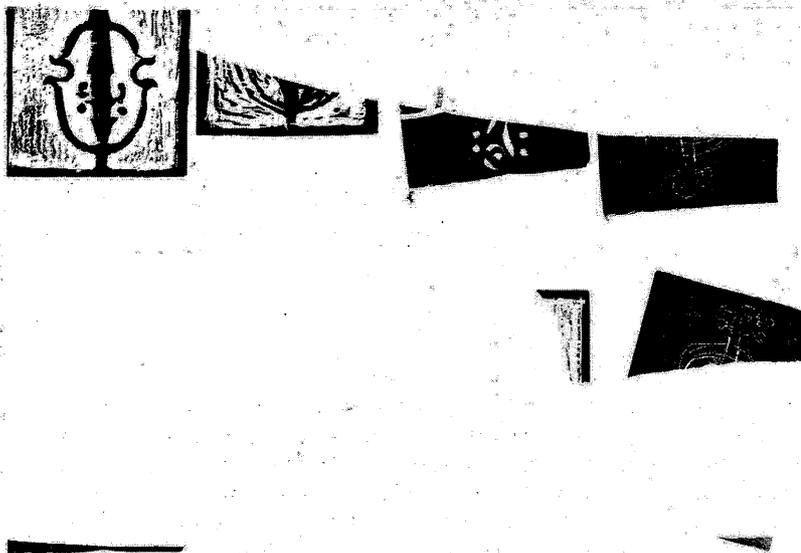
O método escolhido para a coleta de material foi a busca pelas palavras-chave Transexual, Transsexual, Transexualidade, Transsexualidade, Transsexualismo, Transsexualismo, Transgenitalização, Mudança de Sexo, Alteração de Gênero e Readequação Sexual no sistema *online* de pesquisa de jurisprudência disponível no site do tribunal<sup>3</sup>. Realizou-se uma busca no sistema para cada palavra ou expressão, nem todas retornando casos.

No primeiro tópico, será apresentada uma discussão teórica acerca dos conceitos de sexo e de gênero por uma perspectiva feminista (BUTLER, 2008; DE LAURETIS, 1994; MATOS, 2008; PRECIADO, 2008) para, em um segundo momento, apresentar a conceitualização da transexualidade (ARAN, 2003, 2006, 2010; BENTO, 2003, 2008, 2010; PRECIADO, 2008, VENTURA, 2010) de forma a dar suporte à discussão que se seguirá. No tópico que segue, será apresentado um panorama geral dos acórdãos por área, para, então, partindo dessa subdivisão, demonstrar as causas de pedir mais comuns, descrever e analisar os acórdãos judiciais e os argumentos presentes neles.

<sup>1</sup> Para mais informações: <http://kolakowskiforjudge.com/>

<sup>2</sup> Neste artigo, fez-se a escolha pelo termo "sexo/gênero", ao se fazer referência aos pedidos de retificação de registro civil das pessoas transexuais, uma vez que o judiciário utiliza de forma indistinta os dois termos em seus textos.

<sup>3</sup> Site: [www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)



## Sexo e Gênero

Durante a história da ciência, nem sempre o corpo humano foi percebido da forma como o é hoje, podendo se falar em modelos morfológicos de representação e compreensão do corpo específicos a cada época. Costa (1995), citando Laqueur, afirma que por muito tempo o modelo de interpretação dos corpos que vigorou com o status de "verdade" foi o chamado isomórfico, no qual não haveria propriamente dois corpos sexuados diferentes entre si, mas apenas um. A diferença existente entre os corpos era explicada segundo uma lógica da inversão:

*"No isomorfismo, a vagina era vista como um pênis invertido. O útero era o escroto feminino; os ovários, os testículos; a vulva, um prepúcio e a vagina, um pênis invertido. A mulher era fisiologicamente um homem invertido que carregava dentro de si tudo que o homem trazia exposto." (BENTO, 2008, p. 21-22)*

Neste modelo, a mulher é compreendida como um homem imperfeito, que não possui o calor vital suficiente para a geração da vida, sendo a ela reservado o dever de guardar a semente produzida pelo homem. Um dado curioso e que sustenta esta tese é o fato de que até o ano de 1700 ainda se utilizavam nomes associados para referir-se ao ovário e aos testículos (idem, p. 22). Apesar de não se poder falar estritamente em transexualidade nesse período, experiências de indivíduos que "mudavam" o seu sexo, nesse modelo, não eram vistas como assustadoras: "para os anatomistas não havia nada de extraordinário em uma menina, por algum acidente, tornar-se um menino." (ibidem, p. 21-22)

É entre o século XVIII e o início do século XIX que o modelo isomórfico cai, abrindo, assim, espaço para um modelo chamado dimórfico ou do dimorfismo radical. Segundo o modelo dimórfico, haveria dois corpos diferentes, opostos e complementares. As ciências agora apontavam diferenças em cada aspecto dos indivíduos, do tamanho do crânio, curvaturas do corpo, espes-

sura da pele, tamanho dos quadris, estruturas psíquicas, dentre outras. Diferenças estas insuperáveis, derivadas da natureza e com a reprodução como propósito último<sup>4</sup>.

É interessante notar que, como aponta Costa (1995), a substituição do modelo isomórfico pelo dimórfico se dá próxima ao período das revoluções burguesas, em que se afirmam iguais direitos para todos os cidadãos. Nesse contexto de ideais igualitários, para a perpetuação da dominação masculina sobre as mulheres, é necessário um novo argumento que justifique o tratamento diferenciado entre os sexos. É com muito êxito que as explicações biológicas das diferenças naturais entre os corpos suprem essa lacuna, apontando que não é de se espantar que homens e mulheres possuam direitos e papéis sociais diferentes, afinal são seres completamente diferentes, produzidos pela natureza para funções diferentes. Sendo assim, a vocação para a maternidade e para os serviços domésticos integra a constituição própria da mulher que é fisicamente mais frágil, enquanto, ao homem viril, cabia a função de provedor e protetor.

Uma pergunta que deve se fazer é: partindo do pressuposto de que há uma diferenciação sexual entre os corpos, como se define qual corpo pode ser considerado feminino e qual é masculino? Quais características importam para definir o sexo? A literatura médica e os estudos acerca do transexualismo<sup>5</sup> apontam vários conceitos de sexo: sexo genético, definido pelos cromossomos sexuais XX ou XY; sexo gonádico, baseado nos órgãos produtores dos gametas e dos hormônios sexuais; sexo hormonal, que se define pela presença dos hormônios sexuais testosterona ou estrógeno; e, por último, o sexo anatômico, ou seja, a presença de um pênis ou de uma vagina. Além disso, podemos falar também em um sexo jurídico, ou seja, aquele que consta no assento de nascimento de um indivíduo. Há, em regra, uma coincidência entre sexo jurídico e sexo anatômico. Os saberes jurídicos legitimam e corroboram os saberes médicos, incorporando o sexo anatômico e tornando-o propriedade do Estado (PRECIADO, 2008). As genitálias e consequentemente o sexo jurídico são, na atua-

<sup>4</sup> O modelo dimórfico é também um marco crucial para os estudos de sexualidade, pois, ao se afirmar que cada órgão sexual possui um fim-inato, qual seja a reprodução, há, em conjunto, uma afirmação da heterossexualidade enquanto orientação sexual padrão e natural dos seres, relegando as outras expressões da sexualidade ao campo da abjeção e do não-natural. Essa interpretação é extremamente problemática por justificar hierarquizações entre as diversas sexualidades e será contestada mais tarde por estudiosos como Foucault (2009).

<sup>5</sup> Transexualismo, pois esses estudos aqui referenciados são nativos da medicina, psiquiatria e psicologia e dão ênfase ao caráter patológico, enquanto aqueles que optam por utilizar o termo transexualidade tendem a se afastar da patologização.

lidade, questão de ordem pública.

O sexo em regra é pensado como algo natural, fixo e a-histórico. Todavia, a forma de compreender o corpo e conseqüentemente o sexo depende de fatores históricos, políticos e culturais, de outra forma não existiriam ao longo da história modelos diversos para se compreender e explicar a diferença sexual. Nem mais o caráter fixo do sexo pode ser aceito. Os próprios médicos são os primeiros a intervir, em nome de uma "cura", criando um "novo sexo", quando se deparam com o nascimento de uma criança com ambigüidade genital, adequando a criança aos códigos visuais condizentes com a pretensa normalidade.

*"Um século depois, em 1980, a antropóloga Susan Kessler denunciara os códigos estéticos (por exemplo tamanho e forma do pênis ou do clítoris) que dominam os protocolos médicos de designação do sexo dos bebês no momento de nascimento em nossa sociedade. Se estes códigos visuais não parecem ter sido modificados excessivamente desde finais do século XIX, as atuais possibilidades técnicas de modificação do corpo introduzem diferenças substanciais no processo de designação e produção da feminilidade e da masculinidade na era farmacopornográfica: o processo de normalização (designação e reassignação), que antes apenas poderia ser levado a cabo através da representação discursiva ou fotográfica, se inscreve agora na estrutura mesma do ser vivo através de técnicas cirúrgicas e endocrinológicas. Assim, por exemplo, se um bebê nasce com um pênis que, de acordo com estes critérios somatopolíticos visuais, aparece como excessivamente pequeno, o chamado "micropênis" será amputado, os genitais reconstruídos em forma de vagina e se aplicará à criança uma terapia de substituição hormonal a base de estrógenos e progesterona para assegurar que o desenvolvimento "sexual" exterior seja identificável como feminino. Longe da rigidez e da exterioridade das técnicas de normalização do corpo utilizadas pelos sistemas disciplinares de finais do século XIX e princípios do século XX, as novas técnicas de gênero do bio-capitalismo farmacopornográfico são flexíveis, internas e assimiláveis." (Idem, p. 88-89 Tradução do Autor)*

O modelo dimórfico começa a dar mais possibilidades para pensar a transexualidade, muito embora essa não diga apenas do conceito de sexo, sendo necessária a dimensão do gênero para uma maior inteligibilidade ao fenômeno transexual.

A categoria de gênero começa a surgir, inicialmente, nos laboratórios, quando John Money, no final dos anos 1940, inicia suas pesquisas e tratamentos em bebês intersexuais, bem como por Anke Ehrhardt e o casal Joan e John Hampson começam a falar sobre a possibilidade de modificar, por meio do uso de hormônios e técnicas cirúrgicas, o sexo de bebês que, aos

olhos da medicina normalizadora, eram julgados como defeituosos (Ibidem). Sob a perspectiva feminista, o conceito de gênero surge em meados da década de 1960-70, sendo algumas das principais referências Joan Scott e Gayle Rubin,

*"com o intuito de distinguir e separar o sexo — categoria analítica marcada pela biologia e por uma abordagem essencializante da natureza ancorada no biológico — do gênero, dimensão esta que enfatiza traços de construção histórica, social e sobretudo política que implicaria análise relacional." (MATOS, 2008, p. 336).*

O gênero seria, no senso comum, a dimensão cultural e psicológica do sexo, sendo aquele determinado por este. Todavia, na forma como o gênero foi criado e utilizado nos escritos feministas na década de 60 e 70, ainda estava intimamente ligado à ideia de diferença sexual, chegando inclusive a se confundir com esta, o que é problemático (DE LAURETIS, 1994). Se há uma relação de determinação entre sexo e gênero, o gênero seria tão natural quanto o sexo e haveria uma necessária correlação entre eles, ou seja, toda pessoa de sexo feminino corresponderia logicamente ao gênero feminino, o que nem sempre é verdade.

De Lauretis elabora quatro proposições para se pensar um novo conceito de gênero que se liberte das amarras da diferença sexual:

(1) *Gênero é (uma) representação — o que não significa que não tenha implicações concretas ou reais, tanto sociais quanto subjetivas, na vida material das pessoas. Muito pelo contrário.*

(2) *A representação do gênero é a sua construção — e num sentido mais comum pode-se dizer que toda a arte e a cultura erudita ocidental são um registro da história dessa construção.*

(3) *A construção do gênero vem se efetuando hoje no mesmo ritmo de tempos passados. [E ela ocorre em diversos locais como na mídia, escolas, mas também na academia e nas práticas artísticas] [...]*

(4) *[A] construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução (Idem, p. 209).*

Judith Butler (2008), por sua vez, compreende o gênero enquanto uma prática discursiva e corporal performativa por meio da qual o sujeito adquire inteligibilidade social e reconhecimento político. Segundo Butler (2008), o gênero não seria apenas uma construção, mas seria, também, a forma pela qual a 'natureza sexual' ou um 'sexo natural' é produzido e estabelecido como pré-discursivo, ou seja, como algo anterior a próprio cultural. Dessa feita, não há qualquer naturalidade em um comportamento considerado específico de um gênero, não há nada de natural em falar que meninos brincam de carrinho ou que meninas pintam as unhas; estes são antes produtos do sistema social e que se alteram nas diferentes culturas durante a história. Nessa perspectiva desnaturalizado-

6 Um siglo después, em 1980, la antropóloga Susan Kessler denunciara los códigos estéticos (por ejemplo, talla y forma del pene o el clítoris) que dominan los protocolos médicos de asignación del sexo de los bebés en el momento del nacimiento en nuestra sociedad. Si estos códigos visuales no parecen haberse modificado excesivamente desde finales del siglo XIX, las actuales posibilidades técnicas de modificación del cuerpo introducen diferencias sustanciales en el proceso de asignación y producción de la feminidad y la masculinidad en la era farmacopornográfica: el proceso de normalización (asignación, reasignación), que antes solo podía llevarse a cabo a través de la representación discursiva o fotográfica, se inscribe ahora en la estructura misma del ser vivo a través de técnicas quirúrgicas y endocrinológicas. Así, por ejemplo, si un bebé nace con un pene que, de acuerdo a estos criterios somatopolíticos visuales, aparece como excesivamente pequeño, el llamado «micropene» será anputado, los genitales reconstruidos en forma de vagina y se le aplicará una terapia de sustitución hormonal a base de estrógenos y progesterona para asegurar que su desarrollo «sexual» exterior sea identificable como femenino. Lejos de la rigidez y de la exterioridad de las técnicas de normalización del cuerpo desplegadas por los sistemas disciplinares de finales del siglo XIX y principios del XX, las nuevas técnicas de género del bio-capitalismo farmacopornográfico son flexibles, internas y asimilables.

ra, as sustentações acerca da discriminação com fundamento nas diferenças "naturais" entre homens e mulheres ficam fragilizadas.

## Transexualidades

Várias/os autoras/es tentam traçar origens remotas do fenômeno da transexualidade. Sá (2004), por exemplo, recorre a *O Banquete* de Platão e a lendas romanas acerca da mudança de sexo. Não faz muito sentido, entretanto, falar da transexualidade em uma cultura que não seja a nossa atual, uma vez que a própria ideia do que seja um/uma transexual só se torna possível a partir de determinadas construções de saberes e poderes acerca do gênero e do sexo, bem como de desenvolvimentos tecnológicos. Poder-se-ia, no máximo, falar em outras identidades. No mesmo sentido, alerta Arietti:

*"Nessa tentativa de reconstruir uma história do movimento transexual, é importante distinguir os vários níveis dessa história. Digo isso enquanto gay, mas creio que valha também para as pessoas transexuais: é precisa estar muito atento — no momento em que estamos emergindo como a subjetividade mais forte de um tempo, em que se constrói um movimento, em que possuímos mais voz — para não assimilar sob as nossas categorias aqueles sujeitos que provavelmente eram outros." (Arietti et al, 2010 p.33 — Tradução do Autor)*

Essas lendas e histórias de seres que viviam à margem do que consideramos como as normas de gênero não seguem no sentido de comprovar a tese da existência da transexualidade no passado. Pelo contrário, servem para legitimar a tese que pensa o corpo, o gênero e a sexualidade como construções históricas recentes, como mostra Bento (2008) ao citar o caso Chevalier D'Eon/Madame Beaumont. Essa pessoa foi um/a alto/a funcionário/a da corte do Rei Luiz XV que transitava entre o feminino e o masculino sem ter sua posição ameaçada. De fato, essa fluidez era autorizada e explorada para seu trabalho de espionagem.

Arietti et al (2010) se perguntam quando teria sido a "primeira vez" da experiência trans. Qual é o marco inicial para a história da transexualidade? Considera-se a primeira vez a partir de uma experiência individual subjetiva de não satisfação com um ideal de sexo e gênero impostos? A primeira intervenção cirúrgica? A descoberta das terapias hormonais e cirurgias estéticas? Será a primeira vez no momento do surgimento do conceito transexual? Ou será ainda que a história da transexualidade inicia-se com as lutas das pessoas trans pelo seu próprio reconhecimento? A pergunta acerca do ponto inicial ainda está em aberto e provavelmente não se alcançará uma resposta única. Nesse sentido, haveria não uma, mas várias "primeiras vezes". Apesar disso, é fato que a história da experiência da transexualidade e de seu percurso de liberação, paradoxalmente, está ligada ao

desenvolvimento de um discurso científico sobre o corpo (o que Foucault chamaria de *Scientia Sexualis*) e também sobre o nascimento e o desenvolvimento do preconceito (idem, p.19). O desenvolvimento de tecnologias avançadas de construção do corpo, de hormônios sintéticos, leva à criação de uma nova distinção entre homens e mulheres: a entre bio e trans, entre aqueles que conservam o gênero que lhe foi assignado no momento de seu nascimento e homens e mulheres que apelaram às tecnologias hormonais, cirúrgicas e/ou legais para modificar essa assignação. (PRECIADO, 2008, p.85)

A primeira tentativa conceitual de compreender a transexualidade surge ainda no século XIX, como uma derivação da psiquiatrização da homossexualidade, feita por Krafft-Ebing (ARÁN, 2006). A transexualidade seria, então, para este autor, o grau máximo de expressão de uma neurose sexual. A transexualidade continua até hoje sendo pensada pelos discursos médicos e legais segundo critério de patologização, e permanece constando no CID-10<sup>8</sup> e no DSM-IV<sup>9</sup>, duas das classificações internacionais de doenças mais relevantes na atualidade, as quais influenciam os discursos acadêmicos e jurídicos acerca da transexualidade.

Márcia Arán sintetiza bem o estado atual da transexualidade no pensamento médico:

*"Nas diversas teorias que abordam esta questão parece haver um aspecto consensual: o de que na transexualidade haveria uma incoerência entre sexo e gênero. O discurso atual sobre o transexualismo na sexologia, na psiquiatria e em parte na psicanálise faz desta experiência uma patologia - um "transtorno de identidade" dada a não-conformidade entre sexo biológico e gênero. Por outro lado, ele também pode ser considerado uma psicose devido à recusa da diferença sexual, leia-se, da castração dita simbólica. Nota-se que nestas teorias, o que define o diagnóstico de transexualismo é uma concepção normativa seja dos sistemas de sexo-gênero, seja do dispositivo "diferença sexual". (ARÁN, 2006).*

Por outro ponto de vista, algumas pensadoras/es como Arán (2003, 2006, 2010), Bento (2003, 2008, 2010), Butler (2009) e Preciado (2008), bem como o próprio movimento de transexuais, travestis e transgêneros, buscam questionar a patologização dessas identidades. Acreditam de modo geral que a patologização não passa de uma arbitrariedade, de um instrumento de vigília da normalidade sexual/corporal baseado em normas socialmente construídas e historicamente naturalizadas.

*"Do meu ponto de vista, não podemos estabelecer, a priori, que transexuais padeçam de uma patologia ou sejam, necessariamente, por uma questão de estrutura, psicóticos. A transexualidade não fixa uma única posição subjetiva; ao contrário, existe uma grande diversidade de formas de subjetivação nas experiências transe-*

<sup>7</sup> In questo tentativo di ricostruire una storia del movimento transessuale è importante distinguere i tanti livelli di questa storia. Lo dico in quanto gay, ma credo che valga anche per le persone transessuali: bisogna stare molto attenti - nel momento in cui stiamo emergendo come soggettività più forti di un tempo, si è costituito un movimento, abbiamo più voce - ad assimilare sotto le nostre categorie dei soggetti che probabilmente erano altro.

<sup>8</sup> Classificação Internacional de Doenças 10ª Edição

<sup>9</sup> Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders IV (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais IV)

*xuais (ARÁN; Zaidhaft; Murta, 2007). Isto quer dizer que, numa relação trans-ferencial, os sujeitos podem apresentar funcionamento histérico, obsessivo, bor-derline, psicossomático, psicótico ou ne-huma das alternativas anteriores (como qualquer outra pessoa). Talvez o mais importante seja deslocar a manifestação social da transexualidade da necessidade de traduzi-la imediatamente numa estrutura ou num modo de funcionamento espe-cífico, o que permitiria ampliar o horizonte da clínica de homens e mulheres trans.” (ARÁN, 2010 p.88)*

Butler (2009), analisando o texto do DSM, chega inclusive a afirmar que os testes de transtorno de identidade de gênero, realizados para verificar se uma pessoa é ou não transe-xual “de verdade”, ou seja, se uma pessoa é ou não “doente”, não buscam de fato verificar a capacidade de adequação às normas do gênero em transição, mas sim se o indivíduo consegue se adequar ao discurso psicológico, à linguagem do diagnóstico. A transexualidade, como aponta Bento (2008), seria uma experiência identitá-ria de conflito com as normas de gênero e não entre o sexo e o gênero do sujeito. Para fins didáticos, o conceito adotado para este estudo acerca da transexualidade seria, então, aquele apresentado por Miriam Ventura:

*“A transexualidade é entendida como uma expressão legítima da sexualidade — que pode trazer um tipo de condição de sofrimento (ou não) — e não necessaria-mente uma doença psiquiátrica, em razão das condições sociais e pessoais em que é vivenciada. Isso implica considerar que a transexualidade não traz em si limitações à autonomia (moral ou legal) da pessoa transexual, mas sim um tipo de vulnerabilidade em razão da contradição entre a transexualidade e as normas sociais e mo-rais sexuais vigentes, o que pode resultar em restrições pessoais e sociais danosas à autonomia individual (ou seja, em vulne-ração).” (VENTURA, 2010 p. 26)*

## Da distribuição dos processos por área

Os julgados analisados em sua quase tota-lidade pertencem ao ramo do direito civil -dos 11 acórdãos encontrados apenas um foi profe-rido por uma câmara criminal. Essa disparida-de entre as áreas justifica-se, em partes, pela ausência de legislação específica que trate da temática da transexualidade, obrigando os indi-víduos a recorrerem à justiça para ter seus di-reitos efetivados. Por meio de decretos, portar-rias e outras regulamentações similares, alguns direitos vêm sendo garantidos às/aos transexu-ais, como o direito à cirurgia de transgenita-lização realizada pelo SUS<sup>10</sup> e a utilização do nome social por servidores públicos federais<sup>11</sup>, entretanto o Legislativo tem se mostrado si-lente, não aprovando nenhum projeto de lei que

regulamente assuntos demandados pelas/pelos transexuais<sup>12</sup>. Nesse meio tempo, o judiciário não pôde permanecer inerte perante as deman-das que batem à sua porta, sendo pressionado a tomar decisões. O silêncio da lei é pernicioso por deixar à mercê da interpretação dos julga-dores a existência ou não dos referidos direi-tos, principalmente por tratar-se de questões extremamente polêmicas em que não há con-senso entre os/as muitos/as magistrados/as. Há o risco de abandonar-se o campo do direito para proferir julgamentos realizados de forma a se sustentarem, quase exclusivamente, em preceitos morais dos/as julgadores/as e não em legislações e princípios jurídicos. Schritzmeyer utiliza do Warat para mostrar que os arbitrios jurídicos quando tratam de questões polêmicas – o que no caso específico analisado pela autora foram decisões sobre o crime de curandeirismo – sempre se encontram

*“condicionados, em suas práticas co-didianas por um conjunto de represen-tações, imagens, noções baseadas em costumes, metáforas e preconceitos va-lorativos e teóricos, que governam seus atos, suas decisões e suas atividades. (...) trata-se de um complexo de saberes éticos vividos como diretrizes (...) que disciplinam o trabalho profissional (...)” (WARAT apud SCHRITZMEYER, 2004)*

## A Transexualidade e a Justiça Crimi-nal

Um único acórdão relacionado, de alguma forma, à temática da transexualidade foi en-contrado no período analisado. Refere-se ao homicídio de uma pessoa que aparentemente vivenciava a transexualidade: os votos não são claros se a vítima é uma mulher transexual ou uma travesti, apenas que se trata de uma pes-soa com características físicas atribuídas tan-to ao masculino quanto ao feminino. Percebe-se uma clara confusão entre os dois conceitos e ambos são utilizados para referir-se à mesma pessoa, como se aduz por meio dos seguintes depoimentos transcritos no voto: “[...] que ‘Ra-faela’ é o nome, digamos, artístico, da ora víti-ma Carlos Otávio, assim como o nome artístico do ora depoente, também transexual, é ‘Gláucia’ [...]” (MINAS GERAIS. RE 1.0672.03.106122-5/001 Março 2009 Grifos do autor). De outra forma, “verificou-se que era homem mesmo, contudo, um travesti, e parecia tanto com uma mulher, que se a PM não tivesse dito ao depoente que era um travesti, o depoente es-taria continuando a achar que aquele corpo era de uma mulher [...]” (MINAS GERAIS. RE 1.0672.03.106122-5/001 Março 2009 Grifos do autor).

Pouco se conclui a partir de uma amostra tão pequena e deveras imprecisa. Entretanto, o silêncio por parte da justiça criminal de segundo grau em relação à transexualidade é inquietador. Há que se questionar o porquê de a pesquisa não apontar outros homicídios de transexuais. Sabe-se que o Brasil é um país com um índice

<sup>10</sup> Regulamentado pela Re-solução 1.652/02 do Conselho Federal de Medicina.

<sup>11</sup> Regulamentado pela Portaria 233 de 18 de maio de 2010 do Ministério do Planeja-mento, Orçamento e Gestão.

<sup>12</sup> Como o PL70/1995 de autoria de José Coimbra e o PLC 72/07 de autoria de Lucia-no Zica, por exemplo.

de violência homofóbica/transfóbica altíssimo, tendo 198 LGBT's mortos em 2009 e sendo 14 destes em Minas Gerais (GRUPO GAY DA BAHIA, 2010). Será que, neste período de dois anos e meio analisado pela pesquisa, esta foi a única transexual morta? Será que os casos de assassinatos de transexuais não chegam ao segundo grau de jurisdição ou, então, nem ao menos chegam à justiça? Tendo em vista o caso em tela, a possibilidade mais plausível de resposta repousa no desconhecimento por parte dos profissionais do direito da diferença entre os conceitos de *transexual* e *travesti*<sup>13</sup>. Por este termo ser mais popular no linguajar hodierno, as ações referentes ao assassinato de transexuais possivelmente são movidas fazendo o uso da palavra *travesti* ou até mesmo *homossexual*, quando na realidade se trataria de uma pessoa com a identidade transexual. Esta hipótese pode ser corroborada pelas pesquisas sobre Travestilidade e Justiça que encontram julgados principalmente ou, exclusivamente, no Direito Penal (LEMONS & BECKER, 2011). Outra hipótese para o baixo número de acórdãos criminais sustenta-se na ausência de instrumentos próprios para coletar dados de violências contra LGBT. Os boletins de ocorrência são insensíveis à orientação sexual e à identidade de gênero das vítimas. Esses dados, por não serem propriamente coletados, não chegarão a ser levados ao processo. Sendo assim, seria difícil distinguir, por meio de uma busca por palavras-chave, um acórdão de assassinato de uma pessoa transexual de outro

de assassinato de uma pessoa em conformidade com as normas de gênero.

## A Transexualidade e a Justiça Civil

O Brasil encontra-se entre os países que se orientam pela concepção autorizativa<sup>14</sup>, ou seja, em que não há um direito garantido aos transexuais para que elas/eles possam simplesmente dirigir-se a um cartório ou a outro órgão público e requerer o reconhecimento imediato da retificação de sexo/gênero e/ou do prenome. Eles devem mover uma ação judicial para obter a autorização para efetivação de seus direitos, o que gera um número grande de causas repetitivas, com conteúdo bastante similar entre si na justiça civil.

## Dos pedidos

É possível identificar nos casos cinco tipos de pedidos que se relacionam de forma direta à transexualidade. São eles: retificação de registro civil – sexo/gênero; retificação de registro civil – prenome; custeio de cirurgia de redesignação sexual pelo estado; fornecimento de hormônio preparatório para cirurgia de transgenitalização; remoção de menção à alteração dos dados (sexo/gênero e prenome) no registro civil. Nesse tópico, os pedidos serão analisados juntamente aos argumentos utilizados para negar ou concedê-los.

**TABELA 1: Pedidos vinculados a transexualidade**

#	Pedidos Vinculados a Transexualidade <sup>15</sup>	Quantidade
1	Retificação de Registro Civil - Sexo/Gênero	7
2	Retificação de Registro Civil - Prenomem	4
3	Custeio de cirurgia de redesignação sexual pelo Estado.	1
4	Fornecimento de Hormônio preparatório para cirurgia de transgenitalização.	1
5	Remoção de menção à alteração dos dados (sexo/gênero e prenome) no registro civil.	1
<b>Total</b>		<b>14 - 100%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dentre os processos, sete dos pedidos são de retificação do registro civil em relação ao sexo/gênero, sendo que três dos pedidos foram negados, dois acatados e nos outros dois casos a sentença de primeiro grau foi cassada, retornando o processo para novo julgamento em primeira instância. Em alguns casos, apresentou-se o pedido cumulado ao de retificação de prenome.

Os argumentos daqueles que negaram resumem-se na afirmação da impossibilidade jurídica do pedido, por ser impossível mudar o sexo 'real' dos sujeitos, como pode ser visto por meio do seguinte trecho: "O assento de nascimento deve conter a realidade e, na hipótese, o fato de o autor ter se submetido à cirurgia de transgenitalização não o torna, do ponto de vista genético, pessoa do sexo feminino" (MINAS GERAIS. Ap. 1.0024.07.769997-3/001 Novembro 2009. grifos do autor). Ou ainda:

*"Não há, nem jamais haverá, possibilidade de transformar um indivíduo nascido homem em uma mulher, ou vice versa. Por mais que esse indivíduo se pareça com o sexo oposto e sinta-se como tal, sua constituição física interna permanecerá sempre inalterada. Daí, ao meu sentir, não deve ser retificado o assento de nascimento, no que tange ao gênero do Apelante."* (MINAS GERAIS. Ap. 1.0024.07.595060-0/001 Março 2009.)

A visão do sexo/gênero daqueles que negam esse pedido é rígida, ou seja não pode nunca ser alterado e caso ocorra, tratar-se-ia de uma mentira podendo, inclusive, em alguns pensamentos mais extremistas, ser considerada como crime<sup>16</sup>. Tal visão tem uma base biologicista, compreendendo como mulher o indivíduo que nasceu com os cromossomos XX; fenótipo femi-

<sup>13</sup> Mesmo entre os próprios indivíduos pertencentes a essas identidades, nos movimentos sociais ou na literatura especializada, a diferença entre Travestis e Transexuais não é algo claro. Ressalta-se sempre que são identidades diferentes e que não devem ser confundidas, no entanto as diferenciações realizadas por muitas vezes são vagas e contraditórias. Para mais informações sobre a discussão: VENCATO, 2003; KULICK, 2008; BENTO, 2008.

<sup>14</sup> BENTO (2008) – Bento divide os países em dois grupos, de acordo com o princípio que os regem: do reconhecimento ou da autorização. O primeiro grupo reconhece o direito (de realização da cirurgia, retificação do prenome e do sexo/gênero) dos transexuais independente de ações judiciais, desde que cumpram certos requisitos impostos pela Lei; o segundo grupo requer a autorização de um tribunal para o reconhecimento dos direitos.

<sup>15</sup> O número de pedidos não coincide com o de processos encontrados, uma vez que um processo pode conter mais de um pedido. Os pedidos apresentados nesta tabela são apenas aqueles diretamente vinculados à transexualidade, podendo haver outros pedidos num mesmo processo, como, por exemplo, o de justiça gratuita ou o de novo julgamento.

<sup>16</sup> Assim defende o Des. Barros Levenhagem em: MINAS GERAIS. Ap. 1.0024.07.769997-3/001 Novembro 2009. Sua posição não é isolada, sendo corroborada por jurisprudências anteriores ao período pesquisado; todavia, no lapso temporal em questão, este voto foi o único a levantar a possibilidade da tipificação da alteração de registro.

nino e aparelho reprodutor completo: "A cirurgia teve apenas o condão de dar aparência feminina ao apelante, mas não lhe tornou mulher, na acepção da palavra, já que não lhe tornou dotada de útero, ovários e outras características próprias e peculiares das mulheres." (MINAS GERAIS. Ap. 1.0024.09.672096-6/001 Junho 010).

Foucault (2009) aponta que o sexo, a partir do século XIX, não pode ser constituído apenas como objeto de lei ou de interdição, mas foi constituído em objeto de verdade e falsidade. Os/as desembargadores/as, por meio do discurso de seus votos, falam em realidade do sexo, em mulheres de verdade, auxiliando, assim, na implantação e na solidificação do sexo como objeto de verdade e de poder. Qual seria, então, essa "realidade" apontada pelos desembargadores? Segundo Bento:

*"O 'real' seria a verdade ditada pelos imperativos do corpo, e o fictício, o carente de originalidade. Como identificar um homem e uma mulher 'de verdade'? O que são sentimentos femininos e masculinos? Como concluir que este ou aquele sentimento é mais ou menos feminino/masculino? As/os mulheres/homens biológicos em suas ações cotidianas também interpretam o que é a mulher/homem 'de verdade', isto porque a verdade dos gêneros não está no corpo, já nos diz a experiência transexual, mas nas possibilidades múltiplas de construir novos significados para os gêneros."* (BENTO, 2008 p.37).

A compreensão da "realidade" dos corpos pelos ilustres magistrados se mostra muito estreita. Não há apenas dois tipos de seres humanos, mas múltiplas possibilidades, como afirma Bento (2008 p.37). Afinal, como categorizar um ser que nasce com os cromossomos sexuais femininos, mas com o aparelho sexual masculino? E um ser que se mostra insensível aos hormônios sexuais femininos produzidos e nunca desenvolverá características secundárias femininas?<sup>17</sup> São estes corpos de mulheres? O que faz de uma mulher mulher? Definir os indivíduos por meio de conceitos que possuem sua pedra matriz nas estruturas biológicas é

falho, ignora as experiências subjetivas do ser e as pluralidades de significados possíveis de serem atribuídos aos corpos.

Ademais, o discurso jurídico exige certos requisitos das mulheres transexuais para tornarem-se "mulheres de verdade" - alguns dos requisitos que as tais "mulheres de verdade", ou seja, mulheres nascidas com vagina e com cromossomos XX, não necessariamente cumprem, como a capacidade reprodutora. Fica claro que o judiciário mineiro não consegue se orientar por uma perspectiva que não a do binarismo dos corpos sexuados, vinculando performances específicas a cada tipo de corpo. Os discursos jurídicos e médicos se autoalimentam e suportam na construção de uma "realidade" do sexo baseada em parâmetros biológicos, em cromossomos sexuais, hormônios e outros órgãos. Conclusão similar é atingida por Míriam Ventura:

*"Pode-se concluir que as normas médicas e jurídica consolidam a naturalização de um sistema de sexo/gênero do tipo binário (mulher/feminino e homem/masculino), que não reconhece a existência de outros status sexuais, mesmo que a base biológica existente seja dúvida como no caso das pessoas intersexuais."* (VENTURA, 2010 p.23)

Pensadoras como Butler (2009), Bento (2003, 2008, 2010), De Lauretis (1994) e Preciado (2008) desvinculam a ideia do ser mulher a características exclusivamente biológicas, como a presença de ovários ou de cromossomos sexuais femininos. O sexo e o gênero não seriam coisas pré-discursivas, com finalidades, objetivos e significados anteriores ao próprio homem, mas algo construído performativamente por práticas discursivas (BUTLER, 2009). Não haveria, para estas pensadoras, uma verdade do sexo e do gênero, não existiria um ser mulher de verdade. Não há uma verdade esperando para ser revelada na natureza, um segredo escondido nem uma verdade oculta, o que há são processos culturais, políticos e técnicos por meio dos quais o corpo é produzido e adquire o status de natural (PRECIADO, 2008).

**TABELA 2: Pedidos x Acolhimento**

Pedidos x Acolhimento			
Pedidos	Acolhido?		
	Sim	Não <sup>18</sup>	Total
Retificação de Registro Civil - Sexo/Gênero	2	5	7
Retificação de Registro Civil - Prenome	2	2	4
Custeio de cirurgia de redesignação sexual pelo Estado.	0	1	1
Fornecimento de Hormônio preparatório para cirurgia de transgenitalização.	1	0	1
Remoção de menção à alteração dos dados (sexo/gênero e prenome) no registro civil.	0	1	1

Fonte: Elaborado pelo autor.

<sup>17</sup> Os casos são fictícios, mas possíveis. Para mais informações e casos reais similares: <http://www.healthzone.ca/health/newsfeatures/article/802339--neither-male-nor-female-the-secret-life-of-intersex-people>

<sup>18</sup> Estão inclusos nesta contagem de não acolhidos pedidos que foram acolhidos de forma indireta, ou seja, que não foram propriamente julgados, mas que por alguma razão ficaram prejudicados como, por exemplo, pelo acolhimento de uma preliminar que cassa a sentença originária.

Os argumentos daqueles/as que acolhem o pedido de retificação do sexo/gênero nos registros civis (dois dos sete acórdãos) se baseiam no princípio da dignidade da pessoa humana e/ou nos direitos da personalidade, vedando a submissão do indivíduo a ofensas e humilhações. Negar a modificação seria uma ferida a tal princípio. Recorrente, também, é o argumento de que seria incompatível admitir uma pessoa portar documentos que apresentem prenome feminino e sexo/gênero masculino<sup>19</sup>. Não se trata de um argumento à parte do primeiro, mas uma derivação deste, uma vez que a incompatibilidade é vista como causa de situações constrangedoras e humilhantes. A seguinte passagem ilustra claramente esse fato:

*"Entendo que deve ser efetuada a retificação do sexo, uma vez que não vejo como compatibilizar o novo prenome do autor, que passará a ser feminino, com a condição de "masculino", no Registro, pois, a ser assim, continuaria a existir constrangimentos e humilhações." (MINAS GERAIS. Ap. 1.0024.05.778220-3/001 Abril 2009)*

Mesmo nos acórdãos supramencionados, a transexualidade é representada como sendo uma patologia. Não há qualquer problematização, ao menos por parte dos/as magistrados/as, acerca da classificação da transexualidade como doença, e todo debate sobre seu conceito e "sintomas" são tomados pela perspectiva do CID-10 e do DSM IV. A discussão médico-legal acerca da transexualidade na atualidade guarda muita proximidade com a que se passou com a homossexualidade no passado: criminalizada por um longo tempo, passa a ser considerada uma doença e não um crime em meados do século XIX, para, então, ao final do século XX, ser removida da lista de doenças mentais da Organização Mundial de Saúde (BORRILLO, 2010). A condição de doença foi invocada, inclusive por diversos homossexuais, por conceder a eles alguns direitos em vez de trancafiá-los em prisões. Da mesma forma, o argumento da patologia é utilizado pelos transexuais como forma de obtenção dos hormônios, cirurgia e alteração dos documentos. Todavia, os benefícios do uso estratégico deste discurso médico são ínfimos para não dizer ilusórios: foge-se da prisão, mas não dos tratamentos psiquiátricos, remédios, eletrochoques e intervenções cirúrgicas em busca da cura de pretensa doença.

É interessante apontar, ainda, que no período analisado é perceptível a mudança no posicionamento de desembargadores. No acórdão MINAS GERAIS. 1.0024.05.778220-3/001 Abril 2009, por exemplo, um dos desembargadores modifica seu voto oralmente durante a sessão de votação, após ouvir o voto da desembargadora vogal que concedia a retificação do sexo/gênero para a requerente. Ao acompanhar a desembargadora vogal, o relator perde, resultando em um acórdão favorável à mulher transexual, que obteve a retificação do sexo/gênero para feminino.

Em todos os casos em que houve a conces-



são da retificação do sexo/gênero no registro civil (dois dos setes casos), os requerentes indicam que já haviam se submetido a uma cirurgia de transgenitalização. A retificação do registro é vista como uma consequência lógica da intervenção cirúrgica. Na práxis jurídica, a intervenção cirúrgica configurou-se como um pré-requisito (mesmo que tácito) para a propositura das ações que buscam a retificação do prenome e do sexo/gênero, constatação similar já havia sido feita por Bento (2008). Ao fazer isso, o judiciário tem servido como reprodutor da lógica heteronormativa e homofóbica: obriga os indivíduos a se adequarem às normas de gênero e a um protocolo médico, sob pena do não reconhecimento de seus direitos. De fato, não há aqui o reconhecimento de um direito subjetivo à identidade do indivíduo, mas apenas a regulamentação de uma situação jurídica gerada por um procedimento médico (o processo transexualizador).

Em uma análise crítica, percebe-se que a decisão judicial mostra-se como um atestado de cura ao indivíduo transexual que agora - após realizar a cirurgia de transgenitalização - não sofre mais de um distúrbio mental e por isso se torna normal. Não é o procedimento médico que traz a cura, pois a simples cirurgia não tem o condão de transformar homem em mulher ou mulher em homem, caso o judiciário assim não reconheça. É a decisão judicial que o faz, que consolida a masculinidade ou a feminilidade do corpo: a sentença cria homens e mulheres. A justiça tem, nesse paradigma, um papel duplo: terapêutico, pois complementa e legitima um tratamento médico, que supostamente cura um distúrbio; e criador, produzindo homens e mulheres, discursos e corpos, discursos sobre corpos.

<sup>19</sup> Obviamente, nos casos em que esse argumento foi utilizado, a alteração do prenome já havia sido concedida em primeira instância ou, então, era requisitada e concedida pelos desembargadores no próprio voto. Dessa forma, afirmam ser incompatível autorizar um e negar o outro, sendo, então, os pedidos conexos e derivados. A autorização do primeiro implicaria a necessária autorização do segundo.

Quatro dos pedidos são de retificação do prenome, todos cumulados com o pedido de retificação do sexo/gênero. Não foi encontrado na amostra nenhum caso requisitando a alteração do prenome de forma isolada. Percebe-se pela leitura dos acórdãos que a primeira instância vem autorizando a retificação do prenome. Essa tendência é demonstrada pelos três recursos que buscavam exclusivamente a retificação do sexo/gênero: ingressavam com o pedido da retificação de sexo/gênero e prenome em primeira instância, sendo este concedido e aquele negado, resultando no recurso. Aqueles que negam a alteração do prenome dificilmente concederão a alteração do sexo/gênero; dessa forma, todos os recursos objetivando reforma de sentença de primeiro grau para obter a retificação do prenome buscavam também a retificação do sexo/gênero.

Os votos que não concordam com a mudança têm como base que “a regra é a inalterabilidade do registro civil (prenome e patronímico), somente excepcionada em casos que a justifiquem” (CENEVIVA apud MINAS GERAIS. Ap. 1.0024.05.778220-3/001 Abril 2009). No caso em tela, o Desembargador não vê justificativa para a alteração, compreendendo que “o nome do apelante nada tem de imoral, e nem é capaz de expô-lo ao ridículo ou de causar-lhe constrangimento ou situações vexatórias.” (MINAS GERAIS. Ap. 1.0024.05.778220-3/001 Abril 2009). O argumento que prevalece, no entanto, é de permitir a alteração para evitar situações vexatórias, recorrendo à principiologia constitucional e aos Direitos Humanos para interpretar a Lei de Registros Públicos de forma mais branda, como se aduz do seguinte trecho:

*“No caso, não permitir que o autor — transexual já com aparência de pessoa do sexo feminino — modifique o nome, vai expô-lo a situações vexatórias e até mesmo ao ridículo, instigando o preconceito contra a sua pessoa. [...] Ora, a Lei de Registros Públicos deve ser interpretada levando-se em conta os princípios e fundamentos da Constituição da República.” (MINAS GERAIS. Ap. 1.0024.05.778220-3/001 Abril 2009).*

No período analisado, nenhum julgamento resultou na negativa expressa do pedido de retificação do prenome, mas dois resultaram em negativa indireta. Em um dos casos, o autor teve, em primeiro grau, a inicial indeferida por impossibilidade jurídica do pedido. Recorreu, alegando a possibilidade jurídica, e requereu que o tribunal julgasse desde logo os pedidos. O tribunal acolheu o pedido de cassar a sentença originária, mas entendeu que ainda não havia condições para o julgamento de mérito (dos pedidos de retificação do prenome e sexo/gênero) do caso, restando prejudicado o pedido de retificação do prenome e retornando o processo para processamento em primeiro grau. O outro caso será analisado posteriormente.

Restam três pedidos a serem analisados, sendo que cada um deles pertence a processos diferentes. Dessa forma, cada um dos três ca-

sos será analisado individualmente.

No primeiro dos três casos a serem analisados, a requerente desejava obter o custeio da cirurgia de redesignação de sexo pelo Estado e posteriormente a retificação do sexo/gênero e prenome. Para isso, buscou laudos de diversos profissionais comprovando possuir “transtorno da identidade sexual – transexualismo”, os quais juntou ao processo. O caso já havia sido julgado improcedente em primeira instância e foi rejeitado pelos/as desembargadores/as, em razão da requerente não preencher os requisitos para obter o alegado direito. Sustentam os/as julgadores/as que a requerente submeteu-se a especialistas isolados, o que não substitui a avaliação por uma equipe multidisciplinar de especialistas, como previsto na resolução que regulamenta a cirurgia (Resolução 1.652/02 - CFM), não tendo, assim, direito à cirurgia<sup>20</sup>. O acórdão é muito rasteiro no que se trata dos argumentos apresentados pelo magistrado de primeira instância, menciona, apenas, que a negativa original resultou de insuficiência da perícia. O caso contava com pedidos cumulados de retificação do registro civil em relação ao sexo/gênero e ao prenome. Estes pedidos foram realizados segundo a forma de cumulação sucessiva, ou seja, de forma que, para serem acolhidos, dependem do acolhimento prévio do pedido anterior (THEODORO JUNIOR, 2010). Por essa razão, a negativa daquele (custeio da cirurgia) prejudicou o julgamento destes (retificação de sexo/gênero e prenome).

Constitui, o segundo caso, em um pedido de fornecimento, por parte do Estado, de hormônios preparatórios à cirurgia de transgenitalização, o qual é concedido, pois “[o transexualismo] se trata de doença grave, diagnosticada pelos peritos que acompanharam o paciente” (MINAS GERAIS. Ap. 1.0145.09.537927-0/001 Fevereiro 2010). Os argumentos circundam o direito à saúde da requerente, e o fármaco é concedido por ser parte da cura de uma suposta doença e haver urgência demonstrada. Não haver pretensão de negar o direito à concessão gratuita de hormônios as/aos transexuais parece ser o fundamento escolhido para esse direito equivocado. Para uma ruptura com a lógica patologizante em que nossos/as desembargadores/as se inserem, é necessário que a base para tal concessão seja outra. Uma lógica pautada nos direitos fundamentais positivados em nossa Constituição: nos princípios jurídicos de dignidade; no direito à saúde, que compreende saúde numa perspectiva mais ampla que a diade saudável/doente, mas também como uma tutela ao bem-estar psicossocial do indivíduo; no direito ao próprio corpo e à autodeterminação de sua identidade. Ou seja, é necessário que se reconheça o direito subjetivo da parte em contrapartida à mera regularização de uma situação jurídica gerada por meio de um diagnóstico médico.

Por último, o pedido é de remoção de menção à alteração dos dados (sexo/gênero e prenome) no registro civil. O caso em que o pedido está inserido é peculiar, e a decisão dos julgadores também, merecendo uma especial atenção. Em primeira instância, o juiz deferiu a alteração do registro no que concerne ao prenome e ao sexo/

<sup>20</sup> MINAS GERAIS. Ap. 1.0027.06.100827-5/001 Maio 2010 - “Verifica-se, portanto, que o apelante não comprovou ter preenchido todos os requisitos constantes da Resolução do Conselho Federal de Medicina pois não se submeteu a avaliação por equipe multidisciplinar que o tenha acompanhado em conjunto. Ora, a previsão de avaliação em conjunto por psiquiatra, cirurgião, endocrinologista, psicólogo e assistente social visa garantir a certeza da indicação médica do procedimento cirúrgico, possibilitando que os profissionais das diversas áreas troquem informações para que concluam pelo melhor tratamento a ser dispensado ao requerente. Não há, pois como se aceita os documentos apresentados pelo autor, firmado por profissionais das diversas áreas da saúde mas que não avaliaram conjuntamente o autor.”

gênero, todavia mandou constar no registro que tais informações haviam sido retificadas em razão de decisão judicial. Não satisfeita, a requerente ingressou com recurso no TJMG para buscar a supressão do comando que averba o documento mencionando uma modificação. O pedido é negado pela câmara, por não se compreender como humilhante a anotação, mas em uma decisão surpreendente a intimidade da requerente é preservada, conferindo sigilo à retificação:

*[...] sendo vedado que eventuais certidões expedidas constem informações*

*quanto às mudanças promovidas, exceto, a pedido da própria parte ou por determinação judicial, limitando-se a consignar no campo destinado às observações referencia ao número deste processo. [...] evitando-se, por conseguinte, violação à intimidade da parte. (MINAS GERAIS. Ap. 1.0024.08.239042-8/001 Setembro 2009)*

Uma breve síntese de todas as informações apresentadas pode ser feita por meio da seguinte tabela:

**TABELA 3: Resumo dos Processos**

#	Data do Julgamento	Número do Processo	Área	Pedido	Resultado
1	27/04/10	1.0024.09.672096-6/001	Cível	Retificação de Registro – Sexo/Gênero.	Reforma da sentença, concedido o pedido.
2	23/07/09	1.0024.08.200241-1	Cível	Retificação de Registro – Sexo/Gênero.	Acolhida preliminar de incompetência do juízo de 1º grau.
3	26/03/09	1.0024.07.595060-0/001	Cível	Retificação de Registro – Sexo/Gênero.	Negado por impossibilidade jurídica do pedido.
4	19/11/09	1.0145.09.537927-0/001	Cível	Fornecimento de Hormônio preparatório para cirurgia de transgenitalização.	Reforma da sentença, concedido o pedido.
5	11/08/09	1.0024.08.239042-8/001	Cível	Remoção de menção à alteração dos dados (sexo/gênero e prenome) no registro.	Negado por não ferir a intimidade da pessoa.
6	24/09/09	1.0480.08.115647-7/001	Cível	Retificação de Registro – Sexo/Gênero e Prenome	Cassada sentença de 1º grau. Retorno ao Juízo originário.
7	15/10/09	1.0024.07.769997-3/001	Cível	Retificação de Registro – Sexo/Gênero e Prenome.	Reforma da sentença concedendo parcialmente (apenas alterou prenome).
8	06/03/09	1.0024.05.778220-3/001	Cível	Retificação de Registro – Sexo/Gênero e Prenome	Reforma da sentença, concedido totalmente o pedido.
9	27/04/10	1.0027.06.100827-5/001	Cível	Custeio de cirurgia de redesignação sexual pelo Estado, seguido da retificação de registro referente ao sexo/gênero e ao prenome.	Negado por ausência de requisitos formais.
10	18/08/09	1.0439.06.049042-2/002	Cível	Fornecimento de Medicamentos <sup>21</sup>	Negado por não se tratar de risco à vida.
11	03/03/09	1.0672.03.106122-5/001	Penal	Legítima defesa no homicídio de uma transexual.	Negado por ausência de prova da legítima defesa.

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

## Considerações Finais

Ao menos no que se refere à transexualidade, o horizonte que se enxerga em Minas Gerais não é dos piores e há indicativos de que tende a melhorar. O acesso à justiça por causas relativas à transexualidade é escasso, os pedidos são repetitivos (em sua maioria retificação de sexo/gênero e/ou prenome) e abrangem principalmente a esfera civil, em razão da adoção da concepção autorizativa pelo Brasil. Diversos direitos das/dos transexuais são concedidos, porém, sob fundamentos biologicistas e patologizantes que perpetuam uma discriminação.

A querela no direito é justamente uma disputa de validade e legitimidade entre discursos, elevando, ao final do processo, uma das posições (ou outra nova, criada no percurso) ao status de "verdade". O que está em jogo em um processo não é apenas aquele caso em tela, mas uma relação de saber e poder. Essa relação é mais marcante nos processos de segunda instância, pois são julgamentos colegiados, proferidos, em regra, por três desembargadores/as. Além disso, suas decisões se tornam públicas e são frequentemente referenciadas em outras decisões, trabalhos acadêmicos e manuais de direi-

to, podendo, inclusive, fundar novos paradigmas jurídicos<sup>22</sup>. A jurisprudência tem um poder, ao ser repetidamente referenciada, de solidificar uma forma de entender/compreender o direito.

O esforço realizado neste estudo, de certa maneira, é o de tentar mostrar como as verdades acerca da transexualidade têm sido produzidas no mundo jurídico, percebendo que há uma epistemologia dominante nesses discursos, ou seja, os saberes médicos e psiquiátricos. Nesse contexto, o direito e os juízes exercem uma função: ser fiscal e guardião do sexo e do gênero, de uma lei que não está em lugar algum, mas ao mesmo tempo está em todo lugar. Um sistema jurídico que assim atua está sendo instrumento de propagação da heteronormatividade e de injustiças. Não deve ser tolerado que o discurso reproduzido e elevado ao status de "verdade" jurídica seja gerador/reprodutor de hierarquias e privilégios.

O papel dos/as profissionais do direito para a mudança desse paradigma é fundamental, uma vez que são os/as advogados/as e os/as defensores/as públicos/as responsáveis por levar ao processo epistemologias diversas das hegemônicas que permitam um reconhecimento pleno de seu/sua cliente como um sujeito de direito

<sup>21</sup> A presente ação não trata de assunto correlato à transexualidade nem foi interposta por pessoa que vivencia a transexualidade, todavia o Desembargador revisor faz menção a esse fenômeno em seu voto. Dessa feita, foi ignorada na contabilidade dos pedidos.

<sup>22</sup> As sentenças de primeiro grau também possuem esta capacidade de fundarem paradigmas e/ou de serem referenciadas como argumentos em outras decisões. Todavia, na prática jurídica, e isso é perceptível nesta pesquisa, os acórdãos são mais referenciados quer por serem proferidos por um tribunal hierarquicamente superior ao magistrado monocrático quer porque são tornados públicos e disponibilizados nos sites dos tribunais, diferentemente das sentenças.

nos limites de seu próprio discurso e identidade. Para isso, devem estar atualizados/as sobre as concepções não apenas jurídicas, mas antropológicas, sociológicas, psicológicas, filosóficas e de diversas outras formas de saberes acadêmicos ou não que discorrem sobre a transexualidade. As categorias jurídicas por si só dependem de outros saberes para serem significadas,

e a preocupação com os saberes que permearão o Direito como válidos é crucial. "Sem abordar a questão da epistemologia e do conhecimento não é possível analisar criticamente o Direito, tampouco abrir espaços para outras formas de ser, de pensar, de agir, de julgar e de viver" (CO-LAÇO & DAMÁSIO, 2010 p.105).

Submetido em Abril de 2012

Aprovado em Junho de 2012



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARÂN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora*. Rio de Janeiro, v.9, n.1., 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-14982006000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982006000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 26.10.09
- ARÂN, Márcia. Os destinos da Diferença Sexual na Cultura Contemporânea. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, n. 11(2), 2003
- ARÂN, Márcia. A saúde como prática de si: do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade. In ARILHA, M.; LAPA, T. S.; PISANESCHI, T. C. (Orgs.), *Transexualidade, Travestilidade e Direito à Saúde*. São Paulo, Oficina Editorial, 2010.
- ARIETTI, L.; BALLARIN, C.; CUCCIO, G.; MARCASCIANO, P. (Orgs.). *Elementi di critica TRANS*. Roma, Manifestolibri, 2010
- BENTO, Berenice. Transexuais, corpos e próteses. *Labrys*. Estudos Feministas. n. 4, 2003. Disponível em: <http://www.unb.br/h/his/gefem/labrys4/textos/berenice1.htm>. Acesso em 07.07.2010
- BENTO, Berenice. O que é transexualidade. São Paulo, Ed. Brasiliense, 2008
- BENTO, Berenice. Gênero: uma categoria cultural ou diagnóstica?, In ARILHA, M.; LAPA, T. S.; PISANESCHI, T. C. (Orgs.), *Transexualidade, Travestilidade e Direito à Saúde*. São Paulo, Oficina Editorial, 2010.
- BORRILLO, Daniel. Homofobia: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2010.
- BUTLER, Judith. "Desdiagnosticando o gênero". *Physis*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312009000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 26.10.2010.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2008.
- COLAÇO, T.L.; DAMÁZIO, E.S.P. Um diálogo entre o Pensamento Descolonial e a Antropologia Jurídica: elementos para o resgate dos saberes jurídicos subalternizados. *Sequência*, Florianópolis n. 61, 2010.
- COSTA, J. F. A Construção Cultural da Diferença dos Sexos. *Sexualidade, Gênero e Sociedade*. Rio de Janeiro, Ano 2, n. 3, 1995.
- DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.) *Tendências e Impasses – o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 19ª Edição. Rio de Janeiro, Graal, 2009.
- GRUPO GAY DA BAHIA. *Homossexuais GLBT Assassinados no Brasil: 2009*. Salvador, 2010. Disponível em: <[http://www.ggb.org.br/imagens/TABELA\\_GERAL\\_2009\\_assassinatos\\_de\\_homossexuais.pdf](http://www.ggb.org.br/imagens/TABELA_GERAL_2009_assassinatos_de_homossexuais.pdf)>. Acesso em: 07.07.2010
- KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2008.
- LEMES, H.B.G.; BECKER, S. Ele É Feita Para Apanhar, Ela É Bom De Cuspir: Análise Discursiva Das Representações E Violências (RE)PRODUZIDAS Pelos Julgamentos Do Tjms Contra As Travestis. In II Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, 2011, salvador, EDUNEB v. 1.
- MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(2): 333-357, 2008.
- OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de. *Isto é contra a natureza? Decisões e discursos sobre conjugalidades homoeróticas em tribunais brasileiros*. 256f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, 2009.
- PACHÉCO, Henrique Olegário. *Transexualismo e a dignidade da pessoa humana: possibilidade jurídica de mudança de nome e de sexo no registro civil após operação transexual*. Belo Horizonte, do autor, 2005.
- PRECIADO, Beatriz. *Testo Yonqui*. Madrid, Espasa Calpe, 2008.
- SÁ, Maria de Fátima Freire de. *Da Redesignação do Estado Sexual*. In SÁ, Maria de Fátima Freire de; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. (Orgs.), *Bioética, Biodireito e o Código Civil de 2002*. 1 ed. Belo Horizonte, Editora Del Rey, 2004.
- SCHRITZMEYER, A. L. P. *Sortilégio de saberes: curandeiros e juízes nos tribunais brasileiros (1900-1990)*. São Paulo, IBCCRIM, 2004.
- TJMG. *Estatística Processual- Maio/2010*. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <[http://www.tjmg.jus.br/primeiro\\_vice/estatisticas/2010/maio/2010/Estatistica\\_Processual\\_Unificada.pdf](http://www.tjmg.jus.br/primeiro_vice/estatisticas/2010/maio/2010/Estatistica_Processual_Unificada.pdf)> Acesso em: 09.07.2010
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. v. I. Rio de Janeiro, Forense, 2010.
- VENCATO, Anna Paula. *Confusões e Estereótipos: o ocultamento de diferenças na ênfase de semelhanças entre transgêneros*. *Cadernos AEL - Homossexualidade: Sociedade, Movimento e Lutas*, Campinas, v. 10, n. 18/19, p. 201-205, 2003.
- VENTURA, Miriam. *A Transexualidade no tribunal: saúde e cidadania*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ, 2010.
- Lista de Acórdãos
- MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. RE. 1.0672.03.106122-5/001 Recorrente: José Antônio Pontes da Silva Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais Relator: Desembargador Eduardo Brum Data do Julgamento: 03.03.2009 DJMG 31.03.2009 Disponível em: <http://fwd4.me/VYq> Acesso em: 03.07.2010
- MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Ap. 1.0024.07.595060-0/001 Apelante: E.A.P. Relator: Desembargador Dárcio Lopardi Mendes Data do Julgamento: 26.03.2009 DJMG 07.04.2009 Disponível em: <http://fwd4.me/VYi> Acesso em: 03.07.2010
- MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Ap. 1.0024.05.778220-3/001 Apelante: E.P.S. Relator: Desembargador Eivaldo George dos Santos Data do Julgamento: 06.03.2009 DJMG 07.04.2009 Disponível em: <<http://fwd4.me/VYj>> Acesso em: 03.07.2010
- MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Ap. 1.0024.08.200241-1/001 Apelante: V.B.S Relator: Desembargadora Albergaria Costa. Data do Julgamento: 23.07.2009 DJMG 04.09.2009 Disponível em: <<http://fwd4.me/VZ2>> Acesso em: 03.07.2010
- MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Ap. 1.0024.08.239042-8/001 Apelante: F.F.S. Relator: Desembargador Afrânio Vilela. Data do Julgamento: 10.08.2009 DJMG 30.09.2009 Disponível em: <<http://fwd4.me/WSi>> Acesso em: 03.07.2010
- MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Ap. 1.0480.08.115647-7/001 Apelante: IMS Relator: Desembargador Silas Vieira. Data do Julgamento: 24.09.2009 DJMG 23.10.2009 Disponível em: <<http://fwd4.me/VYk>> Acesso em: 03.07.2010
- MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Ag. 1.0145.09.537927-0/001 Agravante: B.L.M.S Agravado: Estado de Minas Gerais. Relator: Desembargador Vieira de Brito. Data do Julgamento: 19.11.2003 DJMG 02.02.2010 Disponível em: <<http://fwd4.me/VZA>> Acesso em: 03.07.2010
- MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Ap. 1.0027.06.100827-5/001 Apelante: Valdinei Gomes de Abreu. Apelado: Estado de Minas Gerais. Relator: Desembargador Brandão Teixeira. Data do Julgamento: 27.04.2010 DJMG 12.05.2010 Disponível em: <<http://fwd4.me/VZI>> Acesso em: 03.07.2010
- MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Ap. 1.0024.09.672096-6/001 Apelante: W.L.O.S. Relator: Desembargador Alvim Soares Data do Julgamento: 27.04.2010 DJMG 18.06.2010 Disponível em: <<http://fwd4.me/VYi>> Acesso em: 03.07.2010
- MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Ap. 1.0024.07.769997-3/001 Apelante: R.O.A. Relator: Desembargador Barros Levenhagem Data do Julgamento: 15.10.2009 DJMG 05.11.2009 Disponível em: <<http://fwd4.me/VYm>> Acesso em: 03.07.2010

# Belo Horizonte no início do Século XX: uma cidade entre rupturas e continuidades<sup>1</sup>

*"... a cidade somente será repensada e reconstituída sobre suas ruínas atuais depois de termos compreendido adequadamente que ela é o desdobramento do tempo daqueles que são seus moradores"*

Henri Lefebvre

**Danielle Uchoa Alonso Rodrigues**

Graduada em Ciências Sociais pela UFMG  
nielerods@gmail.com

**Palavras chave:**  
Modernidade;  
Tradição; Belo Horizonte; Espaços e Temporalidades;

**Key words:**  
Modernity; Tradition;  
Belo Horizonte;  
Spaces and Temporalities;

**RESUMO:** Neste artigo propomos pensar a cidade de Belo Horizonte do início do século XX por meio de um estudo bibliográfico sobre o período histórico e de relatos encontrados em trechos de artigos de jornais da época, crônicas e memórias literárias. Observamos que a cidade se apresenta controversa em uma teia de representações. Enquanto é lida pelos visitantes como moderna e inovadora, por outro lado, nas narrativas construídas pelos moradores, observamos indícios de práticas que remetem a um tempo passado, mas ainda muito presente. Trata-se de observar noções sobre a dinâmica sociocultural, fazendo-nos repensar o conceito de moderno hegemônico imprimido na época.

**ABSTRACT:** In this article we propose to think the city of Belo Horizonte in the early twentieth century through a study literature on the historical period and reports found in excerpts from newspaper articles of the time, chronicles and literary memoirs. We note that the city presents a controversial web of representations. While it is read by visitors as modern and innovative, on the other in the narratives of the residents noticed evidence of practices that lead to a time past but still very present. It is to observe the dynamic socio-cultural notions of making us rethink the concept of hegemonic modern instilled at the time.

## Algumas imbricações sobre tempos e espaços

No final do século XIX para o início do XX, o Brasil vivenciava um momento peculiar em sua história, marcado por transformações sociais, econômicas e políticas. Palavras como progresso, modernidade e renovação social eram vistas como ordens de um tempo vindouro.

Belo Horizonte nasceu nesse tempo. Fruto de aspirações políticas que prenunciavam nesta cidade um futuro que estivesse em consonância com este novo período, a nova capital de Minas foi construída sob a égide da modernidade. Enquanto aqueles que a planejaram a concebiam como um projeto inovador para o país, os novos moradores, principalmente aqueles advindos da antiga capital Ouro Preto, viam nesta nova cidade características discrepantes de suas origens ouro-pretanas. Nasceram aí as tensões subjacentes à criação da nova capital mineira, moderna, mas "fabricada".

Esse é um tema que levanta bastantes discussões, haja vista a quantidade de trabalhos encontrados acerca da criação da cidade de Belo Horizonte, ressaltando ora sua peculiaridade ora suas controvérsias. Este artigo tematiza a cidade belo-horizontina do final do século XIX até meados da década de 1920, tentando entender as peculiaridades socioculturais entranhadas nas práticas, nas concepções e nas representações

dos habitantes sobre a nova capital nessa época.

Pretendo neste trabalho apontar linhas interpretativas mais específicas que enxerguem outros meandros da vida dos indivíduos não mediados necessariamente pelos grandes processos sociais e históricos. Isso significa que daremos ênfase em narrativas que expressam ritmos de vida engolfados por um cotidiano que traz à tona o modo de ser tradicional. Para isso, é de suma importância metodológica adotar como objeto de análise certos documentos que abordem aspectos da vida social subjacente ao universo das "microações" dos indivíduos. Para atingir este objetivo, permito-me utilizar fragmentos de textos de jornais da época<sup>2</sup>, crônicas e, sobretudo, trechos de memórias literárias que abordam a cidade no período analisado, além de um estudo em fontes bibliográficas. Procuraremos ver a cidade por meio desses pequenos trechos, considerando-os como fragmentos. Como observa Fraya Frehse (2005):

*"esses fragmentos constituem-se de pequenos detalhes, aparentemente insignificantes, que, no entanto, possuem um grande potencial heurístico. É que a relação tensa entre os detalhes ressaltados e mantidos opacos na documentação surgem indícios da lógica sociocultural e histórica que subjaz ao próprio contexto de produção do documento"* (FREHSE, 2005, p. 29).

<sup>1</sup> Pequeno extrato modificado da monografia intitulada "Pelas ruas da cidade: representações do espaço urbano belo-horizontino nas memórias literárias mineiras", sob orientação do prof. Ronaldo de Noronha, defendida em Dezembro de 2010, para obtenção de título de bacharel em Ciências Sociais na UFMG.

<sup>2</sup> Pesquisa realizada no Arquivo Público Mineiro, Superintendência de Museus do Estado de Minas Gerais e Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.

Escolhendo como referencial teórico-metodológico trabalhar com documentos muitas vezes negligenciados pelos pesquisadores como fontes importantes de dados sobre a sociedade, tento, diante disso, abrir olhares para as "rachaduras históricas que sempre permeiam as práticas socioculturais das aglomerações urbanas" (BORGES 2007, p. 81), sempre tão obscurecidas pelas documentações oficiais que privilegiam narrativas que por vezes encobrem certas vicissitudes da vida dos moradores da cidade. Importante ressaltar, nesse ponto, a qual morador estamos reportando. Observaremos *quem* "fala" nas documentações, pois estas narrativas eventualmente expressam modos de vida, de pensamento, de experiências. Deparamo-nos, no entanto, com uma limitação um pouco indesejada, que é o fato de grande parte das documentações reportarem correntemente visões ou falas de uma camada social bem específica, em geral a elite. Cabe pontuar, excetuando Pedro Nava, filho de funcionária pública sem muito capital social a princípio, que praticamente todos os trechos deste artigo são (re) produzidos por agentes localizados em camadas mais abastadas na sociedade. Deixaremos claro, sem ingenuidades, que o tipo de material trabalhado como fonte poderá repercutir na maneira como lemos a cidade da época.

Neste artigo apresentaremos primeiramente as características da criação de Belo Horizonte baseadas na ideia de ruptura, regida por um espírito moderno, e como esta "modernidade" era vista por alguns atores. Em um segundo momento, evidenciaremos, por outro lado, o quão ainda os padrões de relacionamento social se referiam a um mundo patriarcal e rural, da qual Belo Horizonte estava muito próxima. Nesse sentido, a cidade de Belo Horizonte se apresentava controversa, numa tessitura "de temporalidades que medeia vivências e percepções" (FREHSE, 2005, p. 232). Os planejadores<sup>3</sup> da nova capital a idealizaram criando espaços de convivência a fim de fomentar a emergência de uma esfera pública, mas veremos que os costumes e as mentalidades dos habitantes não estavam em consonância com o anseio proposto. Por fim, trataremos especificamente de rever categorias de tempo e modernidade. Convido, então, o leitor a desvendar neste texto essa *certa* modernidade (de que afinal estamos falando) na Belo Horizonte da virada do século XIX e início do XX: vamos?

## A cidade controversa

Após a conturbada escolha do local onde deveria ser a nova capital do Estado de Minas, Belo Horizonte foi a cidade escolhida para abrigar a sede do poder político do governo<sup>4</sup>. Mais do que acolher um espaço físico e simbólico do poder, a nova cidade traduziria em seus espaços os ideais de republicanismo, de positivismo e de modernidade.

Dessa maneira, partiremos das próprias representações<sup>5</sup> que os visitantes fazem da cidade para construirmos um conceito sobre o que consideraremos como "cidade moderna" neste trabalho. Estas falas são, de certa forma, represen-

tativas dentro de um universo mais amplo e nos trazem certos indícios que ajudam a construir a percepção desejada. Nestas falas, observaremos que certos símbolos de civilização, como arquitetura diferenciada, instalação de serviços públicos como telégrafos, parques e praças, luz elétrica e bondes, tomam parte considerável dos relatos quando é mencionada a "modernidade" vivida na capital mineira, sendo essas concepções partilhadas socialmente. A cidade moderna aparece como local por excelência do novo, apresentando elementos que rompem com parâmetros que correspondem ao passado. Leticia Julião (2006) observa que

*"[...] a cidade aparece com signo de um novo tempo; centro de desenvolvimento intelectual e de novas formas de riqueza e trabalho; foco irradiador da civilização e progresso; um lugar moderno, higiênico e elegante, capaz de consolidar um poder vigoroso e assegurar a unidade política do Estado" (JULIÃO, 1996, p.50).*

Nesse sentido, era importante para o poder público divulgar características da nova capital, aliadas ao desenvolvimento e progresso, destacando os novos elementos que fariam parte da paisagem urbana. Para isso, foram mobilizados recursos e investimentos ligados ao ramo das ciências, como, por exemplo, o uso da fotografia, aparelho associado à modernidade, na intenção de apresentar as dimensões comparativas e evolutivas do trabalho desempenhado na nova capital. Em uma das fotografias, registra-se a chegada da locomotiva em uma estação de trem. Podem-se notar nela elementos do moderno, como postes telegráficos, a nova arquitetura da estação, o próprio trem como símbolo do movimento, referências que assinalavam importâncias de transformações futuras naquele lugar. Assim como indicava a direção do trem na foto, acreditava-se que um novo rumo estaria por vir. Essas imagens pretendiam evocar as características modernas da nova capital.

Essa produção imagética da cidade não se limitava à fotografia somente, e se expandia para outras áreas. A arquitetura foi uma delas. Aliás, podemos apontá-la como um aspecto importante dentro da construção da cidade, pois seria por meio dela que o passado e toda a tradição colonialista seriam de fato "esquecidos" ou negligenciados. Assim, a arquitetura de Belo Horizonte apresentava um estilo eclético, que incorporava o neoclássico, às vezes o gótico, mas nada de barrocos e rococós. O estilo arquitetônico oficial escolhido dominou as fachadas dos principais prédios públicos, como o Palácio do Governo e as Secretarias do Estado. Conforme a professora Celina Borges Lemos aponta,

*"[...] o repertório da cultura eclética presente na arquitetura só veio reforçar o traçado planejado. Os edifícios, como verdadeiros santuários, buscam beleza e diversidade, onde valores, estabilidade, forma são assim apresentadas como objetos irrealis, mas transformados em matérias [...]" (LE-MOS apud BAHIA, 2007, p. 66).*

<sup>3</sup> A cidade de Belo Horizonte foi projetada pelo engenheiro-chefe Aarão Reis, formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em meados do século XIX. Ele integrava a Comissão Construtora da Nova Capital, responsável pelo planejamento da cidade.

<sup>4</sup> Sobre as razões que culminaram na transferência da capital mineira e sua construção, ver: Moema Miranda de Siqueira, "Mudança da capital de Minas: uma questão ideológica", 1972; Maria Efigênia Lage de Resende, "uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte", 1974; Ciro Flávio B. Mell, "A noiva do trabalho - uma capital para a república", 1996; Leticia Julião, "Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891 - 1920)", 1996.

<sup>5</sup> Concebo representações neste trabalho como forma de apreender a realidade (social), captando nos esquemas conceituais produzidos pelos agentes um sistema de crença, valores e/ou concepções construídas coletivamente.

Buscava-se o original e o novo, mesmo que isso fosse cheio de contradições.

Para o visitante Artur Azevedo, que registra sua impressão da cidade em um artigo intitulado "Um passeio a Minas", em 1901, observamos o quanto estes aspectos, que se referem ao desenho arquitetônico dos prédios da capital, remete a algo requintado e elegante que por ora se liga também à concepção de moderno:

*"Nessa primeira visão rápida e fugaz, Bello Horizonte me deu uma bella impressão de opulencia e grandeza. Nem uma rua: tudo Avenidas! Nem uma habitação modesta: tudo palacios, palacetes ou casas assobradadas, de apparencia nobre, sacrificando ao jardim uma boa parte do terreno. (...) Em Bello Horizonte não faltam, aliás, casas particulares de aspecto luxuoso, elegante e moderno"* (AZEVEDO, 1901).

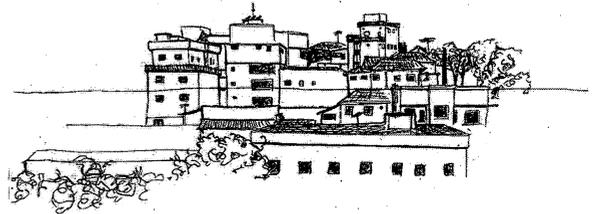
Outro conceito em voga no final do século XIX e início do XX foi o urbanismo que incorporou formas e mentalidades pautadas no método, nos meios técnicos e na razão. No caso de Belo Horizonte, a Comissão Construtora construía uma ideia de cidade que se baseava em eliminar as referências do passado colonial, negando por completo todos esses vestígios que a comissão aqui encontrava. Belo Horizonte traduziu em seu traçado urbano essa concepção.

Planejada para se diferenciar dos moldes urbanos e da ordem espacial que caracterizaram as cidades coloniais, a cidade moderna significava a instauração de um novo tempo, que "(...) pressupunha, também, uma nova espacialidade, capaz de dar um sentido material e simbólico à ideia de ruptura" (JULIÃO, 1996, p. 50).

As avenidas largas, ligando pontos da cidade, indicavam um espaço propício ao fluxo e à circulação de pessoas e de mercadorias. Era uma nova lógica racional que se associava a uma imagem da cidade em movimento, refletindo em novas formas de o indivíduo se relacionar com o espaço e o tempo. Acreditava-se que na cidade moderna se teriam as reais condições para o desenvolvimento de uma vida material contínua e de mudanças sociais e culturais plenas.

Essas transformações se refletiam no próprio espaço público, "legitimador do novo poder, adequado à sociedade formada por indivíduos emancipados" (JULIÃO, 1996, p. 50). Aliás, este mesmo espaço público seria transformado por meio de novas ruas, avenidas e bulevares que deveriam refletir o avanço do século. O novo código urbano moderno mudava as formas de experiência dos indivíduos na cidade, uma vez que o sentido tátil oferecia lugar à experiência pelo sentido visual. Um exemplo dessa mudança é visto comparando a maneira como as pessoas se relacionavam fisicamente com o espaço (propriamente dito) nas cidades do interior. A grande maioria delas andava literalmente a pé ou descalças. Com a modernidade, essa experimentação cedia lugar a ícones do movimento, como o bonde, o transporte público.

Observando as falas principalmente de alguns visitantes de Belo Horizonte, vemos que essas referências visuais e os equipamentos da modernidade tinham grande peso em suas considera-



ções sobre a cidade capital. Os símbolos de um novo tempo, como a arquitetura, os serviços de melhoramentos que se relacionavam ao bem-estar e à higiene e o traçado urbano, eram elementos elogiáveis e vistos como benesses de um tempo vindouro. Para o visitante Manoel de Ávila Goulart, grande industrial carioca que viera à capital visitar seu irmão, Belo Horizonte era assim:

*"Para quem chega a Bello Horizonte, o primeiro golpe de vista é verdadeiramente agradável.*

*A Estação, já em si, leva a gente a um bom juízo, que se confirma depois com todo a aspecto da cidade.*

*Os prédios, bem edificadas, obedecendo a um systema architectonico<sup>7</sup> tão elegantes e sólidos, e produzem á vista uma agradável impressão.*

*Os edificios públicos, onde o Estado dependeu quantia regular, nada deixam a desejar e podem, por sua architectura, pelas suas obras internas, pelas pinturas, desafiar os que aqui são destinados ao público serviço. (...)*

*Tendo bom clima, com estações bem divididas, com a água em abundancia, luz electrica e esgotos, a Capital de Minas oferece a quem melhor quer viver um bem estar e conforto que aqui mesmo é desejável"* (GOULART, 1901).<sup>8</sup>

Na mesma época aproximadamente, há outra descrição da cidade feita por Olavo Bilac, em visita a Belo Horizonte, em 1903. Bastante semelhante ao depoimento anterior, ela ressalta os aspectos modernos da cidade:

*"[...] como por milagre, no meio de um rude sertão, uma bela cidade moderna, com avenidas imensas, com palácios formosos, com admiráveis parques! Pelas ruas longas e arborizadas, rolam bondes elétricos, lâmpadas elétricas fulguram entre prédios elegantes e higiênicos, motores elétricos põem em ação, nas fábricas, as grandes máquinas cujos ronron continuo entoam os hinos de trabalho e da paz" [...]* (BILAC apud BAHIA, 2007).

Outra fala é de Francisco Ozamis, que destaca em sua descrição no artigo "Um povo que surge..." algumas características. Para ele, Belo Horizonte passa por um "franco progresso" que, por sua vez, proporciona comodidades de vida.

*"Quem, porém, quizer melhor avaliar o momento historico do franco progresso que está a seguir Minas, emprehenda uma viagem para a sua Capital. Bello Horizonte*

6 Ver AZEVEDO, Artur. Um passeio a Minas. O País, Rio de Janeiro, nov. 1901 a fev. 1902. [s.p.].

7 Opto em transcrever as palavras tal como encontradas nas documentações de pesquisa. Estas palavras escritas diferente graficamente dos dias atuais não comprometem o entendimento do significado que apresentam.

8 Goulart, Manuel de Ávila. Impressões da Cidade. Diário de Minas, Cidade de Minas [Belo Horizonte] 13 jun. 1901. p. 2.

9 Companhia Vale do Rio Doce. Parque Municipal: crônica de um século. Belo Horizonte: CVRD, 1992, p. 32.

*constitui hoje o atestado mais eloquente desta verdade. (...)*

*Hoje chama primeiramente a atenção do viajante a sua planta, sabiamente traçada e os edifícios bellissimos e modernos que por toda parte surgem ininterruptamente.*

*Já não existem mais relíquias do antigo Curral d'El Rei, porque substituíram-no palácios do mais apurado gosto, junto ao conforto e facilidades da vida" (OZAMIS, 1913)<sup>10</sup>.*

A cidade moderna era reconhecida pelos seus códigos visuais. Ao contrário dos visitantes que apontavam características atraentes da nova capital, os novos moradores advindos em geral de Ouro Preto se sentiam insatisfeitos com as formas planejadas da cidade, pois isso se configurava como um aspecto discrepante de suas experiências sociais em uma cidade. Os traços das ruas, avenidas e praças de Belo Horizonte ganhavam uma nova conotação, rompendo com a ideia e as referências anteriores do urbanismo colonial, marcado por um tipo de organização espacial orgânica e barroca<sup>11</sup>.

Novos códigos urbanos que necessitavam de novas leituras espaciais – mas não compreendidas pelos novos habitantes, que viam nessas ruas largas uma incompatibilidade com os seus modos comportamentais de se relacionar na cidade – essas formas surpreendiam o habitante da nova capital, apresentando-lhes uma “linguagem enigmática de seu ambiente” (JULIÃO, 1996, p. 53). Dessa maneira, muitas eram as declarações de insatisfação com os novos traços urbanos em jornais ou em revistas da época. Relatemos um exemplo encontrado em uma revista belo-horizontina da década de 10, “Vida de Minas”: “A natureza tem horror aos saltos, e não é possível sahir uma cidade do traço dum engenheiro, cheia de ruas adrede preparadas...”. Carlos Drummond de Andrade (1973) também expressou em um poema, chamado “Ruas”, o estranhamento com as formas planejadas da cidade:

*“Porque ruas tão largas? / Por que ruas tão retas? / Meu passo é torto / foi regulado pelos becos tortos / de onde venho. / Não sei andar na vastidão simétrica / implacável. / Cidade grande é isso? Cidade são passagens sinuosas / de esconde-esconde / em que as casas aparecem desaparecem / quando bem entendem / e todo mundo acha normal. / Aqui tudo é exposto / evidente / cintilante. Aqui / obrigam-me a nascer de novo, desarmado.”*

O espaço público se configurava, assim, para o novo morador como algo sem sentido, falso e incompatível com as suas experiências adquiridas em seus locais de origem, pois, como disse Drummond, o passo dele é torto e foi regulado pelos becos, de onde ele vem. A cidade é entendida como algo artificial, não maculado pelos rastos humanos. Os planejadores da nova capital a constroem “[...] longe de qualquer injunção da sociedade, ficando praticamente confinado aos meios técnicos” (JULIÃO, 1996, p. 55).

A partir desse planejamento prévio, era possível evitar uma intervenção espontânea dos

próprios moradores na dinâmica do espaço. Os planejadores intuíaam que os novos referenciais urbanos, como arquitetura eclética, ruas largas, e códigos visuais, como calçadas bem definidas, fossem capazes de imprimir aos transeuntes novas formas de relações sociais.

As ruas largas e grandes, pensadas em um tempo completamente inadequado pela falta, ainda, de automóveis e tráfego intenso, davam a impressão de vigilância, bem própria da transparência que o mundo moderno almejava. Os becos de Ouro Preto, encarados muitas vezes pelos seus próprios habitantes como “escudos”, conferiam um aspecto contraposto ao verificado na nova capital, e possibilitavam “uma permanência mais reservada no ambiente das ruas” (JULIÃO, 1996, p. 58).

Essa geometria da cidade, que conferia a ela um aspecto transparente, causava certos constrangimentos aos habitantes. Um episódio que nos apresenta um caso curioso é o relatado numa crônica de 1910. Nela um indivíduo, funcionário público, conta ao cronista que, por causa de uma dívida com um credor, o encontra indesejadamente sempre em vários lugares. Enquanto narra o seu drama, avista um e, tentando se safar, comenta: “Diacho! Nem um beco nesta terra! Ruas largas como não sei o que! (...) Qual si! Viva o nosso velho Ouro Preto!”<sup>12</sup>.

Havia um descompasso de ordem tempo-espaço vivido pelo novo habitante de Belo Horizonte advindo da antiga capital, com suas ruas tortuosas e becos, ao encontro com uma cidade que pretendia moderna, mas sem identidade e afeição. Claro que aqui devemos considerar também o fato, não menos importante, de grande parte dos ouro-pretanos não aprovarem a mudança da capital, o que os faz naturalmente construir representações negativas de Belo Horizonte.

Pensados pelos planejadores da capital que as condições materiais fornecidas pela cidade “moderna” ofereceriam novas experiências sociais e que, conseqüentemente, estas experiências agiriam sobre a mentalidade e os costumes rotineiros dos moradores, acreditava-se que os próprios conteúdos de vida fossem atingidos por certas objetividades, refletindo no comportamento cotidiano, mas isso era bastante limitado. O que se percebia, nesse momento, era ainda uma “vida calma”, de fato, em contraposição à “intensa vida nervosa” a que Georg Simmel (1967) se refere ao escrever sobre as grandes cidades.

Desse modo, consideremos Pedro Nava, memorialista que muito relatou sobre Belo Horizonte em seus livros, resgatando por meio de suas memórias a cidade daquela época. Ainda muito pacata e vazia era a capital mineira para Nava (2003): “Eu virava de frente para o muro da Serra do Curral e seguia olhando as duas filas de luzes convergentes que se encontravam no [bairro] Cruzeiro. Vivalma. Nada. Eu e o ruído de meus passos [Avenida] Afonso penacima...” (NAVA, 2003, p. 116-117).

Outro relato é de Beatriz Borges (2000), moradora de Belo Horizonte desde as primeiras décadas, que também nos descreve, em seu livro de memória, uma cidade tranquila e sem muita agitação: “[...] O movimento na Rua da Bahia era muito pequeno e enxergávamos o bonde que ia su-

<sup>10</sup> Ver OZAMIS, Francisco. Um povo que surge... Ao Exmo. sr. desembargador dr. Carlos B. Ottoni. A Comarca. Mogi-Mirim, 23 mar. 1913. p. 1.

<sup>11</sup> Cabe mencionar a existência de controvérsias teóricas a respeito da forma como autores concebem o tipo de organização espacial das cidades coloniais. Há pesquisadores que ressaltam em seus argumentos a irregularidade do traçado urbano, o que indicaria falta de planejamento e organização destes núcleos. Outros, em uma abordagem mais recente, reavaliam a maneira como o conceito de regularidade vem sendo usado no estudo urbano colonial, interpretando que há mais aspectos comuns e regulares observados nas cidades coloniais brasileiras do que realmente se imagina.

<sup>12</sup> QUASI! ..., 20 nov. 1910. p. 2. Apud Julião, 1992: 58.

bir quando este saía da Av. Afonso Pena” (MARTINS, 2000, p. 43).

Nesse ensejo, observaremos pela cidade outros contratempos que denunciam ainda o quanto as novidades e os novos equipamentos urbanos pela capital estavam aquém desta modernidade anunciada, necessitando de reparos e melhoramentos. Pedro Nava relata que o bonde de Belo Horizonte sempre tinha atrasos, enguiços, falta de luz, curtos-circuitos, e os fios e postes eram arrancados pelas enxurradas, e mais: “A eletricidade falhava em Belo Horizonte. Sim. Mas falhava tudo na cidade. Calçamento, obras públicas, saúde, instrução” (NAVA, 2003 p. 316). Muitas ruas careciam de iluminação pública, principalmente aquelas situadas na área suburbana. Pedro Nava, que neste tempo residia na Rua Caraça, no Bairro Serra, relata sua dificuldade em chegar em casa à noite devido à falta de luz nas ruas.

### Entre a casa e a rua

Observando mais de perto a vida dos moradores da cidade por meio do material de análise que tomo como referência neste artigo, percebemos que, em geral, as sociabilidades das famílias se davam na esfera doméstica, influenciando todos os afazeres cotidianos das pessoas, uma herança social vinda desde o período do Império. Como não podia deixar de ser ainda neste tempo, praticamente todas as atividades estavam confinadas ao ambiente da casa. Beatriz Borges Martins e Pedro Nava nos descrevem algumas delas: “Como se usava na ocasião, a cerimônia foi realizada na casa do papai, onde arrumaram o altar. Nessa época, ninguém se casava em igreja” (MARTINS, 2000, p. 117 – 118); “Como eu fosse companheiro de seu sobrinho Inar Dias de Figueiredo fui ao velório na sua casa da rua Gonçalves Dias, 344” (NAVA, 2003, p. 140).

A professora Maria Eliza Linhares Borges (2007) chama atenção para o que ela denomina de “cidade face a face”, fazendo uma referência a uma época na cidade de Belo Horizonte na qual as relações sociais eram tecidas de fato sem nenhuma outra mediação a não ser pela face de um encontrando-se com outra. Ela afirma que a construção de uma capital moderna não eliminou alguns hábitos de vida considerados retrógrados e ultrapassados, mas ainda presentes e rotineiros no dia-a-dia dos habitantes da capital. Ela analisa que

*“(...)entre 1898 e 1923, uma série de leis e decretos reedita a proibição da venda de ‘aves em pé’ pelas ruas da cidade. Tal repetição é indício de que, à revelia da legislação, esse comércio atendia a uma demanda dos moradores que, das janelas de suas casas, acorria aos gritos dos ambulantes que lhes vendiam não apenas as ‘aves em pé’, mas também os hortigranjeiros produzidos, em geral, nas áreas suburbanas” (BORGES, 2007, p. 86).*

Sobre isso, Beatriz Borges relata que “havia, nessa ocasião, uns mascates que passavam pela rua, batendo um matraca, e vendiam panos, ren-

das, fitas, enfim, coisas de costura”(MARTINS, 2000, p. 44).

*“Naquele tempo — entre 1910 e 1920 —, não só os mascates andavam de porta em porta, mas também os padeiros, os açougueiros, os verdureiros, os fruteiros, todos entregavam tudo em domicílio. Lembro-me de que o caixeiro do armazém em que vovó e mamãe compravam ia lá em casa, à tarde, com o caderno em que elas escreviam o que precisavam e, no dia seguinte cedo, ele levava as encomendas” (MARTINS, 2000, p. 45).*

Sobre os eventos sociais que ocorriam correntemente no espaço da casa, podemos destacar os cafés, bailes e reuniões com amigos, reforçando assim laços e relações de vínculos. Pedro Nava nos descreve um jantar promovido pela mãe de João Pinheiro Filho, D. Helena de Barros Pinheiro, que seguido de baile festejou o noivado da filha Virgínia com Elísio Carvalho Brito: “Os cafés de sua casa eram alegres e cheios de palestras. Além dos solteiros, lá estava sempre uma das filhas casadas, um dos genros. Gente. Casa cheia, como gostava sua dona” (NAVA, 2003, p. 314).

Beatriz Borges Martins, integrante de uma das famílias belo-horizontinas mais tradicionais da cidade, revela o quanto os vínculos eram construídos e reforçados nestes eventos que ocorriam para segmentos sociais bem restritos:

*“(...) a casa do Dr. José Pedro Drummond, um palacete muito chique na esquina da Rua da Bahia, com entrada pela Timbiras, onde se localizavam garden-parties frequentados pela sociedade mais elegante da cidade à época. (...) O Dr. José Pedro Drummond tinha, de seu segundo casamento com D. Magdalena, os filhos José (Zé Drummond), Maurício e Clarita, minha amiga inseparável até sua morte, em novembro de 1997” (MARTINS, 2000, p. 28).*

Belo Horizonte é, então, representada na obra de Beatriz como um lugar que abriga uma rede de relacionamentos que vão desde relações de vizinhanças e de prestação de serviço a relações de amizades que, em alguns casos, se dirigiam para relações familiares ou com algum grau de parentesco.

*“Nossa amizade com os Sales sempre foi enorme. Papai era padrinho do Julinho e eu, madrinha de casamento da Heloísa, minha companheira inseparável. Ela casou-se com o Dr. José Humberto Rodrigues da Cunha, médico em Uberaba, e foi morar lá. Somos comadres duas vezes: ela é madrinha do meu filho Roberto e eu o sou da sua filha Maria Beatriz” (MARTINS, 2000, p. 40).*

Essas redes de relacionamentos que se formavam entre os membros da elite tinham muita importância no sentido de tecerem não só uma rede de privilégios para estas famílias como de formarem um capital social<sup>13</sup> considerável.

Vemos por meio destes exemplos que o núcleo doméstico era referência de local de sociabilidade, principalmente para as camadas sociais mais abastadas. Para que a elite<sup>14</sup> vivenciasse a cidade "moderna", era necessário estimular um processo civilizatório, transformando suas relações sociais tradicionais para as do tipo burguês.

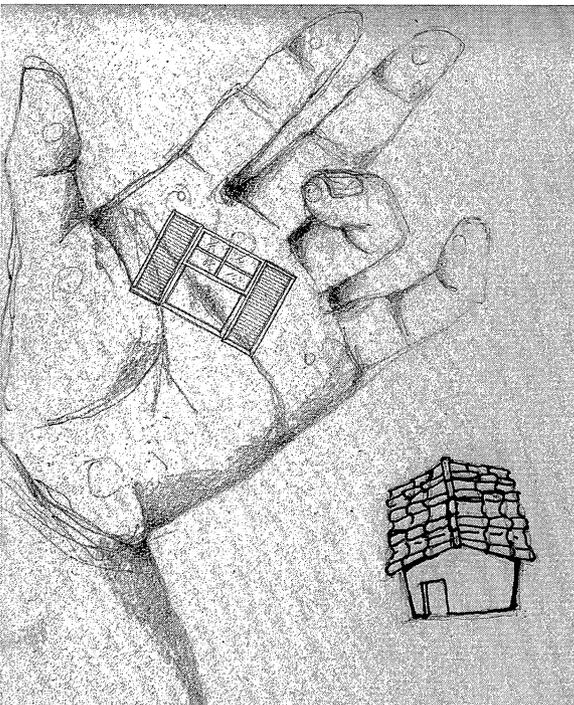
Com isso, o núcleo de sociabilidade deveria se expandir e se deslocar para o espaço público. A própria imprensa fomentava esse modo de vida entre as famílias, divulgando suas fotografias pelos lugares da cidade, afirmando por meio disso que estas práticas eram compatíveis com a do novo habitante, de perfil moderno e cidadão. "Só lentamente as elites mineiras se adaptaram àquele novo cenário urbano e adquiriram novos hábitos, vencendo suas resistências e desajustes" (JULIÃO, 1996, p. 66).

Assim, o costume de "ganhar" a rua continuamente seria realizado por um processo social, lento e dinâmico. Isso demonstra o quanto ainda a esfera da casa exercia influência sobre os tipos de experiências dos indivíduos. Julião (1996) faz uma reflexão semelhante às já apontadas por Gilberto Freyre:

*"Um papel secundário compreensível numa sociedade patriarcal, escravista e eminentemente rural, cujo poder econômico e político estava confinado à órbita familiar. Daí o pouco destaque das ruas no cenário urbano, face ao seu uso restrito e à ausência de uma vida pública vigorosa" (JULIÃO, 1996, p. 58).*

Os equipamentos como parques, cinemas e praças eram decisivos para promoverem determinadas práticas dos indivíduos na cidade. A frequentação dos moradores a estes lugares nos ajuda a entendê-los como importantes para a sociabilidade urbana e para as suas experiências. Assim, devem ser entendidos como lugares de renovação de relações, em que os vínculos sociais constantemente se refazem.

A cidade moderna foi planejada de forma a inci-



tar os indivíduos a ocuparem os espaços públicos, oferecendo certos equipamentos urbanos na intenção de fomentar uma vida moderna cosmopolita e intensa. Em Belo Horizonte, principalmente nas primeiras décadas, este objetivo não se cumpriria tendo em vista as barreiras e as limitações socioculturais com as quais os indivíduos se deparavam. Os costumes e os hábitos considerados ainda provincianos eram percebidos como um obstáculo à vida moderna plena que se pretendia vivenciar. Pedro Nava ressalta com ironia seu ponto de vista sobre o quanto Belo Horizonte era uma cidade essencialmente conservadora e provinciana, refletindo nos hábitos e costumes de seus moradores:

*"Belo Horizonte era uma capital profundamente quieta e bem-pensante. Amava o soneto, deleitava-se com sua operazinha em tempos de temporada, acatava o Santo Ofício que censurava por sua conta os filmes, suas moças liam Ardel, Delly, a Bibliothèque de maFille, a Collection Rose, não conversavam com rapazes e faziam que acreditavam que as crianças pussavam nas hortas entre pés de couve, raminhos de salsa, serralha, bortalha e talos de taioba" (NAVA, 2003, p. 199).*

As interações dos indivíduos na cidade ocorriam em períodos específicos do ano, como festas ligadas ao calendário religioso ou outros eventos, que em geral tomavam a praça como o lugar de envolvimento social. Os tempos festivos nas cidades interioranas indicavam o momento certo de interagir com os outros da cidade. Em Belo Horizonte, nos primeiros anos, isso ainda persistia. Observando a fala de Ciro Arno, outro memorialista que escreve sobre a capital mineira em seus primeiros anos, temos a dimensão de como as formas de sociabilidade daquela época tinham como referência as práticas do interior:

*"Naquela fazenda, onde havia vários outros convidados, fomos gentilmente recebidos pelos proprietários e assistimos aos festejos juninos, como ainda se realizavam no interior de Minas: a tradicional fogueira em frente à casa; bombas, bombões, foguetes, busca-pés e balões em profusão; animadíssimo baile, modinhas ao violão, tiradas de sortes e, à madrugada, lauta ceia bem regada" (ARNO, 1949, p. 171).*

Fraya Frehse (2005) observa que as percepções daqueles que vivenciavam este momento de mudança (política, econômica e social) eram fortemente pautadas por valores construídos dia-a-dia em um tempo-espaço rural e hierarquizado. A casa, local de referência dos *modus vivendi* e que dava sentido a essas percepções sociais, passa a dividir importância com outro espaço, a rua.

Nesse sentido, observa-se que o espaço da rua, espaço privilegiado na configuração da cidade "moderna", possibilita outros padrões de sociabilidade pautados agora por outras concepções mediadas pela racionalidade. Mas, ao mesmo tempo, nota-se que havia pela rua práticas caracterizadas como "antigas" ou "arcaicas". Como

<sup>13</sup> Utilizamos neste trabalho o conceito de Capital Social construído pelo sociólogo Pierre Bourdieu. Segundo ele, Capital Social se refere a um "(...) conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (...) mas também, são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 1980: 67).

<sup>14</sup> Consideramos "elite" como grupo social detentor de capital social, cultural e econômico.

analisa Frehse, buscando por meio de Henri Lefebvre um entendimento do contexto paulistano de fins do século XIX, a característica difusa que se verifica no espaço da rua nesta época remete “a desencontros de temporalidades históricas [que] não devem ser analisadas como se as relações que delas decorrem fossem relações de mesma data e, portanto, contemporâneas” (MARTINS *apud* FREHSE, 2005).

## Uma mistura de tempos: entre rupturas e continuidades

Escolhi discorrer neste artigo sobre a cidade de Belo Horizonte do início do século XX, observando as contradições inerentes ao próprio contexto da época, lendo essa proposição pela chave tradição-modernidade. Para apreender estas noções, recorri preferencialmente a relatos de memorialistas, moradores e visitantes que registram suas impressões e experiências em jornais, revistas e memórias. Ligaremos este momento da história do planejamento e urbanização brasileira – a construção da cidade de Belo Horizonte, em 1897 – conectando-o a outro evento, o período de modernidade pretensamente vivido. Cabe mencionar, a fim de se evitarem reducionismos, que as considerações que aqui chegamos dependeram em grande medida do material de análise de referência do estudo.

De fato, o Brasil vivenciava um momento peculiar em sua história. O final do século XIX e o início do XX configuravam-se para o país como o momento propício de novas esperanças e desejos de ser aquilo que ainda não era. Esse anseio de modernidade revelava certas contradições sociais observadas nas práticas habituais e nas mentalidades dos indivíduos. Podemos denominar este fenômeno como “modernização pelo alto”, já que foi uma modernização conservadora empreendida pelas velhas elites como estratégia de sobrevivência.

José de Souza Martins (2008) avalia as contradições do moderno no Brasil e critica a homogeneização incutida no conceito sobre modernidade que desconsidera outros modos de vida permeados por outras lógicas. Martins analisa que a nossa modernidade é constituída de um “‘hibridismo’ cultural, da conjunção de passado e presente, do inacabado e inconcluso, do recurso ao tradicionalismo e ao conservadorismo que questionam a realidade social moderna e as concepções que dela fazem parte e a mediatizam” (MARTINS, 2008, p. 22).

O Brasil almejava uma modernidade ancorada na imitação aos europeus. Christian Salles (2004) observa que “a experiência histórica brasileira trazia a marca da incompletude, talhada com a cunha do desejo de ser outro. O Brasil pariu a nação estranha ao próprio âmago. À sombra de origem nefasta desenvolveu-se, artificial e alheia a seu destino” (SALLES, 2004, p. 128). José de Souza Martins percebe que essa imitação no Brasil não foi entendida pelos indivíduos como prática racional que ordenasse suas condutas no processo interativo com os demais. Aqui, como ele prossegue afirmando, “esse teatro se esgota na própria imitação, como se a simulação já fosse

o conteúdo do imitado” (MARTINS, 2008, p. 42).

Dessa maneira, a modernidade deste período se configurava como algo para ser visto, e não sentido, vivido como realidade social para os indivíduos. Nessa cultura imitativa, o imperativo do ver “é o seu componente mais expressivo” (MARTINS, 2008, p. 42). Não é de se estranhar que as principais cidades do Brasil passaram por intervenções urbanísticas, modificando o formato das ruas, construindo *boulevards*.

A nova capital mineira, chamada neste tempo de primeira cidade planejada, era lembrada pelas suas características de cidade moderna e de ruptura em relação a aspectos que representavam o antigo naquele momento. Vemos isso nas representações construídas pelos visitantes da cidade nesta época. Em contrapartida a toda uma iniciativa promovida pela Comissão Construtora em construir uma capital privilegiando o espaço público como local de sociabilidade, observa-se que os hábitos e os modos de vida dos moradores trazidos do interior regiam suas práticas. Diante disso, como não questionar sobre uma outra Belo Horizonte “que também comportava hábitos de vida, carências materiais, modos de produzir e consumir que não integram nem a racionalidade técnica, nem o cosmopolitismo presentes nas metrópoles modernas” (BORGES, 2007, p. 84)?

Refletindo sobre a criação da nova capital, percebemos que ela, “no limiar dos séculos XIX e XX, (...) foi cenário vivo da construção de uma nova época, que trouxe para aquele momento significativa memória dos conflitos e contradições cotidianas entre ruptura e tradição, entre permanência e porvir” (BAHIA, 2007, p. 67). Vemos que as especificidades vividas pelos habitantes e relatadas nos trechos de memórias e nos documentos de pesquisa aqui analisados nos denunciam uma cidade controversa, imersa em uma mistura de tempos, que, se em alguns momentos se apresentava, como descrito pelo visitante, uma cidade que “oferece a quem melhor quer viver um bem estar e conforto”<sup>15</sup>, por outro mostrou que a nova capital não correspondeu aos objetivos formulados pelos seus construtores de se criar uma metrópole moderna, “na medida em que foram para lá transplantados os laços pessoais, os vínculos familiares dos redutos rurais e as redes políticas de preservação do poder” (VISCARDI, 2007, p. 34). Como bem aponta Pedro Nava (2003), a sociedade belo-horizontina somente iria passar por uma transformação que atingisse os conteúdos de vida dos seus moradores em meados dos anos 1920. “Transformação urbana devido à administração Flávio Santos, aumento da população, incremento da vida social – tudo agindo sobre os costumes. O carnaval de 1926 pode servir como marco do que afirmo” (NAVA, 2003, p. 331).

Podemos dizer que Belo Horizonte agregava “um espaço que articulava, assimetricamente, diferentes tempos sociais (...)” (BORGES, 2007, p. 88). José de Souza Martins (2008) acrescenta que:

*“a diversidade dos tempos históricos que se combinam nessa modernidade difícil (...) incorpora a cultura popular que pouco ou nada tem de moderno; mas, insisto, incor-*

15 GOULART, Manuel de Ávila. Impressões da Cidade. Diário de Minas, Cidade de Minas [Belo Horizonte] 13 jun. 1901. p. 2.

*pora também efetivas relações sociais dadas, vestígios de outras estruturas e situações que são ainda, no entanto, realidades e relações vivas e vitais. E que anunciam a historicidade do homem nesses desencontros de tempos, de ritmos e de possibilidades, nessas colagens" (MARTINS, 2008, p. 20).*

A construção da nova capital mineira dentro do contexto nacional denota "uma ansiedade por estar adiante do tempo da história Real e de suas contradições, [apresentando] um imenso abismo aberto entre os momentos desencontrados da realidade e entre as humanidades que a compõem" (MARTINS, 2008, p. 24).

Observamos por meio dos trechos analisados neste trabalho que, se por um lado a cidade era lida pelos visitantes como moderna e inovadora devido aos traços urbanísticos e arquitetônicos que apresentava, por outro vemos que as redes de relacionamentos e os hábitos de vida essencialmente domésticos eram heranças trazidas do interior. Podemos dizer que esses modos de viver ainda justificados e tecidos no passado não desapareceriam como um "passe de mágica", como pensavam aqueles que conceberam Belo Horizonte. Na nova capital era correntemente vista a presença de outros serviços ditos 'não modernos', como de carroceiros, de oficina de ferraduras e de mascates que vendiam artigos pela rua.

Propomos aqui não ver nos trechos extraídos das documentações o quão os modos de vida dos indivíduos eram inadequados ou não condizentes à 'nova' época que estava por vir. Pelo contrário, o que vemos ocorrer era uma continuação da vida de todo dia que obviamente agregaria tais modos de vida. Como disse José de Souza Martins, "não é o moderno que incorpora o tradicional e popular simplesmente. Antes, é a tradição que agrega fragmentos do moderno sem agregar um

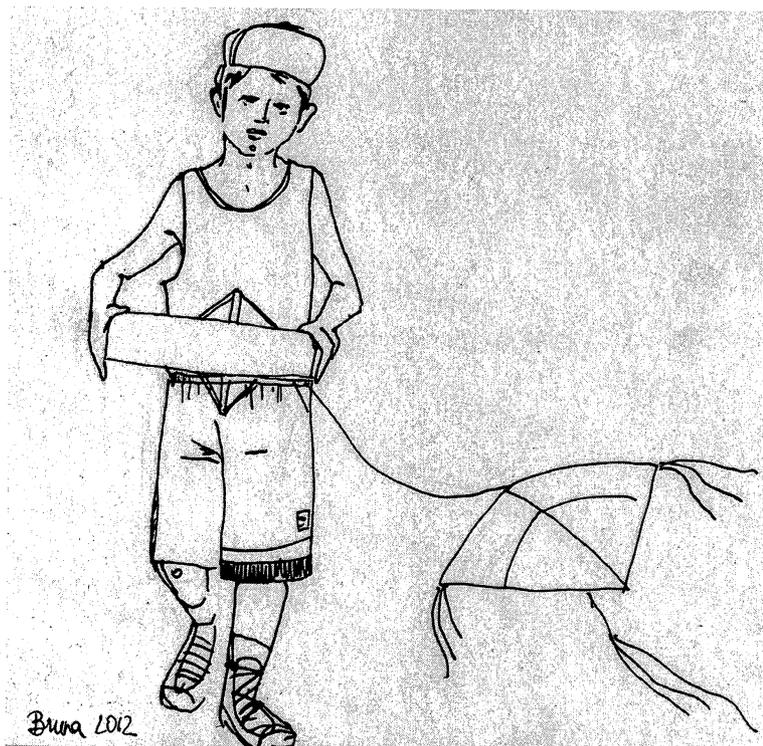
modo moderno de ser consciência do todo e consciência, por isso, moderna" (MARTINS, 2008, p. 44). A modernidade neste período se apresenta como um conceito multifacetado que nos insere em tempos não retilíneos.

Os trechos observados nos capítulos anteriores, portanto, são lidos como representações e percepções que expressam leituras de atores sociais sobre a sociedade da época. As atividades sociais relatadas são lidas como marcas do passado que são sempre embebidas nos velhos gestos, nas práticas antigas, que servem de referência e conferem sentido às ações dos indivíduos. As práticas, as representações, as falas obedecem a outros ritmos que não os ditados pelas mudanças políticas, econômicas, demográficas.

Por fim, desejamos expor neste texto como a modernidade se configurou em Belo Horizonte na época da sua construção até meados da década de 1920. Observamos o quão controversa ela foi, tendo em vista os pequenos trechos retirados de documentações que expõem de alguma maneira a vida na cidade. São aspectos culturais que passam por uma lógica outra não mediada pelos tempos que regem os chamados grandes processos históricos. Também não se trata apenas de história, mas de historicidade, em que a história se embebe da cultura e vice-versa. Como bem conclui Fraya Frehse (2005), estas especificidades culturais deste tempo "acabariam por contribuir para as características da 'futura sociedade'" (FREHSE, 2005, p. 74). Ademais, essas características híbridas e contraditórias ainda persistem na atual cidade que parece estar sempre à procura do moderno, como se fosse uma busca pela sua legitimação e completude. Ao longo dos anos, veremos que tal discurso empenhado de *modernidade* ganhará coro no Brasil, estimulando outras concepções e construções de cidade tão controversas quanto ele.

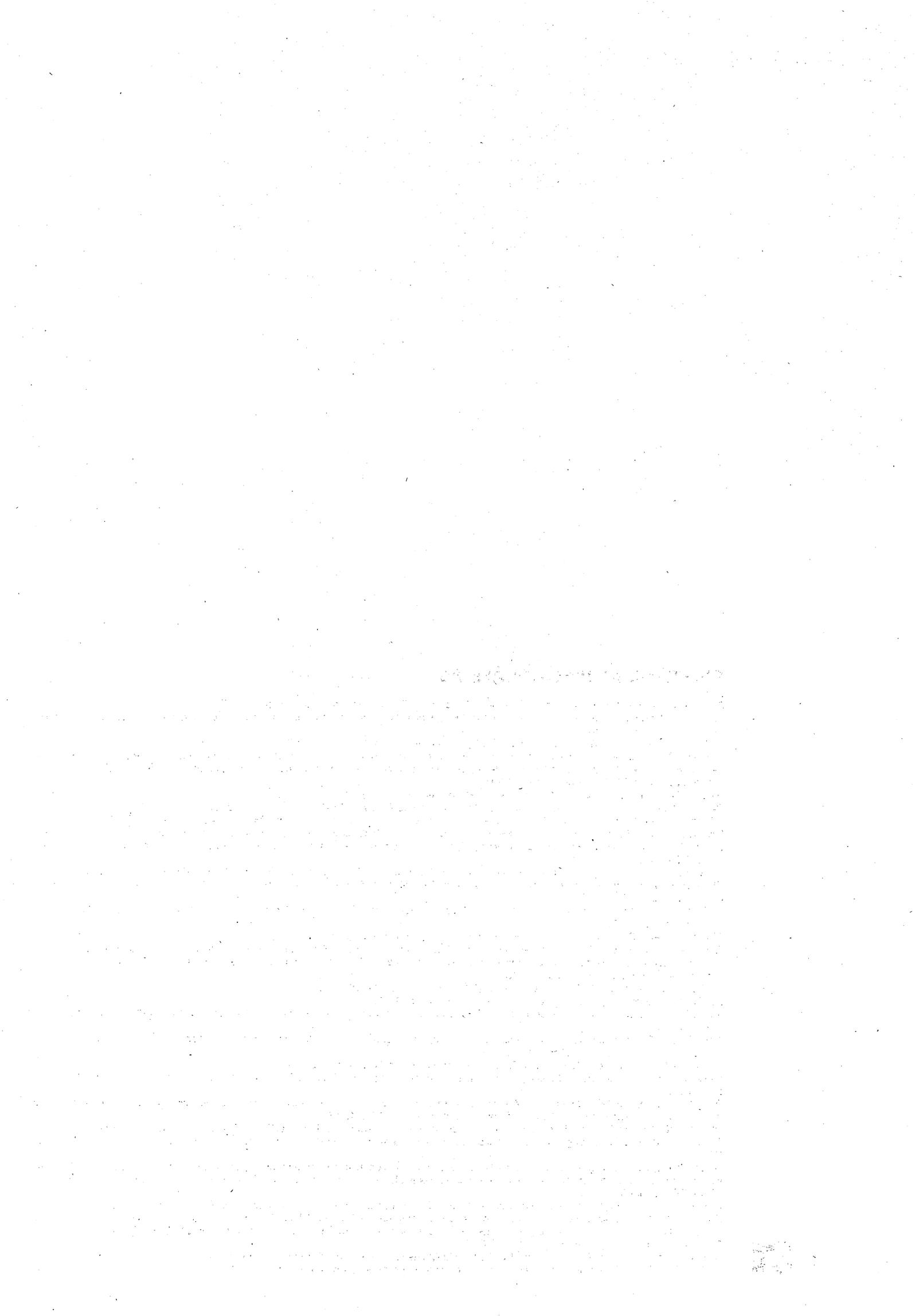
Submetido em Julho de 2011

Aprovado em Junho de 2012



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Carlos Drummond. Menino Antigo – Boitempo II, Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.
- ANDRADE, Luciana Teixeira de. A Belo Horizonte dos modernistas: representações ambivalentes da cidade moderna. Belo Horizonte, PUC Minas: C/Arte, 2004.
- ARNO, Ciro. Memórias de um estudante. 2ª edição, Rio de Janeiro, Olímpica, 1949.
- ARRAIS, Cristiano Alencar. Projeções urbanas: um estudo sobre as formas de representação e mobilização do tempo na construção de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília. Tese de Doutorado (Doutorado de História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, datilo, 2008.
- AZEVEDO, Artur. Um passeio a Minas. O País. Rio de Janeiro, nov. 1901 a fev. 1902.
- BAETA, Rodrigo. Ouro Preto: cidade barroca. Bahia: Cadernos PPG-AU/UFBA, 1, 1: 47-66, 2002.
- BAHIA, Claudio Lister Marques. Metamorfoses da Metrôpole. Revista Arquivo Público Mineiro, 43, 2: 60-75, 2007.
- BARRETO, Abílio. Resumo Histórico de Belo Horizonte (1701 – 1947). Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1950.
- BASTOS, Rodrigo Almeida. Regularidade e ordem das povoações mineiras no século XVIII. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, 44: 27-54, 2007.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. Uma visão da capital cinquentenária. Revista Arquivo Público Mineiro, 43, 2: 81-90, 2007.
- BOURDIEU, P. O Capital Social: notas provisórias. In Nogueira M. A. E. A. Catani. (orgs). Pierre Bourdieu: escritos de educação. Petropolis, RJ, Vozes, 1980.
- COSTA, Ângela Marques da. & SCHWARCZ, Lilia Moritz. 1890 – 1914 No tempo das certezas. São Paulo, Companhia das Letras. (Virando séculos), 2000.
- FREHSE, Fraya. O tempo das ruas da São Paulo de fins do Império. São Paulo, Edusp, 2005.
- GOULART, Manuel de Ávila. Impressões da Cidade. Cidade de Minas (Belo Horizonte), Diário de Minas, 13 jun. 1901. p. 2, 1901.
- JULIANO, Leticia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891 – 1920). In. Eliana de Freitas Dutra (org.). BH Horizontes Históricos, Belo Horizonte, C/Arte, 1996.
- LEMONS, Celina Borges. A cidade republicana, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1998.
- MARTINS, Beatriz Borges. A vida é esta. Belo Horizonte, B. B. Martins, 2000.
- MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala. 2ª edição, São Paulo, Contexto, 2008.
- MELLO, Ciro Flávio Bandeira de. A noiva do trabalho – uma capital para a República. In. Eliana de Freitas Dutra (org.). BH: Horizontes Históricos, Belo Horizonte, C/Arte, 1996.
- NAVA, Pedro. Beira-Mar. Memórias 4. 5ª edição, São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.
- OZAMIS, Francisco. Um povo que surge... Ao Exmo. sr. desembargador dr. Carlos B. Ottoni. A Comarca. Mogi-Mirim, 23 mar. 1913. p. 1, 1913.
- PASSOS, Daniela Oliveira Ramos dos. A Formação Urbana e Social da cidade de Belo Horizonte: hierarquização e estratificação do espaço na nova capital mineira. Revista Temporalidades, 1, 2: 37-52, 2009.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: (1500 – 1720). São Paulo, Pioneira, 1968.
- RESENDE, Maria Efigenia Lage de. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. Revista Brasileira de Estudos Políticos, 39: 129-61, 1974.
- RODRIGUES, Danielle Uchoa Alonso. Pelas Ruas da Cidade: representações do espaço urbano belo-horizontino nas memórias literárias mineiras. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, datilo, 2010.
- S/AUTOR. Companhia Vale do Rio Doce. Parque Municipal, crônica de um século, Belo Horizonte, CVRD, 1992.
- SALGUEIRO, Heliana Angotti. Da natureza ao construído. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, 43, 2: 44-59, 2007.
- SALLES, Christian Bruno Alves. Da geração de 1870 ao modernismo: um tempo de descoberta da nação brasileira. Revista Teoria e Sociedade. Número especial: 116 – 41, 2004.
- SIMMEL, Georg.; PARK, Robert Ezra; VELHO, Otavio Guilherme. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.
- VISCARDI, Cláudia. A capital Controversa. Revista Arquivo Público Mineiro, 43, 2: 28-41, 2007.



# Contemporaneidade em voga: a atemporalidade das questões em "Nenhum, nenhuma", de Guimarães Rosa

**Mariana de Almeida Paes Leme**

Graduada em Letras pela UFMG

**Palavras chave:**

Contemporâneo;  
Memória;  
Experiência;

**Key words:**

Contemporary;  
Memory;  
Experience;

**RESUMO:** Esse trabalho pretende dar uma nova abordagem ao termo contemporâneo na Literatura, conferindo-lhe um tratamento que vislumbra não sua concepção cronológico-histórica, mas uma mentalidade de desconstrução que emerge com uma série de mudanças e desilusões trazidas pelas fracassadas pretensões da modernidade. Dessa forma, as retinas do presente lerão um Guimarães Rosa contemporâneo e seu conto "Nenhum, Nenhuma" incorporará a condição de crônica intermitente, que evidencia a percepção do autor mineiro para continuidade dos grandes problemas que afligiram a história dos homens. Serão temas recorrentes na reflexão que aqui se trava a situação fragmentada do sujeito contemporâneo e o estiolamento de sua experiência identitária, o aparecimento da figura do outro, do exilado e, sobretudo, o papel da memória na lógica de ser no mundo contemporâneo e na estruturação das peculiaridades desse fazer literário, como, por exemplo, a narrativa arruinada benjaminiana.

**ABSTRACT:** This paper aims to provide a new approach to the term contemporary in literature, giving you a treatment that sees not its chronological-historical conception, but a deconstruction mentality that emerges with a series of changes brought about by the disillusion and failed pretensions of modernity. Thus, the retinas of the present will read a contemporary Rosa and his story "Nenhum, Nenhuma" incorporates a chronic intermittent condition, which shows the perception of the author to continue mining the major problems that have plagued human history. Those are recurring themes in the reflection that here hangs the fragmented situation of the contemporary subject and shading of his experience of identity, the emergence of the figure of another, from exile, and especially the role of memory in the logic of being in the contemporary world and the structuring of to the peculiarities of this literature, for example, Benjamin narrative ruined.

Um trabalho que pretende fazer considerações acerca da Literatura Brasileira Contemporânea deveria, a priori, ter como material-substrato uma literatura de origem brasileira e de temporalidade correspondente à época privilegiada. Atendendo à primeira prerrogativa, mas colocando em xeque a segunda, este trabalho se propõe a ler, sob uma ótica contemporânea, questões que emergem no conto rosiano "Nenhum, nenhuma", datado de 1962. Já que existe toda uma polêmica em torno deste termo, sobretudo nos estudos de literatura em que delimitar "épocas" pode reduzir muito o significado de uma obra, este artigo prefere empregar o termo *contemporâneo* em seu significado mais do que cronológico-histórico, aquele referente a uma mentalidade de desconstrução que emerge de uma série de mudanças e desilusões trazidas pelas fracassadas pretensões da modernidade.

Deveríamos, assim, fazer uma história da Literatura Brasileira que considerasse a porosidade da História, concebendo as narrativas e sua inevitável condição de "crônica intermitente". Embora classificar contemporâneo quanto a oposições com relação ao moderno possa levar o trabalho por terrenos pantanosos da teoria da literatura - que ainda não resolveu o impasse em torno dessa discussão - é justamente no sentido de quebrar paradigmas que caminha este trabalho, suscitando a possibilidade de novas discussões.

O presente estudo empreenderá, portanto, uma leitura de um Guimarães Rosa modernista que é, acima de tudo, atemporal, uma vez que óculos fatigados do momento presente, ao debruçarem-se sobre o passado, não perdem nem podem perder de vista as questões levantadas pelo que chamamos de Literatura Contemporânea, uma vez que a perenidade das obras clássicas evidencia a continuidade dos grandes problemas que afligiram o homem.

Um dos livros de que me vali para esta breve, mas empenhada, análise é o "Filosofia e Literatura", do qual retirei dois ensaios para estudo, dentre eles "Entre a memória e o esquecimento, ficção". Gentil, o autor do ensaio, nos apresenta uma reflexão acerca do tempo que considero bastante plausível para justificar a escolha de uma obra literária "não contemporânea" para um estudo acerca da contemporaneidade, levando-nos a pensar sobre a "capacidade criadora de refiguração do tempo"<sup>1</sup> histórico, atestando o caráter do tempo e das atividades do homem como muito mais característicos de marca e rastro (perduram) do que de atividade transitória. Isso nos incita a problematizar o termo *contemporâneo*, não nos restringindo tão somente a sua pertença a uma agenda e a um calendário específicos, mas a uma realidade e a uma "escrituralidade" que não datam de épocas recentes, uma vez que o transcorrer dos anos promove uma "ressignifica-

<sup>1</sup> Entre a memória e a ficção - página 165

ção", um amadurecimento de questões já outrora suscitadas. O tempo vivido de outrora adquire um novo sentido, as lembranças são re-lembradas, re-enviadas, e são feitas novas descobertas dentro do ser, o que justifica minha escolha por um Guimarães Rosa "contemporâneo".

Este estudo buscará analisar a figura do "outro" e a situação fragmentada do sujeito, que já não pode mais ser visto sob uma ótica positivista de um progresso ininterrupto que o levaria ao domínio de sua vida e de seu destino. O sujeito está agora inserido numa lógica de estiolamento de todo otimismo que rondava os modernos em seu "novo tempo", e será, então, a partir do desdobramento do narrador em um eu narrante ("O Menino", narrador de terceira pessoa) e em um eu narrado (narrador de primeira pessoa) que essa destituição de um sentimento de "nós" aparecerá na narrativa rosiana. Outra questão importantíssima para analisarmos nessa mesma lógica é o papel fundamental da memória não só para este deslocamento da perspectiva narrativa, mas para a própria lógica da construção ficcional contemporânea no resgate de sentido de um tempo que já passou - assim como "a narrativa arruinada" benjaminiana e sua significação literária e existencial; a figura do exilado, igualmente debatida em nossos dias; bem como a figura do "monumento", encarnada no conto pela "Velha" ("Nenha").

A crise do sujeito, caracterizada pelo estilhaçamento de sua identidade, pela perda de um centro ordenador de sua existência, é tema bastante recorrente nas literaturas e teorias da contemporaneidade. A nossa época é tomada por um grande e destruidor sentimento de solidão, de desidentificação, de outridade, uma vez que o homem contemporâneo se depara com uma enorme gama de caminhos e possibilidades a seguir. Esse caos, no sentido grego do termo, fá-lo perder-se de si mesmo, estranhar até o mais familiar e ver-se incapacitado de encontrar-se e referenciar-se em um "passado seguro e original", uma vez que a contemporaneidade destrói essa capacidade que a História e, conseqüentemente, o sentimento de pertença traziam ao sujeito moderno, embora de maneira ilusória. Com o passado, o sujeito sabia que era constituído de significações, de um passado significador, que, no entanto, era resultado de um positivismo acríptico motivado pelas descobertas da modernidade.

O conto rosiano aqui trabalhado abordará essa problemática de maneiras diversas, ora sutilmente - por meio das diversas sugestões da recuperação de um passado que lhe seria concernente, como nos momentos de efervescência da memória involuntária<sup>2</sup>, cujo papel é muito importante na tentativa de recuperação da substância de uma vida que se esvaziou de sentido e de identidade com o tempo, da *rememoração* adulta da viagem, marco da perda do essencial, feita na infância, do *desdeslembrar* a história pessoal, cuja passagem a vida adulta tudo reificou - ora de maneira mais evidenciada - como no final do conto, em que o narrador assume explicitamente as rédeas da narrativa como re-contador de sua própria história, embora esta tarefa também seja conflituosa, dada a dificuldade em ordenar uma identidade perdida, estilhaçada.

Em "Nenhum, nenhuma", Rosa nos apresenta uma narrativa carregada de melancolia e de saudade de um passado ideal que já não confere ao eu narrante (narrador de terceira pessoa) a unicidade e o lugar de pertença que se quer encontrar (eu narrado). No entanto, esses dois sentimentos confundem-se com uma raiva interior não só do estranhamento que o presente causa ao eu narrante (Juventude) perante sua desidentificação com o eu narrado (Infância) e seu estranhamento com relação ao presente vivido (e consigo: "[...] eu; eu?"), mas também da luta por não esquecer tudo aquilo que o faz sentir-se um pouco, ao menos um pouco, uno: "Se eu conseguir recordar, ganharei calma, se conseguisse religar-me; adivinhar o verdadeiro e real, já havido. Infância é coisa, coisa?" (ROSA, 94); "Porque eu desconheci meus Pais - eram-me tão estranhos; jamais poderia verdadeiramente conhecê-los, eu; eu?" (ROSA, 100).

A narrativa rosiana aqui privilegiada é muito interessante para problematizar uma questão bastante em voga nos estudos contemporâneos acerca da narrativa. Essa luta pelo reconhecimento de si mesmo e pela recuperação de um tempo feliz e ideal se faz, sobretudo, pela memória, mas a memória que se escreve, que produz o conhecimento (nomeação) de sensações que vêm nebulosas pela memória fragmentada e que ganham vida pela ordenação narrativa dos fatos rememorados, mostrando que, assim como consideram os estudos contemporâneos, o exercício da escrita configura o enfrentamento da ameaça do esquecimento, do silêncio, da morte: "Perdida a lembrança, a representação de tudo se desordena: é uma ponte, ponte - mas que, a certa hora, se acabou, parece que. Luta-se com a memória." (ROSA, 99).

A alteração, ou ainda, a transcendência do *modus narrandi* nesse, bem como em quase todos os contos destas "Primeiras histórias", confere descomunal riqueza à narrativa. O narrador de terceira pessoa, aparentemente mero observador dos acontecimentos, que se descobre sujeito e objeto de seu narrar, não só transmite ao leitor uma grande responsabilidade na trama (no sentido de desvendar os mistérios dessa estratégia cambiante), como nos mostra que a alternância do foco narrativo pode não necessariamente implicar uma postura onisciente e, para usar um termo contemporâneo, uma voz a partir da margem (distante dos fatos narrados), mas significar uma atitude de reivindicação do que está fora do lugar, bem como de presenciador inconsciente de sua própria narração, a qual se descobre em sua própria vida. O eu narrante, "o outro", e o eu narrado vão se descobrindo e se desvendam, são um só eu composto de "eus", ou seja, passado e presente se imbricam e se explicam, delineando uma personalidade fatalmente múltipla e que pretende se reconhecer, embora jamais consiga, devido à forma conservadora que reserva esse verbo na tentativa de fixar uma identidade que não possui contornos rígidos, como deixarão claros diversos estudiosos das identidades na pós-modernidade.

Os comentários em primeira pessoa que surgem em meio à narrativa de terceira pessoa são a grande evidência de que a narrativa de memória que vem sendo construída nada mais é que a ten-

<sup>2</sup> Termo proustiano denotativo da memória não evocada pelo sujeito, mas fruto de uma ressurreição casual e involuntária dessas autênticas lembranças, embora em Proust esta seja motivo de alegria e, em Rosa, de conflito.

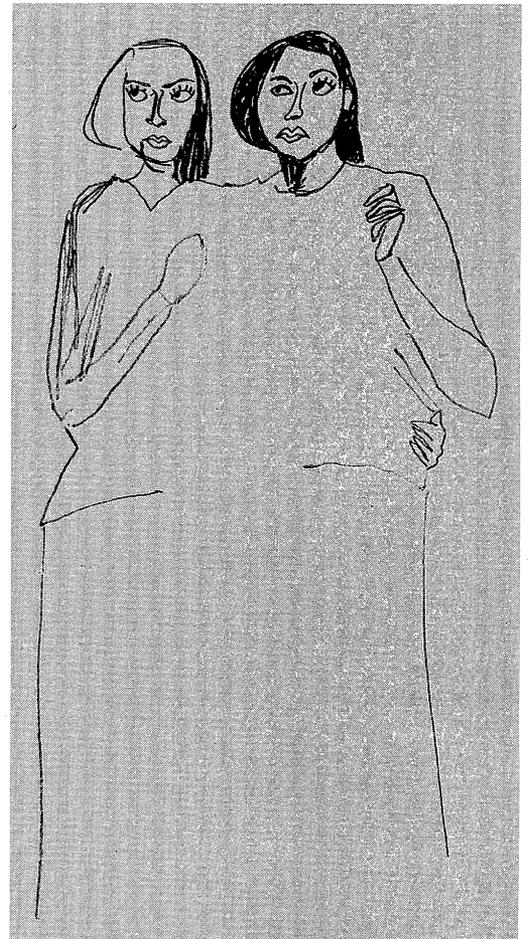
tativa desesperadora de reter uma experiência de vida que não se quer contínua na contemporaneidade, mas, muito pelo contrário, a interioridade e o vivido mostram-se fora do alcance do domínio do sujeito. A duplicação do foco narrativo não só confirma esse transcurso da existência a que assistimos com a rememoração do eu narrante, mas evidencia, no tempo do discurso, o distanciamento e, ao mesmo tempo, o desejo de proximidade e luta dentro do próprio sujeito com seu "núcleo original", do qual subsiste a saudade e o esquecimento de experiências da infância: "As lembranças são outras distâncias. Eram coisas que paravam já à beira de um grande sono. A gente cresce sempre, sem saber para onde." (ROSA, 98); "Luta-se com a memória" (ROSA, 99).

Considero bastante interessante conjugar essa crise do sujeito, questão que já emerge na modernidade e que vai ganhando contornos mais fortes com o acirramento da desidentificação do eu na sociedade de massas, ao lugar que ocupa a memória neste conto, uma vez que a identidade, ou melhor, as "identificações"<sup>3</sup> atuais do sujeito são possíveis, em grande parte, por meio da reconstrução desses fragmentos de existência, dos "eus" que compõem o ser da atualidade. Huyssen, em "Seduzidos pela memória", faz uma reflexão acerca da contemporaneidade e afirma que nosso tempo é um tempo sem memória, desmemoriado, e confirma esse fato pela constante e rápida substituição dos lugares de memória, bem como pela frequente reatualização das identidades.

As pessoas não mais se reconhecem em sua origem, tampouco nas grandes narrativas fundadoras a mesma, as quais são agora substituídas pelos fragmentos de relatos. Com isso, no entanto, vemos que a profunda angústia gerada no homem contemporâneo diante dessa aceleração do tempo que ameaça a tradição e os lugares de memória promove a explosão de discursos de memória na contemporaneidade. Paradoxalmente, ou justamente devido a isso, a Literatura Contemporânea, lato sensu, possui uma enormidade de obras que privilegiam a narrativa de memórias: a ânsia por registros corrobora o intenso processo de fragmentação da existência, da vã busca pela origem da existência, o desmemoramento e o impulso contrário de resistir ao esquecimento.

O narrador de "Nenhum, Nenhuma" atualiza suas lembranças a partir de uma memória espontânea, autêntica, "que não depende da nossa vontade e de nossa inteligência, algo que surge e se impõe a nós e nos obriga, nos força a parar, a dar um tempo, a pensar – como faz o gosto da madeleine"<sup>4</sup>, o qual não se procura evocar, mas a partir do qual é evocada a substância da vida do eu narrante. Vale ressaltar que a comparação com a obra proustiana se torna pertinente na medida em que procuramos desconstruir a fixidez com que se toma o termo *contemporâneo*, buscando, dessa forma, concebê-lo em seu lato sensu.

As imagens suscitadas por esse *relembramento* aparecem ao narrador (eu narrante) como uma "névoa" que, aos poucos, se "desembaça" ou como "um pedaço de renda antiga, que se desfaz ao se desdobrar"<sup>5</sup>. Essas imagens mostram a nebulosidade das cenas que lhe vêm, espontaneamente, à tona e diante das quais ele age, num



ato desesperado por reconhecer-se, inteirar-se e integrar-se, num impulso unificador, regulador, ordenador de sua própria vida. Esse desembaçamento e esse desdobrar é que produzem a resignificação, momento em que há a conjugação dos seres, que, embora não se queira fixa, produz uma nova maneira de estar do mundo: "Tenho de me lembrar. O passado é que veio a mim, como uma nuvem, vem para ser reconhecido: apenas não estou sabendo decifra-lo". (ROSA, 96); "Tenho de me recuperar, desdeslembrar-me, excogitar – que sei? – das camadas angustiosas do olvido. Como vivi e mudei, o passado mudou também. Se eu conseguir retomá-lo." (ROSA, 97); "Vê-se – fechando um pouco os olhos, como a memória pede: o reconhecimento, a lembrança do quadro, se esclarece, se desembaça". (ROSA, 99).

A rememoração feita pelo narrador de seus tempos de Menino é um esforço doloroso, que se desenrola concomitantemente à difícil progressão da narrativa, como sugere Ricouer, recuperado por Gentil no mesmo artigo que me levou a problematizar o termo *contemporâneo*, acerca da *identidade narrativa*: "A dúvida que isso marcou, no Menino, ajuda-o agora a muito se lembrar" (ROSA, 95).

À medida que as memórias começam a ser "desembaçadas" pelo narrador de primeira pessoa, seu encontro com o seu "eu Menino" fica mais próximo no sentido de entender-se como o outro dele e como seu passado, mas, paralelamente a esse encontro, coexiste o sentimento da distância que o tempo e a vida tornaram insuperável. A angústia que se cria a partir desse impasse nos leva a refletir sobre a ação do tempo

<sup>3</sup> Ler mais em HALL, Stuart. "Identidade cultural na pós-modernidade".

<sup>4</sup> GAGNEBIN, Jeanne Marie. "O rumor das distâncias atravessadas" (página 179)

<sup>5</sup> ROSA, João Guimarães. "Nenhum, nenhuma", in *Primeiras histórias*. (página 95)

no homem contemporâneo e a entender toda a expectativa que se cria envolta deste para que o máximo de "ruínas", de lembranças, seja retido, já que sua existência fragmentada é inevitável, mas sua sobrevivência a ela só se faz com esse entendimento.

A noção de "identidade narrativa" desenvolvida por Ricouer<sup>6</sup> nada mais é do que esse construir, ou ainda, desconstruir identitário que se dá durante "Nenhum, nenhuma", uma vez que as fronteiras entre ficção e memória são potencialmente tênues e movediças, sobretudo na leitura contemporânea desses limites. Contar uma história é fazer permanecer viva sua experiência, é permanecer-se vivo diante da ação fugaz da história. Em "Nenhum, nenhuma", o ato de narrar é o caminho encontrado para reaver um conhecimento que se perdeu, embora essa narrativa seja arruinada, isto é, fracassada em sua própria intencionalidade, expressada na falibilidade da reconstrução da substância da vida do narrador.

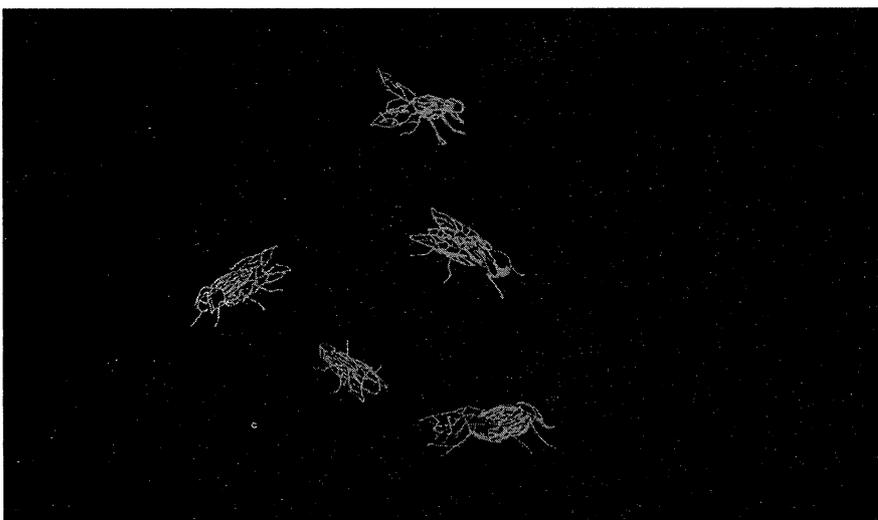
Essa impossibilidade do resgate "congelado" da infância provoca enorme angústia no eu narrante, nesse momento já fundido ao eu narrado (sujeito e objeto tornam-se um só, ao menos enquanto discurso narrativo), e, ao mesmo tempo, revela que esse atar machadiano dos "dois fios da vida" é também aprender a esquecer, para só depois conseguir recuperar-se a si mesmo, como mostram os trechos a seguir: "E eu precisei de fazer alguma coisa, de mim, chorei, gritei, a eles dois: - "Vocês não sabem de nada, de nada, ouviram?! Vocês já se esqueceram de tudo o que, algum dia sabiam!..." (ROSA, 100); "E quem é que sabe? E para que saber por que temos de morrer?" (ROSA, 98); "A gente cresce sempre, sem saber para onde" (ROSA, 98); "Tanto é o poder de errar, nos enganos da vida..." (ROSA, 98).

Arruinada será, portanto, essa narrativa rosiana, no sentido de que as "ruínas" da memória traduzem a fragmentação da experiência. Apenas para retomar, vale ratificar que o discurso contemporâneo é feito sobre ruínas, uma vez que se trata de uma releitura do passado, ou melhor, de uma revivência de um passado, de sua resignificação, de sua lembrança apenas parcial, já que depende do que selecionará a memória. O ato mesmo desse narrar é recuperação, mas é também lacuna, pois depende do que os flashes da memória irão conceder como matéria ficcional: o discurso em ruínas é o que sobra ao narrador como resquício e é todavia a presença, no que restou, do que luta por permanecer.

Como é próprio da memória ser fragmentada, uma narrativa memorialística, ou ainda, de reconstrução de memória não terá ordenação temporal, tampouco conteudística, uma vez que se trata de representar uma realidade que não se quer inteira, mas arruinada. A recodificação do passado é feita a partir de ruínas, isto é, a partir de resquícios do que um dia foi, como percebemos no trabalho do narrador em coletar todos essas reminiscências do passado e fazer delas um inventário de sua própria vida, justificá-la, entender o sentimento de solidão e de estranheza que o dominam e o porquê da necessidade de lembrar.

O Guimarães Rosa contemporâneo que almejo privilegiar aqui nos trará também a figura do exilado, corroborando a dificuldade no emprego distintivo de moderno e contemporâneo lançado no começo deste artigo, uma vez que "uma história progressista, cronológica e europeizante acaba por desconsiderar o que houve de moderno em Goya ou em Manet"<sup>7</sup>. Dessa forma, uma análise que se prenda demais a essas distinções sem uma postura crítica corre o risco de não perceber que o prefixo *pós* pode sim, por vezes, significar uma retomada de valores modernos. O exilado, portanto, é encarnado por dois personagens, segundo minha análise, nesse conto: O próprio Menino, quem posteriormente (no sentido temporal) será narrador de sua própria história, e o Velho. Segundo o dicionário online Aurélio, o adjetivo em questão quer dizer "aquele que foi expulso de sua pátria; o que foi proscrito, banido, degredado, desterrado". Se tomarmos essa designação mais amplamente, veremos que esses qualificativos, sobretudo "desterrado", serão aplicáveis no texto no sentido de indicar o sentimento de desidentificação com o presente, mas também com o passado nostálgico, que já não se pode alcançar, bem como o sentimento de outridade, do exilado em sua própria terra e o sentimento da transitoriedade da vida, da efemeridade das situações.

A cisão do foco narrativo neste conto favorece a análise da figura do exilado no Menino, já que a oscilação entre a objetividade da terceira pessoa e a subjetividade da primeira pessoa indica essa aproximação e, fatal, afastamento com o narrado. Uma vez que, como já explicitado, o desenvolvimento da narrativa promove o desvelar do sentido da vida, a duplicação do foco narrativo, além de toda a melancolia que perpassa a narrativa, é a grande evidência do exilado que habita o Menino-narrador, que não consegue aproximar-se de si mesmo, que se vê desenraizado, afastado



<sup>6</sup>GENTIL, Hélio Salles. "Entre a memória e o esquecimento, a ficção." Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

<sup>7</sup>COMPAGNON, Antoine. "Os cinco paradoxos da modernidade". Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

de suas origens: "Tem horas em que, de repente, o mundo vira pequenininho, mas noutro de repente ele já torna a ser demais grande, outra vez" (ROSA, 100); "Porque eu desconheci meus Pais – eram-me tão estranhos; jamais poderia verdadeiramente conhecê-lo, eu; eu?" (ROSA, 100).

Em uma mesma perspectiva, é possível analisar a figura do Velho, uma vez que ele também encarna esse homem contemporâneo que teme a chegada da morte e da solidão, que se vê encurralado entre o perdido e aquilo que se vislumbra, aquele que mora num lugar ambíguo entre o desejo e a repulsa, aquele que busca em qualquer pequena coisa o seu milagre, sua salvação diante de um mundo que não lhe abraça, não o faz sentir pertencente a ele. Toda a atmosfera criada pelo conto com o aparecimento da Velha em seu leito de morte traz uma enchente de melancolia e de isolamento, sobretudo no Velho, que vê sua amada já com a tesoura que cortará o fio da vida em suas mãos: "O Homem velho só queria ver as flores, ficar entre elas, cuidá-las. O Homem velho brincava com as flores." (ROSA, 97).

A última questão contemporânea presente no conto rosiano que pretendo analisar é a figura do monumento, encarnada pela Velha, "Nenha". O dicionário online Aurélio diz se tratar de uma "obra que está destinada a transmitir ou a perpetuar para a posteridade a lembrança de um grande vulto ou de um acontecimento". O Menino possui uma visão bastante interessante com relação à Velha, uma vez que, na Infância, a vê como morte e, na Juventude, já narrador de sua história, a vê muito diferente: "Antes, era a vida. Ali, num só ser, a vida vibrava em silêncio, dentro de si, intrínseca, só o coração, o espírito da vida, que esperava" (ROSA, 96).

O cuidado que A Moça lhe dedicava; o temor em perdê-la; o estado de plena vigília. Todas as ações que envolvem a Velha neste conto apontam para o espírito contemporâneo da preservação ante a devastação, a banalização da vida, da morte, do sentimento e do tempo. A Velha, por ser a grande sobrevivente de um tempo em que a experiência era valorizada, é a esperança depositada por todos os personagens: "Aquele mulher ainda existir, parecia um desatino de que ela mesma nem tivesse culpa." (ROSA, 96); "A vida era um vento querendo apagar uma lamparina. O caminhar das sombras de uma pessoa imóvel." (ROSA, 96).

Em "Memória e Sociedade", Bosi fará algumas colocações acerca da figura do Velho na sociedade em que vivemos. Assim como Huyssen diz que passamos por um intenso processo de substituição dos lugares de memória, a autora dirá que os velhos são os responsáveis por lembrar em uma sociedade capitalista que destrói os suportes materiais da memória. Nesse sentido é que busco aplicar a esse personagem o conceito de monumento, já que, como traz a designação do dicionário, o monumento é o responsável por sedimentar essa ressonância do vivido e transmiti-la à posteridade. As sociedades antigas, a que pertenceram os Velhos, apoiavam-se na es-

tabilidade, na continuidade, no apego aos objetos biográficos, na tradição e, por isso, opõem-se à realidade atual que preza pela mobilidade, pelo recusa da continuidade, pelos objetos de consumo, pela história oficial celebrativa. O narrador, em suas lembranças de Menino, diz palavras muito emblemáticas nesse sentido, bem como há as atitudes da Moça, mostrando como, contraditoriamente às ações do homem contemporâneo, há a tentativa de valorização dessa porção social que tanto contribui na luta contra o esquecimento: "[...] Nenha, velhíssima, antepassada, conservada tudo ali, por seu povo de parentes. [...] a Nenha, velhinha, que durava, visual, além de todas as raias do viver comum e da velhez, mas na perpetuidade" (ROSA, 98); "E a Moça se ajoelhou, curvada para o berço da Nenha, velhinha, e chorava, abraçando-a – e ela se abraçava com o incomputável, o imutável." (ROSA, 99);

*"Davam-lhe à boca comidinha mole. Tornavam-lhe às vezes, uns sorrisinhos, um tanger de tosse, chegava a falar — e escassamente podia ser entendida — no semi-susurro mais discreto que o bater da borboletinha branca. A moça adivinhava-a? Pedia água. A Moça trazia água, vinha com nas duas mãos o copo cheio às beiras, sorrindo igual, sem deixar cair fora uma única gota — a gente pensava que ela devia ter nascido assim, com aquele copo de água pela borda, e conservá-lo até a hora de des-nascer: dele nada se derramasse."* (ROSA, 97).

Bosi também nos apresenta um quadro de embate em seu livro em que o passado é visto diferentemente pelo adulto e pelo velho: o primeiro concebe a memória como fuga, arte, lazer, contemplação, enquanto o último ocupa-se dela consciente e atentamente, configurando uma importante figura monumental para a contemporaneidade. O velho deixa de ser membro ativo da sociedade e, neste momento, resta-lhe a função social de lembrar, de ser a memória da família, do grupo, da sociedade: é o guardião das tradições.

Como pretendi esclarecer nas reflexões feitas neste estudo, embora os limites entre o moderno e o contemporâneo sejam bastante discutidos pela literatura, o mais importante é que saibamos problematizar e nos libertar das amarras da "servidão temporal". Guimarães Rosa consegue, em seu conto, transmitir-nos e esclarecer nossas próprias angústias enquanto seres de nosso tempo: a vulnerabilidade diante da instabilidade, do ontem, da inexistência de formas delineadas e de um ser uno e indivisível. Se "tudo já está lá e pronto", como disse Rilke, seria vã até mesmo a busca por conservar o sentimento de luta contra a fatalidade das coisas? "Nenhum, nenhuma" revela a imensa capacidade do tempo em fragmentar a experiência e a sua ação desconstrutora perante a existência.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GENTIL, Hélio Salles "Entre a memória e o esquecimento, a ficção" e GAGNEBIN, Jeanne Marie "O rumor das distâncias atravessadas", in SOUZA, Ricardo Timm de. DUARTE, Rodrigo (organizadores). *Filosofia e Literatura*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano Ed., 2004.
- PACHECO, Ana Paula. "Encenações da existência", In *Lugar do mito: Narrativa e processo social nas Primeiras estórias de Guimarães Rosa*. São Paulo: Nankin, 2006.
- ROSA, João Guimarães. "Nenhum, nenhuma", In *Primeiras Estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

# A economia solidária em uma linha de governança social: a nada utópica experiência de CECOSOLLA

**Ciro Antônio da Silva Resende**

Graduando em Ciências do Estado pela Universidade Federal de Minas Gerais  
ciro.sr@hotmail.com

**Palavras chave:**  
Economia Solidária;  
Governança Social;  
CECOSOLLA;

**Key words:**  
Solidarity Economy;  
Social Governance;  
CECOSOLLA;

**RESUMO:** Na atualidade, é grande o debate acerca da participação da sociedade civil. Nesse sentido, almeja-se uma aproximação do que realmente viria a ser governança social. A partir do arcabouço teórico acerca da noção de economia solidária desenvolvido por Paul Singer, o presente trabalho busca observar se esta poderia ser assumida como uma prática de governança social. Baseado em pesquisa bibliográfica, o artigo volta-se para o contexto latino-americano, mais especificamente para a interessante experiência da Central Cooperativa Lara (CECOSOLLA). Esta permitiu a observação de aspectos fundamentais de estratégias inovadoras e altamente eficazes, originárias do seio da sociedade civil, que, pautada na organização, tem o poder de agir, de agir para si mediante a comunhão de valores como solidariedade, colaboração e participação.

**ABSTRACT:** Nowadays, there's a large discussion about the participation of civil society. In this sense, it's expect to find an approximation of what really would be social governance. From the theoretical framework on the concept of solidarity economy developed by Paul Singer, the present study seeks to see if this solidarity economy could be taken as a practice of social governance. Based on a search literature, this article turns to the Latin American context, more specifically to the interesting experience of the Central Cooperativa Lara (CECOSOLLA). This one permitted the observation of the fundamental aspects of innovative and highly effective, originated in the within civil society, which based in the organization has the power to act, to act for themselves by shared values such as solidarity, cooperation and participation.

## Introdução: da teoria à prática

A ideia de governança social tem sido corriqueiramente exposta nos mais diversos meios da sociedade. Definir tal expressão não é tarefa fácil, de modo que limitá-la em um conceito, sem dúvida, desconsiderará aspectos diversos de sua composição. É nesse sentido que o presente artigo visa caminhar: deixando os limites teóricos a fim de compreender a complexidade das práticas sociais.

Para tanto, não se partirá de conceituações ou pré-compreensões acerca de governança social. A teoria pela qual se principia tal caminhada é a exposta por Paul Singer em uma diversidade de suas obras referentes à economia solidária. Nessa seara, verifica-se que experiências pautadas nessa lógica apresentam características alentadoras no que se refere à governança social. Na ótica aqui proposta, uma economia de solidariedade pauta-se na inexistência de mais-valia e de hierarquia, no espírito de confiança, na reciprocidade das ações, surgindo como alternativa viável a um modelo que se apregou como natural. "A economia com base na lógica do mercado dá ênfase à produtividade, à competitividade e à inserção internacional. Tal lógica, no entanto, vai na contramão das demandas societárias de maior participação na política" (BAQUERO, 2008, p. 386).

De uma forma geral, a economia solidária, passando da teoria para a prática, mostra que pode ser, sim, extremamente eficiente no que

se refere a diversos aspectos. Na análise, neste artigo, desenvolvida a respeito da Central Cooperativa Lara (CECOSOLLA), muitas reflexões foram emergindo, concentrando-se todas nas inúmeras possibilidades inerentes a experiências deste tipo. De modo a acoplar estas ideias, valho-me das palavras de um visitante que esteve na Central:

*"Lo que encontré hace apenas unos días en Cecosollla es simplemente "la construcción colectiva y participativa de un nuevo orden social", más aún, tengo la extraña sensación de que en Cecosollla se podría encontrar el germen o las posibles bases para: "un nuevo orden económico y social internacional" un modelo colectivo de vida social y económica que realmente funciona sustentablemente, y que de forma asombrosa opera, fluye... en la práctica en articulación constructiva con la economía de mercado que los rodea" (ZAPP, 2005).*

Parte-se, portanto, em busca de superar os limites teóricos, encontrando na experiência venezuelana, acima referida, os aspectos centrais de uma prática de economia solidária, em linha de governança social. É nesse sentido que se almeja observar que, mediante o reconhecimento de uma sociedade plural, as decisões passam a ser tomadas pela própria sociedade civil, consistindo isso em grandes avanços em termos democráticos e

participativos.

Assim, a partir da concepção teórica de "Introdução a Economia Solidária", de Paul Singer, o trabalho desenvolvido se atém à análise da experiência da Central Cooperativa Lara (CECOSESOLA), analisando seus principais aspectos componentes. Esta unidade de análise foi escolhida por possibilitar um delineamento de sua evolução em termos de gestão e de desenvolvimento do processo formativo. Por meio de "reuniões a espaços de encontro", enfatiza-se a governança social como resultado de um processo de mais de 40 anos de uma organização cooperativista em movimento. Vale destacar que este artigo baseia-se em pesquisa bibliográfica, apresentando falas que são fruto da pesquisa de diversos autores. Estas contribuíram para que, finalmente, os pontos abordados pudessem ser entrelaçados em uma concepção de "economia solidária em linha de governança social", que é retratada por meio de elementos da CECOSOLA.

Dessa maneira, o texto está dividido, basicamente, em três partes. A primeira apresenta uma abordagem conceitual acerca da economia solidária, valendo-se, sobretudo, das contribuições de Paul Singer. A segunda parte visa, a priori, a uma contextualização, apresentando alguns aspectos da "*ley para el fomento y desarrollo de la economía popular*" que embasam o contraponto à visão tendenciosa de grande parte da mídia em relação à realidade latino-americana. Feito isso, adentra-se, especificamente, no estudo de caso. A CECOSOLA é apresentada, a partir de suas características e componentes fundamentais, em duas subseções. A parte final, buscando tecer algumas conclusões, remete-se a textos que estudaram a governança social. Nessa seara, merece menção a ampla contribuição para o tema da professora Miracy Gustin. Por meio destes textos, foi possível entrelaçar os componentes da experiência estudada à luz de uma "economia solidária em linha de governança social".

## Para além da economia capitalista: economia de solidariedade

A economia de mercado está há muito impregnada em nossas sociedades, fato que, muitas vezes, leva-nos a crer que inexistente qualquer alternativa à "competição" imperante nas relações econômicas. Todavia, os efeitos sociais passam por um processo de intenso agravamento, visto que, no jogo capitalista, aqueles que já venceram acumulam vantagens para as futuras "rodadas", ao passo que os já derrotados se sobrecarregam de desvantagens. Todo esse processo é capaz de gerar desigualdades crescentes, que se tornam "hereditárias", perpetuando o jugo da exclusão e acentuando as disparidades sociais. Nas palavras de Paul Singer (2002, p. 8):

*"O capitalismo se tornou dominante há tanto tempo que nossa tendência é considerá-lo como normal ou natural. Vivemos, assim, em uma sociedade em que a com-*

*petição domina praticamente todas as áreas da atuação humana. No entanto, esta competição tem sido criticada por causa de seus graves efeitos sociais. A apologia da competição dá valor apenas aos vencedores; os perdedores ficam na penumbra ou são excluídos."*

Surge como alternativa à economia competitiva o modelo de economia solidária. Distinguindo-se da primeira, esta pressupõe uma organização igualitária por todos aqueles que se associam com intuito de produzir, comercializar, consumir ou poupar. "A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais" (SINGER, 2002, p. 9). Verifica-se, portanto, que a naturalidade e a normalidade (já) quase intrínsecas ao modo de produção capitalista não são, assim, tão naturais e normais. Aspectos como a desigualdade e a competição generalizada decorrem, na verdade, da forma pela qual se organizam as atividades econômicas. Dessa maneira, a economia solidária é distinta, caracterizando-se, principalmente, pela propriedade coletiva ou associada do capital (de modo que, havendo acumulação de capital, todos ganham por igual e, havendo dívidas, todos participam igualmente dos prejuízos) e pelo direito à liberdade individual.

Ainda nessa seara, é preciso deixar claro que o modelo de economia solidária é forma paralela ao sistema capitalista e, portanto, não uma adaptação deste nem seu concorrente. "O modelo solidário de produção e distribuição entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos" (SINGER, 2000, p. 13). Esta economia de solidariedade é instrumento importante de combate às grandes mazelas capitalistas, dentre as quais se destaca a exclusão social. E isso se deve à introdução de um novo componente, o qual se exprime nas formas de

*"cooperação de trabalho, que acrescenta a eficiência da força de trabalho; no uso compartilhado de conhecimentos e informações, que dá lugar a um importante elemento de criatividade social; na adoção coletiva das decisões; na melhor integração funcional dos diferentes componentes sociais da empresa, que reduz a "conflitualidade" e os custos que deles derivam; na satisfação de necessidades de convivência e participação que implicam que a operação da empresa proporcione a seus integrantes uma série de benefícios adicionais não contabilizados monetariamente, mas reais e efetivos; no desenvolvimento pessoal dos sujeitos envolvidos nas empresas, derivados da comunicação e mudança entre personalidades diferente, etc." (RAZETO, 2001, p. 41).*

A aplicação prática de uma economia solidária apresentaria como principais resultados a solidariedade e a igualdade. Para tanto, alguns mecanismos estatais de redistribuição de renda seriam reclamados, com vistas à captação

dos ganhos que ultrapassassem um limite considerado socialmente necessário, redistribuindo-os àqueles que ganharam abaixo do que se tem por indispensável. Nesse sentido,

*"a presença do Estado, de certa forma, é inevitável para a sociedade, pois não existiria uma sociedade organizada sem poder. A questão é estabelecer um ponto de equilíbrio entre a sociedade e o Estado, cada um definindo o seu papel, o local e a sua participação, a fim de que a sociedade possa avançar no caminho da justiça e igualdade"* (SANTOS, 2003, p. 6).

Ponto essencial para a compreensão do tema em foco é delinear os traços intrínsecos às empresas capitalista e solidária. Acerca da primeira, é possível destacar os salários desiguais, escalonados conforme o mecanismo de oferta e demanda no mercado de trabalho, com vistas à maximização do lucro. Tal característica fica clara quando se verifica que as decisões no que concerne aos salários são tomadas por aqueles que participam nos lucros – e, nessa lógica, salários diminutos para os cargos mais inferiores são sinônimo de ampliação dos lucros para a minoria com poder de decisão. Além disso, nas firmas capitalistas, a decisão concernente ao destino dos lucros é entregue a um "grupo controlador". É notório, enfim, que neste modelo prevalecem o poder e o interesse do grupo de sócios.

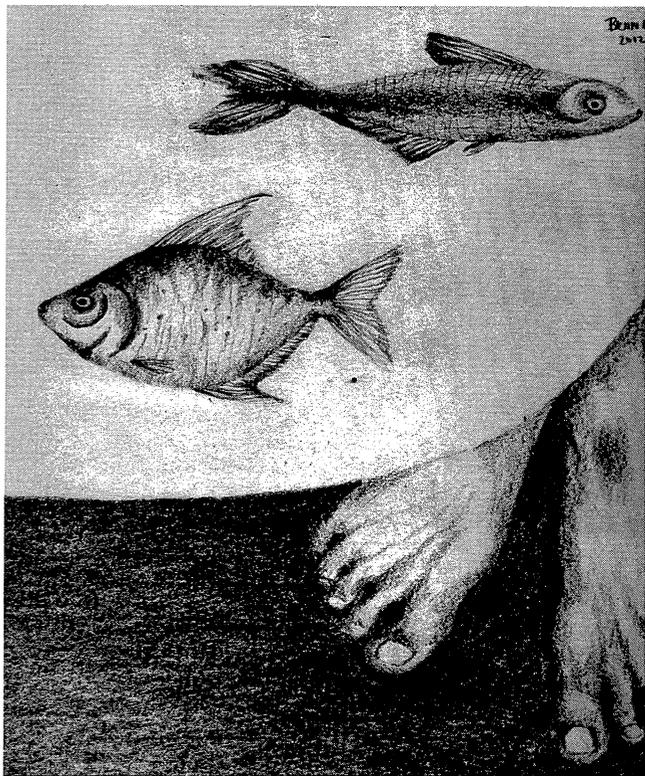
Situação diversa e merecedora de destaque diz respeito aos caracteres das empresas solidárias. A princípio, não há salário para os sócios. O que estes fazem é decidir coletivamente como se darão as retiradas (iguais ou diferenciadas), respeitando cada empresa critérios peculiares. Certo é que se objetiva a garantia de retiradas boas para todos. Outro aspecto a se ressaltar é a criação de dois fundos, um divisível e outro indivisível. O primeiro visa expandir o patrimônio da cooperativa, sendo contabilizado individualmente para os sócios. Por sua vez, "o fundo indivisível sinaliza que a empresa solidária não está a serviço de seus sócios atuais apenas, mas de toda a sociedade, no presente e no futuro" (SINGER, 2002, p. 15). Assim, sinteticamente, "o objetivo máximo dos sócios da empresa solidária é promover a economia solidária tanto para dar trabalho e renda a quem precisa como difundir no país (ou no mundo) um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas" (SINGER, 2002, p. 15).

Além de todos os pontos já explicitados, há outro que talvez possa ser considerado como o grande fator distintivo entre as economias capitalista e solidária. Trata-se da forma pela qual as empresas são administradas. Empresas capitalistas adotam a heterogestão, que consiste em uma administração hierárquica, composta por inúmeros níveis de autoridade. Nessa instância, o fluxo de consultas parte de baixo para cima ao passo que as ordens fluem em sentido contrário. Tal caracterização leva, muitas vezes, a uma competição exagerada entre setores da empresa, podendo acarretar prejuízos a esta como um todo. Dessa forma, a heterogestão acaba por funcionar diante da contradição existente entre coopera-

ção (que é reclamada entre os empregados, setores, etc.) e competição, visando extrair sempre mais trabalho e eficiência daqueles que emprega. Em seara diversa, a empresa solidária pratica a autogestão, o que consiste, basicamente, em se administrar democraticamente. Isso se dá por meio de decisões tomadas em assembleias, que ocorrem em curtos intervalos temporais quando se trata de uma empresa pequena. Quando, por sua vez, a empresa é grande, delegados são eleitos por departamentos, passando a se reunir e deliberar em nome de todos. Aqui, distingue-se também o modo pelo qual ocorre o fluxo de ordens bem como o de informações: o primeiro dá-se de baixo para cima enquanto o segundo de cima para baixo. Diante de tudo isso, acresce-se aos trabalhadores de uma empresa solidária o esforço de, além de realizar suas funções, preocupar-se com os problemas gerais da empresa.

Paul Singer (2002, p. 23) coloca que são duas modalidades de gestão econômica que servem a fins diferentes: a heterogestão parece ser eficiente em tornar empresas capitalistas competitivas e lucrativas, que é o que seus donos almejam; a autogestão promete ser eficiente em tornar empresas solidárias, além de economicamente produtivas, centros de interação democráticos e igualitários (em termos), que é o que seus sócios precisam.

Diante do paralelo anteriormente traçado, evidenciam-se as características inerentes aos dois modelos econômicos focalizados. O capitalismo, caracterizado principalmente por relações de exploração, passa a não ser mais visto com tanta naturalidade. Em contrapartida, um modelo econômico respaldado na solidariedade aparece, cada vez mais, como alternativa à economia capitalista. Isso porque vislumbra "a sustentabilidade, a justiça econômica e social, sendo um poderoso instrumento de combate à exclusão social, provando que é possível organizar a produção, a fim de amenizar as desigualdades existentes no mundo provocadas pelo capitalismo" (SANTOS, 2003, p. 5).



Em busca de um contexto: Venezuela uma realidade distinta em face da "ley para el fomento y desarrollo de la economía popular"

Diante do exposto anteriormente, algumas questões vêm à tona no que concerne à veiculação de informações acerca de assuntos específicos. Tal abordagem faz-se fundamental, visto que caminhamos ao encontro de uma situação pouco conhecida e, muitas vezes, veiculada de maneira excessivamente tendenciosa. Verifica-se que

*"o nosso mundo convive, hoje, com formas poderosas e extremamente concentradas de poder. Vivemos um embate nos meios de comunicação para a construção de verdades que sustentam estes poderes. Nunca vivemos, de forma tão agressiva, a manipulação da opinião e das notícias como a que hoje assistimos na grande mídia brasileira" (MAGALHÃES, 2010).*

Chega-se, assim, à perspectiva tangenciada. Caminhou-se, nesse sentido, com o intuito de deixar bem claro que muito acerca relacionado ao que se traz à mídia a respeito da América Latina, em especial da Venezuela ("ponto de chegada" deste estudo), contém uma errônea significação pré-estabelecida, preconceituosa. As grandes empresas de comunicação carregam consigo uma diversidade de interesses, os quais possuem grande importância na moldura das notícias a serem veiculadas. O objeto é julgado a priori segundo as "concepções" do veículo, sendo remodelado e, na sequência, levado aos milhares de pessoas, das quais, a esmagadora maioria, visualiza neste a verdade. Diante desse cenário, "a população fica sem a possibilidade de ter acesso a maioria dos aspectos de sua realidade e, assim, impedida de compreender exatamente sua posição e seus interesses, ficando apenas envolto por uma única ideologia que lhe é apresentada" (SHINKAI).

O processo é inequívoco, devendo-se isso ao desmedido poder que detêm os veículos midiáticos. Nestes, a Europa e, claro, os Estados Unidos aparecem, quase sempre, como modelos irretocáveis e ideais para que possamos perseguir. Em instância diversa, encontra-se a América Latina noticiada, pela grande parte da mídia, sob a ótica do preconceito. No entanto, o trecho a seguir, também de José Luiz Quadros de Magalhães (2010), traz uma visão diversa:

*"A América Latina vem sofrendo um processo de transformação social democrática importante e surpreendente. Da Argentina ao México os movimentos sociais vêm se mobilizando e conquistando importantes vitórias eleitorais. Direitos historicamente negados às populações indígenas agora são reconhecidos. Em meio a estes variados processos de transformação social, perceberemos que cada país, diante de suas peculiaridades históricas, vem trilhando ca-*

*minhos diferentes, mas nenhum abandonou o caminho institucional da democracia representativa, somando a está uma forte democracia dialógica participativa.*

E, nas palavras de Marcello Baquero:

*"De acordo com dados do Instituto de Serviço Global da Universidade de Washington (2004), há atualmente na América Latina cerca de um milhão de organizações da sociedade civil (OSC) que atuam, principalmente, nos campos da dimensão social: moradia, saúde, educação, segurança, direitos humanos, desenvolvimento comunitário, empoderamento do cidadão, capacitação profissional dos excluídos, meio ambiente, participação social e capital social. Estas organizações são consideradas como catalisadoras de capital social, principalmente para as camadas mais pobres, dotando-as de capacidade mobilizadora via ação coletiva para assegurar um desenvolvimento social comunitário mais incidente nas suas vidas, particularmente onde o Estado tem fracassado" (2008, p. 396).*

Algo muito novo ocorre nas terras sul-americanas, merecendo, portanto, o destaque devido. Dessa forma, aproximando-se, cada vez mais, da realidade a ser abordada, faz-se mister destacar, rapidamente, alguns pontos da lei venezuelana para o fomento e desenvolvimento da economia popular. Nesse sentido, apresenta-se, na sequência, um trecho da exposição de motivos, assinada por Hugo Chávez:

*La Constitución de la República Bolivariana de Venezuela permite las nuevas formas de organizaciones socio-productivas que surgen en el seno de la comunidad. De ahí que nace la necesidad de crear una normativa que regule la actividad de la economía popular, donde prevalezcan los principios de corresponsabilidad, cooperación, sustentabilidad, libertad, justicia social, solidaridad, equidad, transparencia, honestidad, igualdad, eficiencia y eficacia, contraloría social, rendición de cuentas, asociación abierta y voluntaria, gestión y participación democrática, formación y educación, planificación, respeto y fomento de las tradiciones, la diversidad cultural, articulación del trabajo en redes socio-productivas y cultura ecológica, dando a las venezolanas y venezolanos herramientas de contenido social para el desarrollo económico de un sistema incluyente, y con capacidad de fortalecer los proyectos socio-productivos de las comunidades.*

O artigo segundo do "presente Decreto com Valor e Força de Lei" expõe suas finalidades:

1. Incentivar, en la comunidad, valores sociales basados en la igualdad, solidaridad, corresponsabilidad y justicia social.

2. Promover las formas de organización comunal, dirigidas a satisfacer las necesidades sociales de la comunidad, respetando

*las características y particularidades locales, mediante mecanismos financieros, económicos, educativos, sociales y culturales.*

*3. Fomentar un modelo socio-productivo comunitario y sus formas de organización comunal en todo el territorio nacional.*

*4. Aportar las herramientas necesarias para el fortalecimiento de las potencialidades económicas de las comunidades.*

*5. Todas aquellas que coadyuven al fortalecimiento de las finalidades establecidas en el presente Decreto con Rango, Valor y Fuerza de Ley.*

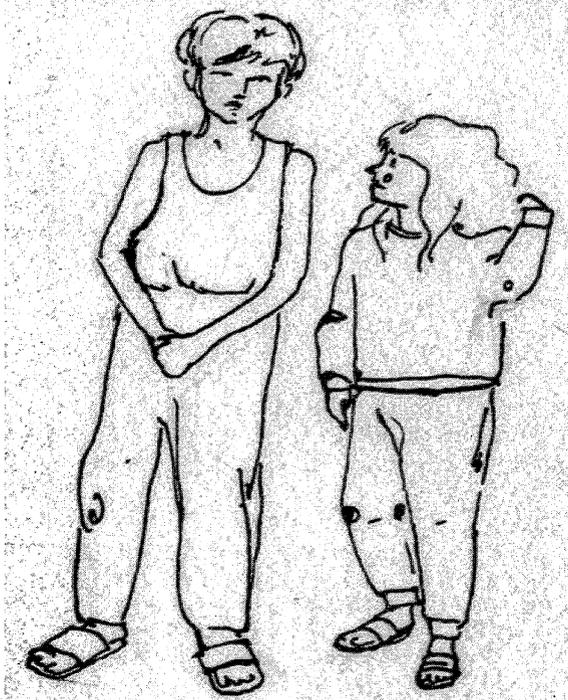
É notória a significância de uma lei como esta, principalmente no contexto da Venezuela, onde há muito pouco tempo vivia-se sobre a sombra de uma ditadura. Ela expressa, portanto, o reconhecimento da soberania popular, a qual se mostrará efetiva, na sequência, quando destacaremos pontos centrais de uma experiência ocorrida no país, mais especificamente no Estado de Lara.

## CECOSESOLA: muito além da fantasia de uma "utopia"

*"Economía no la ciencia de administrar la riqueza, sino la ciencia de administrar la vida que es la mayor riqueza" (LUGARI DE GAVIOTAS)*

Passando pela desconstrução da visão que se tem acerca da América Latina e pela abordagem de alguns aspectos da lei venezuelana para o fomento e o desenvolvimento da economia popular, chega-se, agora, à concretude de um caso que muito facilitará a delineação dos aspectos aqui enfatizados.

CECOSESOLA, ou Central Cooperativa de Serviços Sociais Lara, representa uma grande conquista da construção social na Venezuela. Sua concepção seria impossível se se pautasse em teorias sociais convencionais, significando a padronização de vida em coletividade. Diante do confronto com as estruturas de poder conven-



cionais, os integrantes da cooperativa original desenvolvem um novo modelo socioeconômico e ético, o qual pode ser comparado à horizontalidade das culturas consideradas como primitivas. Eles interagem construtiva e sustentavelmente com a economia de mercado convencional que os rodeia, o que não significa que se entregam a ela ou por ela são cooptados.

Em inúmeras vezes, fez-se grande a dificuldade de compreender o modelo em sua totalidade, o que rendeu aos seus integrantes títulos de fascistas, comunistas, corruptos, ateus, anarquistas, entre outros. Na verdade, o que se percebe é uma plataforma extremamente coletiva, cuja organização baseia-se em princípios de igualdade, solidariedade e responsabilidade, aliados à capacidade de aprender a viver em uma comunidade empresarial despida de quaisquer hierarquias, diante da valoração das capacidades individuais, que não são, de maneira alguma, utilizadas para dominar. Lança-se mão, na sequência, de um trecho das reflexões de Jorge Zapp (2005) mediante visita à CECOSOLA:

*"Valores como la honradez, la transparencia o la generosidad son totalmente naturales y se reflejan en la vida cotidiana en función del grado de vinculación familiar a la organización. Para un miembro que hace su vida económica y emocional dentro de las cooperativas de Cecosesola, esos y muchos otros valores se hacen casi absolutos y controlados socialmente en la cotidianidad y muy especialmente en las reuniones. Para alguien que se vincula apenas a alguno de sus servicios (mercado, salud, crédito, funerario, etc.), aprende a incorporarlos gradualmente en su familia. Dentro de Cecosesola, el dinero es útil, se maneja cuidadosamente, circula y cataliza, pero no constituye un fin en sí mismo, no se acumula ni institucional ni personalmente."*

Ponto importante traça-se, aqui, no que concerne às características atuais de todo o mundo. Ainda, segundo Zapp (2005), vivemos o inescapável mundo do "PAJ" (ou "PAH", mediante adaptação da sigla ao português), o qual é marcado por particularismo, acumulação e estruturas de poder hierárquicas (jerárquicas, em espanhol). Tudo que acena para além de tal estrutura recebe, de pronto, taxações equivocadas, como já se destacou anteriormente. Dessa maneira, a criação de uma empresa privada, capaz de agregar grande quantidade de valor aos recursos naturais, é, aparentemente, opção única para gerar riqueza e emprego de boa qualidade. Todavia, a análise atenta de diversas experiências, aqui centradas na América Latina, propicia-nos a visualização de modelos e lógicas bem distintos do que se tem, muitas vezes, por normal e natural.

Na visão de Jorge Zapp (2005), em CECOSOLA, regressa-se "al ágora griega o a las tribus recolectoras que inspiraron, en la horizontalidad de su areté americana, a Montagne o a Rousseau para concebir el nuevo orden social que desembocó en la democracia moderna". E, nessa comunhão de elementos históricos apontados por este visitante, exprimi-se uma construção coletiva e

participativa de uma nova ordem social, originária do seio da sociedade civil. É um modelo que, sem dúvidas, funciona realmente (e de forma sustentável), flui. Constata-se um estilo de vida diverso adotado por seus membros e pelas milhares de famílias circundantes, diante da participação nos serviços e da comunhão de princípios e valores. A nova ordem social, disseminada pela CECOSOLA, acaba, enfim, por enterrar os elementos constitutivos do "PAJ" aqui referido.

Nessa seara, é fundamental buscar as bases para o grande sucesso de um grupo de organizações originárias da sociedade civil, sem capital, a partir da tentativa de levar produtos agrícolas e alimentares às famílias menos favorecidas a preços notoriamente baixos. A análise de tal experiência leva-nos a crer que o elemento chave para seu desenvolvimento é o capital social, de modo que as centenas de trabalhadores nas feiras e associações relacionadas criaram um sistema organizacional fortemente orientado por valores e baseado em cooperação, participação e organização horizontal. No que concerne ao capital social, as palavras de Miracy Gustin (2008, p. 12) são extremamente esclarecedoras:

*"Sobre a utilidade do capital social para um desenvolvimento integrado, econômico e social, é possível sustentar que uma das causas da pobreza é justamente a destruição ou perda de redes de apoio das pessoas e das famílias. Apesar de não poder se entender que o capital social seja patrimônio apenas dos pobres, há uma necessidade de se potencializar as capacidades desses estratos sociais para a formação de capital social, sem paternalismos ou assistencialismos. Deve-se entender que a aplicação de uma metodologia adequada de capital social e humano ajuda na compreensão das razões da reprodução das desigualdades sociais. O desempenho de papéis que tradicionalmente foram descuidados, tais como os da educação e da sociabilidade, tornam-se de valor central."*

Dessa forma, o capital social é um fator chave para explicar a persistência de economias locais num contexto de globalização, pois, em alguns casos, ele é mais importante do que a renda enquanto determinante de bem-estar" (BAQUERO, 2008, p. 397), visto que

*"se constitui em um meio para um fim e não um fim em si mesmo. Enquanto meio, facilita o acesso a várias formas de recursos ou apoio através das redes de relações sociais. Este processo facilita alcançar os objetivos mais amplos das políticas, tais como a redução da pobreza e da exclusão social" (BAQUERO, 2008, p. 397).*

Assim, no entorno das feiras, a tônica é solidariedade, responsabilidade pessoal e de grupo, transparência nas relações, promoção da confiança e amor pelo trabalho. Diante de tal quadro de valores, verifica-se que este não se restringe a uma única declaração por escrito. Há, sim, intensa reflexão sobre temas como crescimento

pessoal, apoio mútuo, solidariedade, frugalidade, austeridade, bem como sobre a importância de não ser egoísta e dar o melhor de si para a comunidade, ao longo das reuniões de oito ou mais horas semanais, com a participação de todos os trabalhadores da CECOSOLA. Estes encontros acontecem, comumente, nas segundas-feiras, configurando-se em uma Assembleia Geral, em que se avalia a semana que se encerrara e se planeja a próxima. Com isso,

*"en Cecosesola, com el tiempo, las reuniones se han ido convirtiendo en encuentros abiertos al que quiera participar con una asistencia que puede a veces superar las 200 personas. En las mismas no existe una coordinación o dirección personalizada y en el transcurso de las deliberaciones, los temas a tratar van siendo propuestos espontáneamente por cualquier participante." (ESCUELA COOPERATIVA-CECOTESOLA, 2009, p. 9).*

Ponto também interessante remete-nos ao fato de que um dos membros, diante de necessidades, pode até mesmo duplicar seu ingresso particular mediante uma decisão coletiva, desde que isso não afete em mais de 3% os preços dos serviços que são prestados. Encontra-se, aqui, uma preocupação com os milhares de clientes, que, em sua maioria, vivem com muito pouco. Todavia, não é esta a única razão, visto que, por princípios, é reconhecido que não se requer mais para que se possa viver feliz e dignamente.

Sem que passe despercebido, o elevado número de horas dedicadas às reuniões, nem de longe, pode ser compreendido como uma perda de produtividade, sendo, na verdade, mecanismo importante para que se alcancem entusiasmo, dedicação e empenho por parte da organização dos trabalhadores. Assim, os mecanismos de funcionamento específico da organização incluem as já citadas reuniões semanais de cada grupo para avaliação e planejamento, a tomada de decisão por consenso (e não por votação adotando a opção escolhida por uma maioria), a partilha de informação, a disciplina coletiva e de monitorização, o trabalho descentralizado por cada grupo e a rotação acima das responsabilidades.

Baseado, portanto, na participação ativa de todos os membros da organização, na comunicação fluida, na análise conjunta de aprendizagem e na rotação contínua das tarefas, o projeto possui como uma de suas características marcantes o recebimento da mesma remuneração por todos os trabalhadores. Além disso, a organização criou um fundo de financiamento, de empréstimo de dinheiro a juros baixos, bem como um fundo de saúde integrada.

É fundamental destacar que todo o monitoramento do processo permite a rápida detecção e correção de erros. O clima de confiança estabelecido entre seus membros evita os custos que seriam necessários caso este fosse escassa. Diante disso, é grande o senso de pertencimento, o qual estimula a produtividade e a busca contínua por melhorias no que concerne à realização das tarefas. O objetivo da organização não é, e isso deve estar totalmente claro, limitar-se ou

centrar-se no plano econômico; objetiva-se, na verdade, promover o processo criativo de seus membros, aliado a todas as suas ações concretas.

### CECOSESOLA: o quê? Como? Onde?

Muito se relatou, até então, acerca de uma experiência de economia solidária na Venezuela, apresentando alguns detalhes e mecanismos utilizados, com vistas a destacar quanta inovação esta experiência representa. Todavia, CECOSOLA ainda se faz desconhecida, principalmente nos aspectos referentes ao que é proposto no título desta seção. Dessa forma, parte-se, agora, em busca de um conhecimento mais amplo do caso em destaque.

CECOSESOLA surgiu no ano de 1967, no estado venezuelano denominado Lara, mais especificamente em sua capital, Barquisimeto. Hoje, formando uma grande rede, encontra-se também nos estados de Barinas, Trujillo, Yaracuy e Portuguesa. Diante desta expansão, a Central Cooperativa Lara (como, atualmente, convencionou-se denominar) é composta por cerca de 60 organizações cooperativas, 20000 sócios, 1000 trabalhadores associados, atendendo, aproximadamente, 50000 famílias, as quais compram nas feiras (conforme dados do ano de 2009 da própria Central). Em todo esse aparato, é regra haver reuniões abertas, direção coletiva, decisões tomadas mediante consenso. Nessa instância, algumas esferas interceptam-se, encontrando-se nisso, sem dúvidas, mais um fator responsável por tanto sucesso. Entre estas esferas, é fundamental destacar aquelas inerentes a produção e abastecimento, apoio mútuo, escola cooperativa, saúde, sociedade, bem como a outros bens e serviços.

Diante do desenvolvimento de relações alternativas, CECOSOLA funciona, a priori, como órgão promotor das Feiras de Consumo Familiar, sendo que, neste caso, coincidem trabalhadores e membros da Central. Assim, as grandes feiras utilizam, hoje, locais pertencentes à CECOSOLA para funcionarem. Dessa maneira, consiste o sistema em um circuito de produção, distribuição e venda de alimentos e outros produtos básicos, dirigidos, principalmente, às famílias menos favorecidas. A produção, vale ressaltar, é realizada de maneira sustentável, melhorando organicamente o solo, de maneira que agrotóxicos são utilizados com responsabilidade e somente quando essenciais.

Um dos fatores que muito contribui para o êxito das feiras é o sistema de preços ponderados para os produtos, estabelecendo-se um preço único para o quilo de produtos, o que simplifica as tarefas de pesagem e venda. Tal sistema é capaz de otimizar o tempo utilizado pelos consumidores, incrementar a eficiência do processo de venda, compensar as altas estações de alguns produtos com as baixas de outros, induzir a diversificação do consumo e contribuir para a diversificação da produção agrícola. A fixação de um preço ponderado toma por base os seguintes critérios: a identificação dos produtos essenciais, a busca pela melhor qualidade possível e por um

preço significativamente inferior ao de mercado, bem como a consideração das necessidades dos produtores pertencentes ao sistema de feiras de modo a não prejudicá-los. Dessa maneira, é preciso notar que a determinação de preço ponderado é uma atividade complexa, devendo levar em conta a demanda relativa de cada produto, o preço que cada produto tem no mercado em cada temporada e inclusive em cada semana e as possíveis distorções que podem ocorrer mediante a escassez ou a abundância temporal de determinados produtos.

Alguns detalhes acerca da CECOSOLA ainda precisam ser delineados. A princípio, é necessário compreender que o termo "central cooperativa" significa, diante da prática e da legislação venezuelana, uma associação cooperativa de segundo grau, ou seja, uma associação cujos sócios são cooperativas e não indivíduos. O critério de organização é agrupar as cooperativas de uma região, independentemente de sua atividade específica. Agrupando 34 cooperativas localizadas na região centro-ocidental, atualmente a Central Cooperativa Lara possui 668 milhões de bolívares (aproximadamente 1,3 milhões de dólares, segundo dados que nos remetem ao ano de 1998), sem incluir o patrimônio que cada cooperativa tem por separado. Neste conjunto do sistema de Feiras de Consumo Familiar, CECOSOLA é o espaço de encontro de diferentes atores envolvidos na feira, de modo que

*"también funciona como marco institucional formal, ya que es la figura jurídica a través de la cual se relaciona el sistema con otras instituciones formales. Sin embargo, CECOSOLA como institución va más allá del sistema de ferias, puesto que ejerce otras actividades, como la prestación de servicios funerarios a los afiliados de las cooperativas, la prestación de servicios de asesoría y financiamiento a las cooperativas, y la representación de las cooperativas de la región ante instancias oficiales" (CALCAÑO, 1998, p. 15-16).*

Tudo o que é relativo ao funcionamento do sistema de feiras é coordenado pelo Departamento de Agricultura e Abastecimento da Central. Possuindo cada feira autonomia, o departamento acaba por funcionar com uma instância coletiva de coordenação por meio de diversos tipos de reuniões, nas quais se decide o que se refere à organização e à gestão. Ainda concernente às feiras, vale ressaltar que o papel dos consumidores está para além do de "clientes", de modo que seu comportamento e suas atitudes são uma variável fundamental para o êxito do processo, já que implicam certas atitudes de cooperação e identidade com ele, realçando que "quanto mais uma pessoa participa de redes e associações, maiores as possibilidades de desenvolver virtudes cívicas que tangibilizem o bem coletivo" (BAQUERO, 2008, p. 398).

Para além do sistema de feiras, CECOSOLA possui, ainda, serviço funerário, de modo que a Central passa a ter outra atividade, não enfrentando intensos problemas quando a colheita se fizer insuficiente. Esse novo empreendimento

é destacado por seus membros em um documentário (*"Documental acerca de la historia y forma organizativa de Cecosesola, movimiento de integración cooperativa fundado en 1967, ubicado en el Estado Lara, Venezuela"*), gravado em janeiro e fevereiro de 2010. É nesse sentido, com vistas a expor o que mais recebe ênfase por parte dos sócios da Central, que se caminha para o fim desta seção.

Não há dúvida de que expressões como possibilidades de organização, reuniões e espaços de discussão fazem-se, constantemente, presentes nas falas dos membros. Destarte, outros pontos aqui já destacados são sempre reafirmados por eles. Nesse sentido, deixam-se claras a não existência de cargos hierárquicos e a grande importância do respeito e da transparência com intuito de se construir a confiança em equipe. Acerca do que cada sócio recebe, há uma preferência para os termos antecipação e ingresso com relação à palavra salário. Eles ganham a mesma quantidade, ou melhor, como asseveram, quase a mesma quantidade. Deve-se isso ao que cada membro necessita, de modo que quem possui cinco filhos requer algo a mais para subsistir do que quem possui apenas um. O certo é que não existem as disparidades de uma empresa capitalista, na qual o empresário ganha inúmeras dezenas a mais que o operário. Pauta-se, dessa maneira, na ideia de que a Central pertence a todos, é construída cotidianamente por todos, de modo que todos devam partilhar igualmente de seus frutos.

A eficiência do projeto é indiscutível. Isso se torna evidente diante do relato dos antigos membros, os quais destacam que, inicialmente, vendiam 5 kg de produtos. Hoje, diante da forte noção de pertencimento e de uma comunhão geral (*"Juntos lo estamos logrando"*), CECOSSESOLA já mantém relação com outras organizações da sociedade civil. Algumas outras características surgem como responsáveis por tanto sucesso, podendo-se enumerar: a conexão com o grupo de produtores; decisões tomadas por consenso, inexistindo votação; informação fluida, sendo toda a movimentação financeira exposta detalhadamente; critérios coletivos (não normas escritas), pautados na disciplina; e, por fim, decisões com extremo sentido de responsabilidade.

As já referidas horas dedicadas a reuniões são de imensurável importância. Algumas merecem ser destacadas: reunião de planificação (do plantio), de modo a facilitar e equilibrar a integração em rede, definindo-se o que será produzido bem como a rotação de tarefas; reunião de apoio mútuo, na qual a tônica é "problema meu, problema de todos"; e reunião semanal de feira. No que se refere à Rede de Saúde CECOSSESOLA, há muito que se enaltecer. Com instalações modernas, oferecem-se serviços de laboratório, acupuntura, hidroterapia, radiologia, dermatologia, pediatria, ginecologia, psicologia, pediatria, medicina geral, traumatologia, entre outros. Para a construção do hospital e a aquisição de novos equipamentos, a Central valeu-se de uma quantia depositada em banco bem como de doações que eram realizadas nas feiras no ato da compra. As colaborações foram inúmeras. Quanto aos médicos, estes asseveram quanta satisfação sentem em poder utilizar o conhecimento adquirido ao longo de sua

formação para ajudar.

De uma funerária a um hospital, a Central Cooperativa Lara é uma experiência a ser, mais e mais, assistida bem como transmitida. Um exemplo irretocável de que a sociedade civil possui capacidade de organizar-se e, sobretudo, gerir-se. Fornecendo produtos frescos, com preço baixo e único, é, na ótica de seus membros, uma comunhão organizada, explicitada sob a forma de escola, em que a aprendizagem é cotidiana. Destarte, CECOSSESOLA é, para eles, acima de tudo, uma família, sendo dispensáveis quaisquer outras definições.

Face ao exposto, é preciso destacar que as práticas de governança social apresentadas nesta organização em contínuo movimento são fruto de um processo formativo de mais de 40 anos, apresentando grande evolução nas formas de gestão e desenvolvimento. Por exemplo, *"durante unas cuatro décadas en Cecosesola se ha venido profundizando una transformación en las maneras e las razones de ser de nuestras reuniones"* (ESCUELA COOPERATIVA-CECOSSESOLA, 2009, p. 50). Com isso, tal experiência permanece guiada por uma mesma intenção: *"el deseo de convivir aquí y ahora en el respeto, en el compartir, en la apticipación plena de todos"* (ESCUELA COOPERATIVA-CECOSSESOLA, 2009, p. 61).

À guisa de conclusão: economia solidária em uma linha de governança

*"Juntos lo estamos logrando"*  
(CECOSSESOLA)

Ao longo deste artigo, lançou-se mão de uma perspectiva de economia solidária proposta por Paul Singer, em sua obra *"Introdução a Economia Solidária"* (2002). Nesse sentido, algumas ideias, como as que se referem a solidariedade, autogestão, inexistência de hierarquia, cooperação, capital social, busca por subsistência, negação da mais-valia, entre outras, vieram à tona. Sem qualquer estranhamento, todas essas noções atrelam-se ao conceito de governança social, de modo que se pretende, aqui, desfechar esta caminhada, compreendendo a economia solidária, principalmente à luz da experiência venezuelana da CECOSSESOLA, *pari passu* com a governança social.

Faz-se mister destacar a importância do conceito de governança social. Todavia, verifica-se uma lacuna do estudo desta categoria em grande parte dos empreendimentos solidários. Nessa seara, Alcindo Gonçalves afirma que, para o entendimento da ideia de governança, duas questões merecem destaque. São elas: a) ideia de "boa" governança como requisito fundamental para um desenvolvimento sustentável, incorporando crescimento econômico, igualdade social e direitos humanos; b) a relevância das práticas e procedimentos governamentais na consecução de suas metas, bem como do formato institucional do processo decisório, da articulação público-privado na formulação de políticas e da maior ou menor abertura para a participação dos setores interessados. O mesmo autor, distinguindo este conceito do de governabilidade, vem afirmar que

"a governança opera num plano mais amplo, englobando a sociedade como um todo" (GONÇALVES, 2007, p. 4). Rudá Ricci, em consonância a isso, afirma que, ao ter agregado o adjetivo social, a governança amplia e descentraliza o espaço decisório, sugerindo que a competência técnica e a agilidade sejam perpassadas pela representação social. "É uma via de mão dupla, porque empodera a sociedade civil, mas exige uma profunda mudança de cultura e atitude dos (as) representantes sociais" (RICCI, 2006).

Nessa seara, a importância não se encontra em definir se estas estratégias alternativas são duradouras ou passageiras nem mesmo em delimitar qual caminho lhes será peculiar. Ponto fundamental é a capacidade que possuem de solucionar problemas, como o desemprego e a exclusão social. Vale ressaltar, entretanto, que, para aqueles que conceituam como momentâneas as estratégias de governança social e economia solidária, a Central Cooperativa Lara apresenta-se como grande exemplo, visto que desde sua fundação, em 1967, até os dias atuais mantém-se como um modelo originário da sociedade civil, por ela conduzido e a ela voltado.

Desse modo, a estreiteza entre os dois conceitos é digna de exposição. E, assim, verifica-se que, como ocorre com a prática de economia solidária, a "governança social se revelaria como um passo além das fronteiras estatais, a partir do reconhecimento de que ao Estado é impossível conhecer e solucionar todas as demandas da sociedade" (FERREIRA, 2010, p. 20). Diante de tal reconhecimento, é preciso anotar que todo o desenvolvimento aqui realizado acerca do tema compreende a economia solidária, como proposta por Singer, bem a governança social como "formas criativas de atribuição de competência às organizações que trabalham diretamente com po-

pulações ou segmentos sociais que necessitam se capacitar segundo necessidades ou demandas específicas" (GUSTIN, 2008, p. 11). E, valendo-se ainda das palavras de Miracy Gustin (2008, p. 11): "a governança social deve se constituir uma pedagogia de vivências e de experiências no sentido de um aprendizado das organizações de base das formas de atuação social que tenham como produto uma ação com efetividade".

O trecho supracitado tem sua comprovação diante da experiência da Central Cooperativa Lara, que é por seus membros considerada uma escola de aprendizagem cotidiana. Há de se enfatizar que o Estado não é substituído por estas organizações da sociedade civil, de modo que seu papel deva ser capacitar esta, fomentar a auto-gestão e favorecer a articulação, agindo como um "Estado Educador". Em complementação a isso, Lara Marina Ferreira (2010, p. 18) assevera que

*"não há que se falar, portanto, em substituição do papel do Estado pela atuação da sociedade civil, uma vez que essa fronteira é determinada constitucionalmente. A articulação e organização da sociedade civil serão realizadas no espaço previsto e em conformidade com parâmetros normativos, mas a partir do reconhecimento de sua autonomia decisória e do importante papel que essas organizações exercem no fortalecimento de solidariedade direta entre os atores sociais."*

Diante disso, outro aspecto a ser considerado, e para isso lança-se mão, mais uma vez, da CECOSOLA, é a articulação em rede entre organizações da sociedade civil. "A necessidade da formação de redes deriva, pois, da fragilidade dos laços existentes nas comunidades periféricas"



(GUSTIN, 2008, p. 13). É, nesse sentido, que a articulação promove uma democratização no que concerne ao engajamento em torno de algum interesse comum, permitindo que organizações interajam e caminhem lado a lado. "A sociedade civil organizada do novo milênio tende a ser uma sociedade de redes organizacionais, de redes inter-organizacionais e de redes de movimentos e de formação de parcerias" (SCERER-WARREN, 2006.).

Muito já se delineou acerca das experiências de economia solidária e governança social, entretanto, caminhando-se para o fim desta abordagem, algumas características centrais merecem ser revisitadas. Refiro-me à geração do próprio sustento e à conscientização em torno de um grupo. No que se refere à primeira, esta ocorre de maneira digna, apresentando-se o trabalho como instrumento fundamental e distintivo destas experiências. Retomando o viés estatal, assevera-se que o objetivo deste ao usar a assistência social deva ser usá-la "como via de acesso para combater efetivamente a pobreza mediante a organização dos que os desejarem em formas variadas de produção associada, que lhes permita alcançar o auto-sustento mediante seu próprio esforço produtivo" (SINGER, 2002, p. 124). Depara-se, portanto, com a fronteira entre assistencialismo e governança social, caracterizando-se esta pelo trabalho, o qual é responsável pela geração do próprio sustento, dispensando-se quaisquer assistências. Acerca da conscientização em torno do grupo, é preciso notar que esta se dá mediante as ideias de solidariedade e colaboração, verificando-se que estas experiências consistem, sobretudo, em uma escola para a vida, por meio da qual vivências são compartilhadas e seus membros caminham para ações efetivas. "Não sendo assim, tudo se transforma em mais uma nova ilusão administrativa" (GUS-

TIN, 2008, p. 13).

De modo a manter-se distante desta ilusão administrativa, a governança social, tão bem explicitada no caso anteriormente analisado, deve pautar-se, sobretudo, no protagonismo da sociedade. Diante disso caminha ela com suas próprias "pernas", respaldando-se na reciprocidade de atitudes, na horizontalidade das tomadas de decisões bem como em laços solidários cada vez mais fortes. Só assim a sociedade é capaz de se articular e, mediante a comunhão de inúmeros valores, produzir condições de vida sempre melhores, pautadas, acima de tudo, em reais necessidades.

Chega-se, portanto, ao fim de uma análise da economia solidária, caminhando, *pari passu*, com a governança social. Toda a exposição acerca da CECOSOLA permitiu levantar aspectos fundamentais de estratégias inovadoras e altamente eficazes. As realidades são distintas, claro. O Brasil não é a Venezuela nem tampouco Europa ou África. A realidade brasileira é plural e, nesse sentido, estratégias como a analisada são, sim, adaptáveis ao Brasil, ressaltando, evidentemente, suas adequações ao nosso contexto. Algumas experiências já são verificadas por aqui, apresentando grande êxito. E tudo isso permite evidenciar a importância que advém de uma estratégia de governança social, aqui assimilada sob a ótica da economia solidária. Toda a inovação por ela proporcionada é originária do seio da sociedade civil, cujo conceito "implica o reconhecimento de instituições intermediárias entre o indivíduo, por um lado, e o mercado e o Estado por outro, [as quais] cumprem o papel da institucionalização de princípios éticos" (AVRITZER, 1994, p. 147). Por fim, vale dizer, esta sociedade civil, pautada na organização, adquire o poder de agir, agir para si mediante a comunhão de valores como solidariedade, colaboração e participação.

Submetido em Outubro de 2011

Aprovado em Maio de 2012

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSEBURG, Hans Benno e GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante das desigualdades. Artigo disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S001152582007000300003&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152582007000300003&lang=pt)>. Acesso em: 19 de outubro de 2010.
- AVRITZER, Leonardo. Modelos de Sociedade Civil: uma análise da especificidade do caso brasileiro. In: Ensaios de Teoria e Filosofia Política em homenagem ao prof. Carlos Eduardo Baesse de Souza. Antonio F. Mitre (organizador). Belo Horizonte: DCP-UFMG, 1994.
- AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. Os valores da Economia Solidária. Artigo disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151745222009000100012&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222009000100012&lang=pt)>. Acesso em: 19 de outubro de 2010.
- BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. Opinião Pública, Campinas, vol. 14, n.º 2, Novembro, 2008, p. 380-413.
- CALCAÑO, Luis Gómez. Las ferias de consumo familiar del Estado Lara, Venezuela: una experiencia de organización participativa. Informe para la División de Estado y Sociedad Civil del Banco Interamericano de Desarrollo, Caracas, 1998.
- Documental acerca de la historia y forma organizativa de Cecosesola, movimiento de integración cooperativa fundado en 1967, ubicado en el Estado Lara, Venezuela. Gravação: janeiro e fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://vimeo.com/15472763>>; <<http://vimeo.com/15476025>>; <<http://vimeo.com/15482970>>. Acesso em: 28 de outubro de 2010.
- ESCUELA COOPERATIVA-CECOSESOLA. ¿Hacia un cerebro colectivo? – De reuniones... a espacios de encuentro. Barquisimeto: MC Editora, 2009.
- FERREIRA, Lara Marina. Governança Social: Contribuições para o desenvolvimento do conceito teórico. Monografia. Curso de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Venezuela – Lei para o fomento e desenvolvimento da economia popular. Disponível em: <<http://www.fb.es.org.br/>>. Acesso em: 25 de outubro de 2010.
- GONÇALVES, Alcindo. O Conceito de Governança. Texto apresentado no Programa de Mestrado em Direito da Universidade Unisantos, 2008. Disponível em: <<http://www.ligatavares.com/gerencia/uploads/arquivos/24cccb375b45d32a6df8b183f8122058.pdf>>. Acesso em: 28 de abril de 2012.
- GONÇALVES, Alicia Ferreira. Experiências de economia solidária e seus múltiplos sentidos. Artigo disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802008000100013&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802008000100013&lang=pt)>. Acesso em: 20 de outubro de 2010.
- GUSTIN, Miracy Barbosa Souza. Importância da Constituição de Capital Social e Humano em Comunidades Periféricas e de Exclusão. Revista Governança Social. Ano I, Edição 3. Belo Horizonte: agosto a novembro de 2008, p. 10-13.
- MAGALHÃES, José Luiz Quadros. A busca do real. Disponível em: <<http://joseluizquadrosdemagalhaes.blogspot.com/2010/06/discutindo-ideologia-2.html>>. Acesso em 14 de outubro de 2010.
- MAGALHÃES, José Luiz Quadros. Ideologia: o encobrimento do real na contemporaneidade. Disponível em: <<http://joseluizquadrosdemagalhaes.blogspot.com/2010/06/discutindo-ideologia.html>>. Acesso em: 14 de outubro de 2010.
- RAZETO, Luis. Economia de solidariedade e organização popular. In GADOTTI, Moacir e GUTIÉRREZ, Francisco, Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez, 2001.
- RICCI, Rudá. Governança solidária ou democrática (2006). Disponível em: <<http://www.ibase.br/site-antigo/modules.php?name=Conteudo&pid=1292>>. Acesso em: 28 de abril de 2012.
- SANTOS, José Eduardo Moraes. Economia popular e solidária: desafios e realidade. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Departamento de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Artigo disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922006000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007)>. Acesso em: 15 de outubro de 2010.
- SHINKAI, Marie. Manipulação dos meios de comunicação de massa. Artigo disponível em: <[http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos\\_revistas/104.pdf](http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos_revistas/104.pdf)>. Acesso em: 25 de outubro de 2010.
- SINGER, Paul. Globalização e desemprego: Diagnóstico e alternativa. São Paulo: Contexto, 1998.
- SINGER, Paul. Introdução a Economia Solidária. 1.ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- VELANO, Luiz Gustavo Mendonça. Economia Solidária: o amadurecimento de uma outra economia. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Departamento de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.



# Recrutamento de lideranças, redes de relações, engajamento e militância no MST

**Carla Betânia Reier**

Graduanda do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe  
carla.reier@gmail.com

**Maria Rita Ribeiro**

Graduanda do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe  
mariarita.ciso@hotmail.com

**Palavras chave:**

Engajamento;  
Militância;  
Movimento Social;  
MST;

**Key words:**

Engagement;  
Activism; Social  
Movement; MST;

**RESUMO:** Este artigo traz alguns resultados preliminares sobre o engajamento militante no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), buscando compreender os motivos que levam os indivíduos a se engajarem em um movimento social, assim como quais os elementos que contribuem para sua permanência em tal movimento. Dentro da proposta de análise, pretendem-se contemplar também as relações sociais engendradas nesta forma de organização social.

**ABSTRACT:** This article presents some preliminary results of the engagement activist in the Movement of Landless Rural Workers (MST), seeking to understand the motives that lead individuals to engage in a social movement, as well as the elements that contribute to their stay in such a move. Within the proposed analysis is intended to also address the social relations engendered in this form of social organization.

## Introdução

Este artigo traz algumas discussões nas Ciências Sociais acerca das teorias e estudos sobre os Movimentos Sociais, assim como também resultados preliminares de um estudo sobre o engajamento militante no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Procurando dar ênfase em como e de que forma se dá o processo do engajamento e do militância no MST, analisam-se as lógicas, disposições e recursos destes militantes do movimento, suas redes de relações, assim como também se há uma dupla militância, considerando outros movimentos ou partidos políticos, que poderá resultar em uma reconversão em um militância político-partidário.

O estudo tem como objetivo estudar o engajamento militante, buscando compreender os motivos que levam os indivíduos a se engajarem em um movimento social, assim como quais os elementos que contribuem para sua permanência em tal movimento. Procura-se também compreender o processo de recrutamento de militantes e das lideranças do MST, quais os recursos/elementos necessários para ser um militante ou líder do movimento.

O estudo sobre o engajamento e o militância no MST teve como recorte dois projetos de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Estado de Sergipe. Utilizaram-se ida a campo para a aplicação de questionários, entrevistas semi-estruturadas, participação de reuniões do movimento, história de vida, assim como também análise documental e literatura sobre o movimento.

Diante dos dados coletados, percebe-se preliminarmente que as origens sociais estão intimamente relacionadas à disposição para o engajamento militante no movimento em estudo. A participação dos pais dos militantes em organi-

zações associativas, como as religiosas, e a dos próprios militantes em outras organizações associativas antes de engajarem-se no MST contribuem consideravelmente para o militância no MST. Apreendeu-se também que as redes sociais destes militantes exercem um papel importante no processo de engajamento, de permanência no movimento, assim como também de recrutamentos de suas lideranças.

## Os Movimentos Sociais, recrutamento político e reconversão militante

O interesse pelo estudo dos movimentos sociais e, mais especificamente, do engajamento militante encontra-se em uma renovação conceitual e metodológica, como diz Oliveira (2010). Com o final da Ditadura Militar em nosso país, a abertura do espaço político, proporcionada então pela Democracia, traz à tona as complexidades vividas pelos indivíduos na sociedade, que enfrentam inúmeros problemas sociais, passando assim a organizarem-se em associações, grupos e movimentos sociais, para reivindicarem seus direitos ou ainda para lutarem pelo poder político.

Desta forma, tal engajamento representa a dinâmica social e resulta em importante análise para as Ciências Sociais. Como diz Engelman (2009), o interesse pelo tema do militância, assim como do engajamento político, encontra-se numa crescente importância para as Ciências Sociais nas últimas décadas: "Inspirados em diferentes aportes teóricos que se estendem desde o interacionismo de Goffmann até a Ação Coleiva de Olson, tais estudos têm se desenvolvido fora do *main stream* da ciência política internacional e brasileira" (ENGELMANN, 2009, p. 17). Percebe-se, com mais intensidade, a partir da redemocratização do país, que um grande número de indivíduos, em algum momento de suas vidas,

encontram-se engajados em algum tipo de movimento, seja o Movimento de Pais e Mestres da escola dos filhos, seja o Movimento Estudantil, seja algum Movimento Religioso, ou ainda algum Movimento Étnico, entre outros.

O surgimento de novos Movimentos Sociais e a importância destes na politização do país são vistos com interesse pelas Ciências Sociais. Conforme Oliveira (2010), emergiram-se mobilizações que diferem das operárias e sindicais, cujas análises passam a não ser mais baseadas somente no fator econômico e de pertencimento de classe: influenciando a "reformulação da literatura acadêmica da ação coletiva e dos movimentos sociais, no início da década de 1970 surgiram novas abordagens no âmbito das ciências sociais" (OLIVEIRA, 2010, p. 49). Estas novas abordagens passam a considerar diferentes fatores, mecanismos e recursos, que permitem uma análise mais ampla a partir dos interesses dos indivíduos por assuntos políticos, possibilitando assim um grande avanço nas investigações sobre o engajamento militante, ou ainda os múltiplos engajamentos, pois

*"não se baseavam em classe, mas sobretudo etnia (o movimento pelos direitos civis), gênero (o feminismo) e estilo de vida (o pacifismo e o ambientalismo), para ficar nos mais proeminentes. Tampouco visavam a revolução política, no sentido da tomada do poder de Estado. Não eram reações irracionais de indivíduos isolados, mas movimentação concatenada, solidária e ordeira de milhares de pessoas. Então não cabiam bem em nenhum dos dois grandes sistemas teóricos do século XX, o marxismo e o funcionalismo. (ALONSO, 2009, p. 50-51)"*

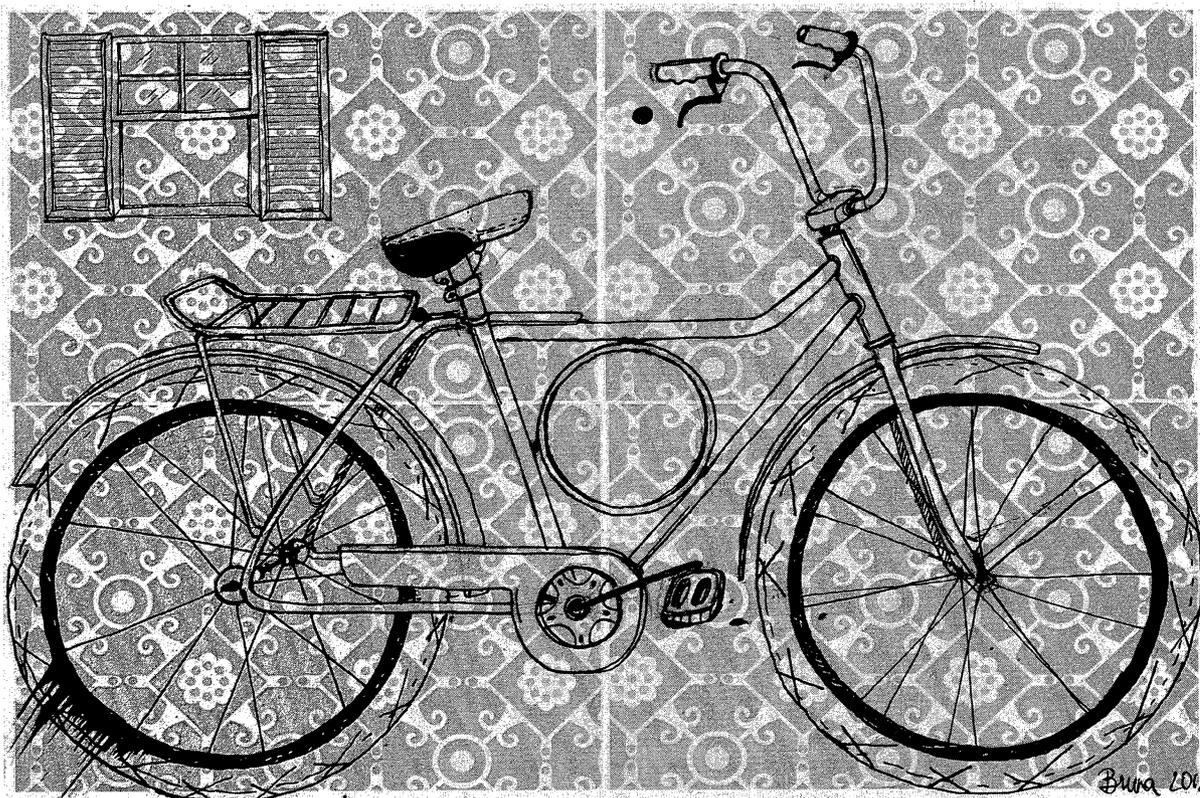
Sendo assim, de acordo com Alonso (2009), as análises sobre os movimentos que emergiam a partir da segunda metade do século XX se alicerçam em três teorias clássicas sobre os Movimen-

tos Sociais: A Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), de McCarthy e Zald (1977); a Teoria do Processo Político (TPP), de Charles Tilly (1975); e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), em que se destacam como os três principais teóricos Alan Touraine, Jürgen Habermas e Alberto Melucci.

Estas teorias focalizam aspectos específicos:

*"A TMR focalizou a dimensão micro-organizacional e estratégica da ação coletiva e praticamente limou o simbolismo na explicação. Já a TPP privilegiou o ambiente macropolítico e incorporou a cultura na análise por meio por meio do conceito de repertório, embora não lhe tenha dado lugar de honra. A TNMS, inversamente, acentuou aspectos simbólicos e cognitivos — e mesmo emoções coletivas —, incluindo-as na própria definição de movimentos sociais. Em contrapartida deu menor relevo ao ambiente político em que a mobilização transcorre e aos interesses e recursos materiais que ela envolve" (ALONSO, 2009, p. 69).*

Dessa forma, o adjetivo "novo", empregado a partir de então na Teoria dos Movimentos Sociais, já designa uma ruptura, um novo sentido da ação destes em relação aos "velhos" Movimentos Sociais, conforme Alonso (2009), demandando novas explicações acerca do fenômeno. Diante disso, dentre estas novas formas de movimentos sociais, Alonso (2009) destaca que se configurou um novo padrão de dominação com base na produção e controle da informação, intervindo assim nas relações sociais. Acontece um deslocamento das demandas materiais, antes pautadas no mundo do trabalho, para as simbólicas, implicando uma forma de rever os "valores" da sociedade, agora com bases culturais; as mobilizações recorrem a uma teia de redes de relações, alicer-



çadas para os fins da ação nos aspectos cognitivos dos sujeitos, constituindo assim a motivação para o engajamento e gerando o sentimento de "nós", do pertencimento ao grupo: "Os novos movimentos sociais seriam, então, antes grupos ou minorias que grandes coletivos. Suas demandas seriam simbólicas, girando em torno do reconhecimento de identidade ou de estilos de vida" (ALONSO, 2009, p. 67).

Na América Latina, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais ganhou maior espaço, salienta Alonso (2009), e é a mais utilizada para estudos de casos nacionais, havendo uma alternância dos teóricos. Alan Touraine, "único dentre esses autores a refletir diretamente sobre a América Latina – como em *Palavra e sangue* (1989)" (ALONSO, 2009, p. 68), perde espaço para Jürgen Habermas no início da década de 1990, que, por sua vez, no fim desta mesma década, perde espaço para Alberto Melucci, por conta de seus estudos abrangendo o tema da identidade coletiva.

Estas três teorias (TMR, TPP e TNMS) explicitaram seus pressupostos e conseqüentemente seus limites, "brigaram bem, no que convencionou chamar a polêmica identidade 'versus' estratégia" (ALONSO, 2009, p. 69), porém a virada do século XXI obrigou-as a refletir e a reformular alguns pontos principais que defendiam, em face de emergência de novos problemas. O engajamento passa, por exemplo, de escala nacional para global, envolvendo temas e militantes que ultrapassam as fronteiras e "se dirigem, muitas vezes, a instituições multilaterais ou a uma opinião pública transnacional" (ALONSO, 2009, p. 74). Já o enfraquecimento do Estado-Nação, que deixa de ser o polo antagônico dos embates, e a institucionalização dos movimentos sociais, que reflete uma burocratização dos mesmos, muitos funcionando como empresas e prestadoras de serviços estatais, sendo ainda que alguns se convertam em partidos políticos ou se associam a outros já existentes, proporcionando assim que o militante se profissionalize. Logo, ser militante de determinado movimento, combinado com o saber técnico, é muitas vezes uma possibilidade de ascensão profissional. O atentado de 11 de setembro nos Estados Unidos, seguido de outros no decorrer da primeira década do século XXI, abre as portas para mobilizações violentas, não havendo mais somente protestos pacíficos e criando um espaço marcante para o terrorismo dentro do aspecto de mobilizações coletivas, como afirma Alonso (2009).

## Alguns estudos sobre movimentos sociais no Brasil

Para discorrer sobre as análises de movimentos sociais no Brasil, podem-se destacar alguns estudos feitos por pesquisadores sobre o tema, como sobre: o engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas, de Coradini (2007); a socialização militante e a institucionalização do Movimento *Hip Hop* de Campinas, feito por Moreno & Almeida (2009); o estudo de redes sociais e carreiras militantes, de Oliveira (2010); a atuação profissional e a lógica de engajamento, desenvolvido por Petrarca (2008) e por Petrar-

ca & Ribeiro (2011a) e (2011b); as disposições e lógicas à militar; de Seidl (2009); as condições sociais de engajamento e militância, de Souza (2009). Estes são alguns estudos dentro do universo de pesquisas sobre o tema e que são tomados como referência para demonstrar o processo do engajamento e militância.

Uma das análises sobre a socialização dos militantes e a institucionalização dos movimentos sociais que é tomada como exemplo aqui para demonstrar tal processo é de Moreno & Almeida, que estudam o Movimento *Hip Hop* de Campinas e salientam que o processo de socialização dos militantes do referido movimento é importante para sua institucionalização. Moreno & Almeida (2009) definem socialização como um processo pelo qual os jovens *rappers* foram preparados para participar do movimento, na medida em que passaram a adquirir novos papéis, ajustando-se à perda de outros papéis mais antigos e passando a não fazer mais parte deste novo universo no qual os jovens estão inseridos. Nesta análise podemos perceber como se dá a socialização dos indivíduos durante este processo de institucionalização e a importância dela na formação do capital militante e político dos membros do movimento, tendo em vista que a socialização é necessária para que o movimento se consolide e tenha continuidade, uma vez que ele necessita de militantes motivados e preparados para desempenhar vários papéis.

Souza (2009), que analisa o processo de engajamento e militância, analisando o itinerário e história de vida dos dirigentes de uma associação que atua na causa do câncer, também nos demonstra como a origem destes indivíduos, assim como qual o espaço de socialização destes, determina o seu engajamento e a sua permanência no movimento. Já Coradini (2007), que investiga os políticos de atuação em âmbito nacional que estão vinculados a algum tipo de associação ou sindicato, analisando as relações deste fato com os devidos trajetos sociais e com as posições no espaço político, demonstra que os usos do capital associativo sofrem uma reconversão em recursos políticos, destacando um crescimento constante deste fato.

Moreno & Almeida (2009), Seidl (2009) e Souza (2009) trazem como dimensão analítica a ênfase no processo, de engajamento e de militância, como importante ferramenta para apreender a formação e a institucionalização dos grupos associativos e as socializações determinantes dos indivíduos que formam estes grupos. Os quatro autores analisam também as origens sociais dos indivíduos e qual a influência destas no interesse pelo engajamento e pela militância. Seidl (2009) cita a importância, dentro do contexto de socialização dos entrevistados, de seu universo familiar e escolar e demonstra que o gosto e a disposição para a militância possuem estreita relação com estes universos, estabelecendo uma multiplicidade de militâncias e extensas redes de relação – sendo que os indivíduos de origem social elevada possuem maiores recursos escolares, o que está associado à probabilidade de sucesso em carreiras políticas e militantes.

Essa mesma observação foi feita por Moreno & Almeida (2009), quando, após institucionaliza-

ção do Movimento *Hip Hop*, apesar da tentativa de não hierarquizar as posições internas, percebe-se uma homologia entre posição social e posição interna no grupo. Da mesma forma podemos perceber em Souza (2009) que a posição social e os títulos escolares dos militantes observados se tornaram recursos para fins militantes, estabelecendo uma relação entre a posse de título e o uso deste tanto para a militância quanto para a ocupação de cargos dentro do grupo ou fora dele em nome da militância.

A militância associativa-partidária tornou-se comum nos dias atuais, sendo observada por Seidl (2009), Moreno & Almeida (2009), Souza (2009) e Coradini (2007), nas suas investigações. O capital militante sofre uma reconversão em capital político, na maioria das vezes a ocupação de cargos dirigentes, disputa de cargo eletivo, partido e movimento, nas suas mais diversas formas, são indissociáveis.

Tal reconversão tem como ponto chave o acionamento de redes sociais para o recrutamento de lideranças de Movimentos Sociais, assim como de candidatos a cargos políticos ou eletivos, tendo em vista que alguns militantes de Movimentos Sociais exercem também militância em partidos políticos. Dentro da análise sobre as redes de relações, pode-se observar que as relações sociais engendradas nessa interação influenciam diretamente o processo de socialização do militante e privilegiam assim um acúmulo de capital político-associativo, que poderá resultar em uma reconversão política-eleitoral, como demonstram alguns estudos nas ciências sociais sobre estes dois aspectos, de acordo com Coradini (2007). Segundo Pereira (2009), o engajamento militante precisa ser analisado a partir do capital militante acumulado em outras associações e da reconversão desta militância na profissionalização em cargos políticos.

Entende-se por redes sociais "o conjunto de participantes autônomos, unindo idéias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados" (MARTELETO, 2001, p. 72). Existe a valorização dos elos informais e das relações nos estudos de redes sociais, segundo Marteleto (2001), proporcionando apreender os comportamentos dos indivíduos que estão sujeitos às estruturas em que estão inseridos. A análise não perpassa as características individuais, mas sim o conjunto de relações que estes indivíduos estabelecem uns com os outros, permitindo assim compreender a estrutura da rede de relações e seus limites.

Moreno & Almeida (2009) analisam a dinâmica do recrutamento político e as retribuições militantes, materiais e simbólicas que recebem os indivíduos pelo partido. Tais retribuições exercem sobre estes militantes, para citar Bourdieu (1998), um poder simbólico, ambíguo e de dependência. O acúmulo do capital militante dos jovens integrantes do Movimento *Hip Hop* de Campinas, proporcionado pela aliança com o vereador do PT e a proximidade com os movimentos sindicais, foi percebido tanto pelo vereador quanto pelo partido. Segundo Moreno & Almeida (2009), os jovens passaram a ganhar visibilidade dentro do partido, pois representavam uma numerosa base eleitoral, sendo possível perceber neste caso o duplo

investimento, material e simbólico; por parte do vereador para com o grupo, provocando uma relação de dependência entre eles, percebida pelos jovens como necessária e de praxe. Estes, apoiando a candidatura do vereador e trabalhando para sua reeleição, garantiram ao grupo a retribuição material necessária para a manutenção do movimento, assim como a retribuição simbólica, por meio do prestígio conquistado.

Por fim, Moreno & Almeida (2009) ressaltam em sua pesquisa que os jovens passaram a ser vistos pelo partido, por conta do capital político acumulado, como fonte de recrutamento militante, que se concretizou a partir do engajamento na militância eleitoral, por meio da qual o vereador obteve êxito em sua reeleição. Além disso, o candidato a prefeito do partido também venceu as eleições, o que possibilitou aos jovens uma retribuição militante, que foi a inserção do *hip hop* em políticas públicas, por meio das quais se deu a criação da Casa de *Hip Hop* de Campinas em 2001, sendo os líderes do movimento alocados como funcionários da Casa.

Nos estudos de Petrarca (2008) e de Petrarca & Ribeiro (2011a), (2011b), pode-se observar que a militância se profissionalizou, na medida em que a ocupação de cargos dentro de determinados movimentos sociais estudados pelas autoras, seja o movimento ambiental ou ainda diversos outros em defesa das causas sociais, está atrelada a um saber técnico e a formação profissional específica, como, por exemplo, na defesa de causas sociais da luta pelos direitos humanos; na defesa de causas da criança e do adolescente; na luta pelos direitos dos homossexuais e no combate a homofobia. Além disso, a profissionalização na área da advocacia é imprescindível para a ocupação de cargos dentro de determinados movimentos. Por fim, Petrarca & Ribeiro (2011a) demonstram, assim como também Oliveira (2010), a importância das redes de relações para recrutamento, engajamento e ocupação de cargos dentro de movimentos sociais, associações e partidos políticos - sejam, conforme Petrarca & Ribeiro (2011a), as redes formais, que englobam a participação do indivíduo em outras organizações associativas antes de engajarem-se ao movimento social, ou ainda as informais, que reúnem os amigos, parentes e colegas de trabalho.

Percebe-se que tais estudos demonstram as transformações ocorridas nos movimentos sociais na virada para o século XXI, como salientou Alonso (2009), trazendo lógicas específicas para o engajamento e para o militantismo. As análises de lógicas, disposições, recursos e investimentos militantes, como também as que abordam a militância como carreira e atuação profissional interligada às análises das redes de relações destes militantes, permitem dar conta da compreensão do universo dos movimentos sociais, abordando assim seus aspectos objetivos e subjetivos.

## A militância no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

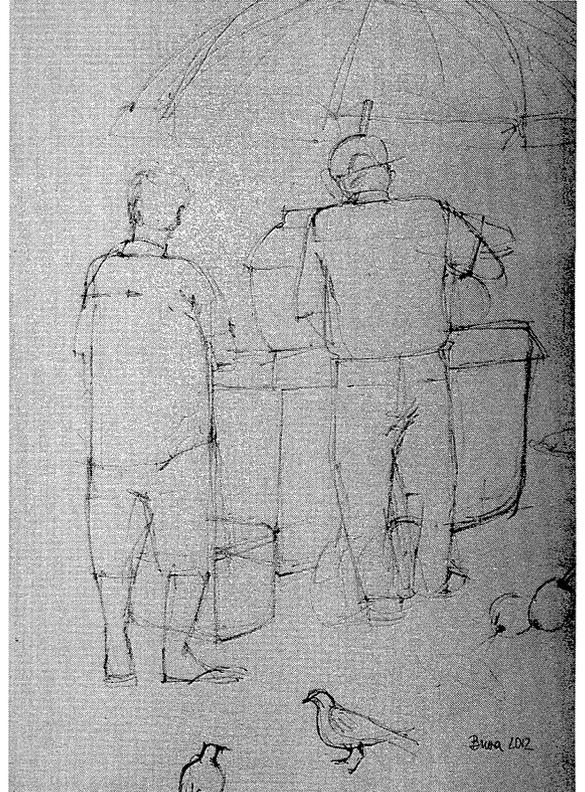
Conforme Ataíde Júnior (2006), o MST surge em meio a diversas circunstâncias, vários acontecimentos. Para citar apenas um exemplo, há a

expulsão de 1800 famílias de colonos da Reserva Indígena Nonoai, em maio do ano de 1978, feita pelos índios Kaingang, apoiados pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Estas famílias são remanescentes de uma desocupação de 5000 famílias ocorrida em 1963, o que marca que estes acontecimentos resultam de uma cadeia de eventos, não se tratando de fatos isolados. Nesse sentido, vale destacar os três principais fatores que influenciaram o surgimento do MST, segundo Ataíde Júnior (2006): o aspecto socioeconômico, que trata do processo de mecanização da agricultura e de uma política fundiária que beneficiou a agroindústria; o aspecto ideológico, proporcionado pela Igreja Católica e Luterana (esta última principalmente nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina), facilitando a organização dos camponeses e conscientizando-os de seus direitos; e, por último, o processo de redemocratização do país, que facilitou a organização e as reivindicações de diversos movimentos sociais.

O MST nasce na Comissão Pastoral da Terra (CPT). Esta é criada em Goiânia em 1975 e surge com o intuito de trabalhar com os membros de suas paróquias, nas periferias das cidades e comunidades rurais, para conscientizá-los sobre seus direitos, tendo como base a aplicação da Teologia da Libertação. A CPT organiza os camponeses para que lutem pelo que lhes é de direito, trazendo à tona o debate sobre a reforma agrária, conforme Ataíde Júnior (2006), tornando-se assim a grande articuladora dos movimentos sociais no campo. A adesão de camponeses à CPT é, na época, facilitada, de certa forma, pela vinculação da família com a Igreja.

É dentro do contexto histórico de redemocratização do país que diferentes atores coletivos em defesa da reforma agrária ganham força, e emergem a partir de então novos movimentos sociais, inclusive o MST, que é o universo empírico deste estudo. O MST é um Novo Movimento Social com caráter revolucionário, o que pressupõe um "engajamento total", que é característico de tais movimentos revolucionários de acordo com Lerrer (2008). Tem como objetivo principal a justiça social no campo, por meio da redistribuição de terras, o que possibilita ao trabalhador rural uma inclusão social e melhora na qualidade de vida. Como um dos objetivos específicos, tal movimento tem como princípio a preocupação com a formação de seus quadros técnicos e políticos, assim como também o estímulo à participação dos trabalhadores rurais no sindicato e em partidos políticos, conforme Ataíde Júnior (2006). A escolha por este movimento se deu pelo interesse de analisar quais são os processos do engajamento, considerando diferentes elementos e mecanismos que permitem aos indivíduos se interessar por este universo militante.

Partiu-se da seguinte inquietação: Como e de que forma um indivíduo torna-se militante do MST? A partir desta pergunta, pretendeu-se compreender como e em que lugar são produzidos os recursos sociais, culturais e experiências destes indivíduos que se interessam pela militância em tal movimento social, trazendo a abordagem da militância como um processo de socialização do indivíduo, como diz Seidl (2009) quando analisa as disposições para o engajamento militante.



O estudo tem como objetivo geral estudar o engajamento militante, buscando compreender os motivos que levam os indivíduos a se engajarem em um movimento social, assim como quais os elementos que contribuem para sua permanência em tal movimento. Como objeto de estudo tomou-se o MST, observando dois projetos de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Estado de Sergipe.

A escolha por projetos de assentamento e não acampamento do movimento deve-se ao fato principal de o primeiro representar um organismo social fixo, um território conquistado, "um termômetro do crescimento vitorioso do MST" (TURRATI 2005, p. 17), sendo que o segundo representa uma forma de organização itinerante, repleto de incertezas e carregando uma condição de transitoriedade. O assentamento é o local onde se encontra um amplo conjunto de elementos para o estudo do processo de tal engajamento e permanência no movimento, como também o espaço onde os processos de socialização, acúmulo de capital militante e reconversão política podem ser mais facilmente apreendidos.

Apesar de o MST se tratar de um movimento novo, com aproximadamente três décadas de existência, o estudo de tal movimento demonstra que "há questões de relevância científica para o campo das ciências humanas que já foram ou vêm sendo tratadas de maneira satisfatória por estudiosos de diversas áreas" (TURRATI, 2005, p. 15). De acordo com Turrati (2005), há estudos nas áreas da educação; do direito, como por meio dos Direitos Humanos, referentes aos conflitos no campo; do desenvolvimento sustentável e preservação ecológica; da Antropologia, como os estudos referentes à religiosidade e, principalmente, os estudos referentes à identidade de grupo, lançados à luz de uma discussão comparativa ante os padrões estabelecidos que designe o "campeginato tradicional", buscando permanên-

cias e rupturas. Assim como, as consequências para a organização do referido movimento, são duas variáveis de grande relevância para a investigação do MST que têm permeado as discussões nas ciências sociais.

Assim sendo, a análise do engajamento militante no MST possibilita um estudo que, além do histórico de sua formação, traz à tona elementos importantes que poderão complementar as investigações acima citadas, pois contemplar os elementos, recursos e disposições para tal engajamento militante e permanência no movimento possibilitará uma análise mais ampla sobre este "novo campesinato", que emerge com os movimentos sociais de reforma agrária, tendo como pano de fundo o conflito pautado em uma política redistributiva. Este tipo de campesinato, conforme Turrati (2005), pode ser traduzido e caracterizado pela "falta", seja a falta de terra, de moradia, de educação, de alimento ou de território fixo, tendo em vista que o movimento inicia-se com os acampamentos organizados pelos movimentos sociais de luta pela reforma agrária. A tentativa de compreender as disposições e elementos deste engajamento poderá contribuir ainda para uma reflexão acerca das ferramentas e dos instrumentos necessários ao desenvolvimento de ações ou políticas públicas no combate à miséria e relacionadas às possibilidades de mobilidade social, entre outras, mas é preciso salientar que este não é o foco deste estudo.

Este "novo campesinato" que emerge com os novos movimentos sociais de luta pela terra, neste estudo especificamente o MST, representa uma das formas de mobilidade e desenvolvimento social, uma vez que a saída do "acampamento" para um assentamento de reforma agrária possibilita aos militantes dispor de uma realidade produtiva para sanar suas necessidades imediatas. Segundo Turrati (2005), esse não representa mais um período de incertezas quanto à possibilidade ou não de ser contemplado com um lote de reforma agrária, porém o "novo campesinato"

diferencia-se do "campesinato tradicional" caracterizado pela pequena propriedade rural, com território fixo, definido, com base na agricultura familiar, tendo como base a hereditariedade da terra, das técnicas de cultivos passadas de pai para filho. Além disso, diferencia-se também de outras formas de campesinato, como o das populações tradicionais da Amazônia ou das populações indígenas brasileiras com base no extrativismo. Porém esta pesquisa não se propõe a analisar as diferentes formas de campesinato.

Entender o processo de engajamento militante em um movimento social desta natureza possibilita uma compreensão não somente ligada a uma futura discussão comparativa entre diferentes formas de campesinato, desenvolvimento social e econômico, mobilidade social, mas também relacionada ao entendimento da organização interna do movimento, como este se produz e se reproduz a partir do militante como um sujeito dentro da política nacional.

## Origens sociais e trajetórias do militante

Este estudo possibilitou investigar como se dá o engajamento militante no MST, sem ater-se a um estudo com base nos fatores econômicos e de pertencimento de classe, mas sim dando ênfase ao processo de engajamento nos seus mais diversos elementos e lógicas, analisando as trajetórias individuais e socializações dos indivíduos, podendo-se perceber, assim, a relevância científica do presente trabalho na análise dos processos de engajamento militante para as Ciências Sociais, assim como a sua capacidade de contribuir com outros estudos sobre o tema na área das Ciências Humanas. Apesar de existir uma série de estudos sobre militante que abrange a análise do processo de engajamento nas suas mais diversas formas, poucos destes abordam o MST.

No caso desta pesquisa, que tem como foco o MST, buscou-se apreender como se dá o processo deste engajamento, quais as lógicas e disposições que permeiam este processo, ou seja, os motivos que levam os indivíduos a se engajarem neste determinado movimento social e quais os elementos que contribuem para sua permanência em tal movimento. A partir do universo do MST procedeu-se um recorte espacial em dois projetos de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Foram levantadas as seguintes questões norteadoras: de que forma e por que os indivíduos se engajam em tal movimento? Quais os universos de socializações destes indivíduos? A origem social, o universo familiar e escolar exerce influência no engajamento e nas posições ocupadas dentro do movimento? Quais as redes de relações destes militantes e de que modo se dá o acionamento destas? De que forma se dá o processo de reconversão do capital político-associativo em capital político-eleitoral? As respostas encontradas a estas questões propiciaram, ainda de forma preliminar, a apreensão do processo de engajamento militante neste movimento social tão complexo.

Além disso, a análise do processo de engajamento, trajetória e socialização dos indivíduos,



por meio da dinâmica interna do movimento, possibilita apreender as complexidades que envolvem a militância no MST e analisar como a origem social, o universo familiar e escolar exercem influência no engajamento e nas posições ocupadas dentro do movimento MST, ou seja, no recrutamento de suas lideranças, no acúmulo de capital político-associativo e na sua reconversão em capital político-eleitoral no movimento em questão, buscando as lógicas de investimento e recrutamento político e qual o papel das redes sociais dentro deste processo de engajamento. A análise das redes sociais permite apreender a importância e a posição que estas ocupam dentro de determinados espaços, tornando-se determinantes tanto para o engajamento quanto para a ocupação de cargos dirigentes e para o recrutamento pelos partidos políticos.

Por meio da abordagem dos aspectos objetivos e subjetivos do militantismo, buscou-se a compreensão dos fenômenos através da estreita análise de dados e da relação de observador e sujeitos pesquisados. Os instrumentos utilizados para tal análise contam com a coleta de dados por meio da aplicação de questionários, a observação direta, entrevistas semiestruturadas, a história de vida e análise documental.

A partir da observação direta (a participação em reuniões do movimento nos assentamentos citados, reuniões municipais, regionais e estaduais), foi realizado o levantamento de algumas questões de relevância para o estudo. Com as entrevistas semiestruturadas e da história de vida dos militantes do MST, além de estabelecer uma interação entre pesquisador e pesquisado, pretendeu-se apreender o modo como estes pensam a si mesmos enquanto militantes e o movimento, como se dá o processo de mutação que sofrem ao se engajarem, como passam a se perceber após a entrada no movimento e como se dão os processos de socialização dentro de um grupo tão complexo, dando ênfase aos aspectos cognitivos.

A aplicação de questionários teve como prerrogativa a coleta de informações sobre a trajetória individual, o que possibilitou apreender a origem social dos indivíduos, o papel das redes sociais no engajamento deles, as influências recebidas por eles nos espaços de socialização, quais os tipos de socializações predominantes em suas vidas, assim como de que forma os recursos escolares e recursos familiares contribuíram para o seu engajamento, dentre outras informações. Por meio da análise documental, houve a possibilidade de percorrer o processo histórico do MST no Estado de Sergipe.

A escolha do local para a pesquisa de campo teve ligação principalmente com a viabilidade para a sua realização. Podem-se, entretanto, a partir da perspectiva de continuidade do estudo, abranger mais assentamentos, ampliando-se assim o número dos Projetos de Assentamentos. A escolha inicial fez o seguinte recorte espacial: um Projeto de Assentamento se encontra localizado na região metropolitana de Aracaju e o outro se localiza no interior do Estado, ambos apresentando, assim, facilidade de acesso. O motivo de escolha de um projeto de assentamento na região metropolitana e outro no interior do estado está diretamente ligado ao interesse de analisar as di-

nâmicas internas do Movimento e do processo de engajamento e socializações dos indivíduos que se pretendem estudar. Pretende-se com isso fazer uma análise comparativa no final da pesquisa, realizando um cruzamento das informações obtidas, a fim de apreender se estas dinâmicas de um assentamento para o outro, assim como se os processos de engajamento e socialização de um para o outro, apresentam ou não alguma mudança.

Neste estudo foram consideradas as origens sociais de acordo com as seguintes variáveis: origem geográfica, profissional, escolarização, participação em alguma organização associativa ou política dos pais e dos militantes entrevistados. É importante salientar que há apenas resultados preliminares, uma vez que a pesquisa está em andamento. Até o presente momento, foram aplicados entrevistas e questionários a um universo de 8 militantes.

Quanto à variável de origem geográfica do pai, pode-se perceber que, do universo preliminar, 02 são originários do estado da Bahia, 01 do estado de Alagoas, 04 do estado de Sergipe e 01 do estado de Pernambuco. Já quanto à origem geográfica da mãe, é demonstrado que 01 veio da Bahia, 01 de Alagoas, 02 de Pernambuco e 04 são do estado de Sergipe. Analisando a naturalidade dos militantes entrevistados, percebe-se que destes 05 são naturais do estado de Sergipe, e os demais vieram de outros estados, sendo 02 naturais do estado da Bahia e 01 do estado de Alagoas.

A origem geográfica é importante dentro da análise porque procura identificar o itinerário do militante e de sua família. Como citado anteriormente, um sem terra caracteriza-se pela falta de um território fixo, refletindo o caráter itinerante do acampado, tendo em vista que estes se mudam constantemente devido à alteração do acampamento de um lugar a outro. Outros migram de determinadas regiões do nordeste em busca de novas oportunidades. Sendo assim, procura-se compreender de que forma esta itinerância pode interferir no engajamento e na permanência no movimento, uma vez que alguns membros se afastam de sua região de origem e de sua família.

Quanto à variável escolarização do pai, encontrou-se o seguinte: há 03 sem nenhuma escolarização, ou seja, analfabetos; 01 com nível fundamental completo; 04 possuem o nível fundamental incompleto. Em relação à escolarização da mãe, chegou-se ao seguinte resultado: 03 não possuem nenhum nível de escolarização (analfabetas), 02 têm nível fundamental completo e 03 têm nível fundamental incompleto.

A variável escolarização dos pais nos permite analisar, num primeiro momento, os seus recursos escolares e as suas socializações dentro do espaço escolar e traçar assim um comparativo com os recursos escolares dos filhos. Busca-se apreender se houve, de pais para filhos, alguma ascensão do nível de escolarização. Num segundo momento, analisam-se os reflexos destes recursos nas posições ocupadas na esfera profissional e na participação política dos pais, e se estes influenciam no engajamento dos filhos no referido movimento.

Analisando a variável de escolarização dos entrevistados, ou seja, dos militantes do referido movimento, percebe-se que houve uma ascensão,

de forma geral, quanto ao grau de escolarização destes se comparado com o de seus pais. Sendo assim, 05 apresentam o nível fundamental completo, 02 têm nível médio completo e 01 tem nível médio incompleto.

A variável escolarização é importante, pois o nível de escolaridade está intimamente ligado à vida profissional e militante do entrevistado. Há dois pontos importantes que os próprios militantes destacam. Primeiro, eles salientam que tiveram um progresso em relação a seus pais que não sabiam ler nem escrever e que, mesmo que tivessem alguma escolarização, não compreendiam muito bem as complexidades da vida nem seus direitos e eram facilmente enganados. A partir de um grau mais elevado de escolarização, há a possibilidade de um melhor esclarecimento quanto aos seus direitos, assim como quanto às alternativas e às possibilidades de lutas.

A escolarização permitiu que alguns dos entrevistados fossem recrutados para assumir o papel de lideranças do movimento, como o cargo de liderança do assentamento e outras lideranças regionais, mostrando que as posições são bem marcadas e hierarquizadas.

Percebe-se a preocupação dos militantes quanto à escolarização de seus filhos. Estes reivindicaram junto à prefeitura do município a disponibilização de um ônibus para a locomoção de seus filhos para que estes pudessem estudar, tendo em vista que próximo do assentamento não há nenhuma escola. Hoje, o ônibus busca as crianças e adolescentes e transporta-os para escolas na sede do município.

A educação é um dos pontos centrais do MST, que vê no nível de escolarização uma das formas de qualificar seus quadros. O estudo de Coradini (2010) sobre a militância no MST, quando analisa um assentamento no Estado do Rio Grande do Sul, aponta esta preocupação do movimento, que adota como medida a mesma possibilidade de logística de seus militantes - o ônibus da prefeitura busca os alunos do assentamento. Sabe-se que hoje tal medida é dever do poder público, mas cabe ao assentamento reivindicar e cobrar para que esta se efetive.

Quanto à variável profissão da mãe, percebeu-se que 02 são trabalhadoras rurais (enquadrando-se aí os serviços executados em terras de terceiros. Os trabalhadores recebem por dia trabalhado e não têm vínculo empregatício); 04 são agricultoras (considerando-se os arrendamentos rurais, contratos de meeiros ou terra própria); 01 é empregada doméstica e 01 é dona de casa.

Referentes à profissão do pai, encontraram-se os seguintes resultados: 02 são trabalhadores rurais (atividades baseadas em diárias); 02 trabalham em indústria ou fazendas (consideram-se nesta categoria os que exercem atividade remunerada mensal, com um ganho fixo e vínculo empregatício); 03 encontram-se na categoria profissional de agricultor (que considera os arrendamentos ou terra própria); e 01 é servente da construção civil (considerando-se tanto a atividade remunerada mensal com vínculo empregatício, quanto as por empreitadas relacionadas à determinada obra, sem vínculo empregatício). Observou-se também a variável profissão do militante: 06 se consideram agricultores e 02 trabalham no comércio, sendo

ainda que, do total de militantes questionados, 06 exercem o cargo de lideranças do movimento em paralelo à sua profissão.

A partir da profissão dos pais, pode-se perceber que a grande maioria deles não é proprietária de terras, sendo que o trabalho exercido no meio rural se dá por meio de plantio em terras de terceiros sob as formas de arrendamentos ou com os trabalhadores como meeiros, parceiros, trabalhadores rurais em fazendas ou como "peões". Dessa forma não há possibilidade de transmissão de bens, ou seja, de herança, ou ainda, de que os filhos trabalhem nas terras da família. Precisam assim, na maioria das vezes, exercer o trabalho também em terras de terceiros ou outra forma de trabalho que não o rural.

Segundo os questionados, se os pais possuíam terra própria, esta era pequena propriedade rural e se localizava no sertão nordestino, onde a seca assolava a todos e impedia que tirassem da terra o necessário para as suas necessidades diárias. A alternativa encontrada era migrar para outras regiões em busca de melhores oportunidades. Percebe-se que alguns migraram para a cidade em busca de oportunidades de trabalho na área da indústria, comércio, construção civil ou como empregados domésticos; outros procuraram trabalho em fazendas, onde poderiam continuar a exercer trabalhos que estão diretamente ligados às suas experiências de plantar e cuidar da criação de animais.

Em relação ao envolvimento do pai em alguma organização, há os seguintes números: 05 estão envolvidos com alguma organização religiosa (nesse caso, todos possuem envolvimento com a Igreja Católica de suas comunidades); 01 não está envolvido com organização de qualquer natureza; 01 encontra-se envolvido em sindicato; e 01 com partido político. Quanto ao envolvimento da mãe, destaca-se que 03 não estão envolvidas com nenhum tipo de organização e 05 encontram-se envolvidas em organizações religiosas (nesse caso também o envolvimento se dá pela Igreja Católica de suas comunidades).

A análise da participação dos pais em organizações associativas é importante na medida em que possibilita dar conta de apreender se a disposição para a militância é herdada, se estes militantes foram socializados dentro de algum espaço de organização associativa, qual era este espaço e de que forma esta socialização pode ter contribuído para que se engajassem na defesa e na luta pela reforma agrária.

Outro fator importante apreendido neste estudo é que, destes militantes questionados, 04 são filiados a partido político, percebendo-se assim a dupla militância, político-associativa e político-partidária. 02 não estiveram em momento algum engajados em outras organizações antes de inserir-se no movimento e 06 estiveram envolvidos em outras organizações antes de militarem no movimento. Em relação aos que tiveram envolvimento anterior, percebe-se que 04 estiveram envolvidos em organizações religiosas, 01 em algum tipo de associação e 01 em sindicato.

Outro ponto importante é que alguns militantes, assim como seus pais, estiveram envolvidos em outras organizações associativas, sendo que o envolvimento em organizações religiosas é o mais

expressivo, o que demonstra que a socialização destes indivíduos dentro de um espaço de fraternidade e de busca por igualdade influenciou-os, como eles mesmos salientam, no engajamento no MST. Isso se deve ao papel que a Igreja tomou dentro destas discussões, cristalizando-se principalmente na Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Não se pode deixar de destacar que os militantes, quando questionados sobre a forma com que se deu a sua inserção no movimento, relacionam-na aos parentes e amigos que já estavam no movimento, aos militantes de partidos políticos, que inclusive faziam reuniões na tentativa de cooptá-los para a luta pela terra e à igreja, que exercia um papel no sentido de esclarecê-los quanto ao seu direito a um pedaço de terra.

### Considerações finais

Diante dos dados expostos, percebe-se, preliminarmente, que as origens sociais estão intimamente relacionadas à disposição para o engajamento militante no MST, acrescentando-se o papel determinante das redes de relações e do capital militante acumulado para a inserção dentro do movimento, assim como para o recrutamento de suas lideranças. Entretanto, claro está que tal confirmação só se efetivará com o encerramento da pesquisa. Neste momento ainda não é possível afirmar como se engendra a reconversão do capital político-associativo em capital político-partidário, porém já se percebe que existe uma

estreita relação entre estes e que o papel das redes sociais e do capital militante acumulado são importantes para tal reconversão.

Sendo assim, os resultados preliminares apontam que a dinâmica interna do movimento - divisão de tarefas, definição de papéis dos militantes e das lideranças - assim como o recrutamento, nas mais distintas hierarquias, é realizada de forma sistemática. Apreendeu-se, de certa forma, o cotidiano dos militantes selecionados nos dois projetos de assentamento: como se organizam entre rotina de vida diária e dedicação ao movimento; como as redes sociais destes militantes exercem papel importante no processo de engajamento, de permanência no movimento e de recrutamento de lideranças.

Os resultados permitem uma aproximação com outras discussões sobre o tema do militância, como as formuladas por Seidl (2009), Souza (2009), Moreno & Almeida (2009), Coradini (2007), Oliveira (2010), Petrarca (2008), Petrarca & Ribeiro (2011a, 2011b), entre outros, em que as disposições para o engajamento se relacionam com as origens sociais dos militantes e com os capitais acumulados por eles no decorrer das trajetórias individuais, tudo intimamente relacionado ao acionamento das redes sociais que constroem ao longo de suas vidas. Porém ainda é preciso aumentar o universo dos entrevistados e finalizar a pesquisa para compreender profundamente de que forma se tecem estas redes sociais e como se processa a reconversão do capital político-associativo em político-partidário.

Submetido em Novembro de 2011

Aprovado em Março de 2012

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ATAÍDE JÚNIOR, Wilson Rodrigues. Os direitos humanos e a questão agrária no Brasil: a situação do sudoeste do Pará. Brasília: UNB, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CORADINI, Odaci Luiz. Engajamento associativo-sindical e recrutamento das elites políticas: tendências recentes no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, p. 181-203, jun. 2007.
- \_\_\_\_\_. Recursos de origem, investimentos e expectativas de retribuição na militância no MST. *Espaço Aberto Cuaderno Venezolano de Sociologia*, vol. 19, n. 3, Julio-Septiembre 2010, p. 445-473.
- ENGELMANN, Fabiano. Apresentação. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 2 (59), p. 17-19, maio/ago. 2009.
- LERRER, Débora Franco. Trajetórias de militantes sulistas: nacionalização e modernidade do MST. In: CPDA UFFRJ, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [http://www.uffrj.br/cpda/main/static.php?url=teses/doutorado\\_2008\\_resumos.html](http://www.uffrj.br/cpda/main/static.php?url=teses/doutorado_2008_resumos.html). Acesso em: 14/11/2010.
- MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes Sociais: aplicação nos estudos de transferência de informação. *Revista Ciência da Informação*, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n1/a09v30n1.pdf>. Acesso em 01/02/2012.
- MORENO, Rosângela Carriolo; ALMEIDA, Ana Maria F. "Isso é política meu!" socialização militante e institucionalização dos movimentos sociais. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 2 (59), p. 59-76, maio/ago. 2009.
- OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de Oliveira. Posição de classe, redes sociais e carreiras militantes no estudo dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.3. Brasília, janeiro-julho de 2010. p. 49-77.
- PEREIRA, Sergio Martins. Trajetórias pessoais e engajamento militante em Volta Redonda-Brasil. In: VIII Reunião de Antropologia do Mercosul. Buenos Aires, 2009. Disponível em: [http://www.ram2009.unsam.edu.ar/GT/Ponencia%20\[Pereira\].pdf](http://www.ram2009.unsam.edu.ar/GT/Ponencia%20[Pereira].pdf). Acesso em: 25/10/2010.
- PETRARCA, Fernanda Rios. Atuação profissional, recursos militantes e lógicas de engajamento no jornalismo ambiental do RS. *Comunicação & Política*. Rio de Janeiro, 2008, v. 26, p. 27-54.
- PETRARCA, Fernanda Rios; RIBEIRO, Maria Rita. Novas formas de exercício profissional e atuação na defesa de causas sociais. In: VX Congresso Brasileiro de Sociologia, Curitiba, 2011a. Disponível em: [http://www.sistemasmart.com.br/sbs2011/arquivos/29\\_6\\_2011\\_20\\_29\\_17.pdf](http://www.sistemasmart.com.br/sbs2011/arquivos/29_6_2011_20_29_17.pdf). Acesso em 22/09/2011.
- \_\_\_\_\_. Ativismo jurídico e defesa dos direitos humanos em Sergipe. In: XXVIII Congresso Internacional da ALAS, Recife, 2011b. Disponível em: [http://www.sistemasmart.com.br/alas/arquivos/3\\_8\\_2011\\_8\\_14\\_49.pdf](http://www.sistemasmart.com.br/alas/arquivos/3_8_2011_8_14_49.pdf). Acesso em 24/09/2011.
- SEIDL, Ernesto. Disposições a militar e lógica de investimentos militantes. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n.2 (59), p. 21-39, maio/ago. 2009.
- SOUZA, Raquel Santos. Associativismo-filantrópico em Sergipe: condições e lógicas sociais de engajamento e militância na causa do câncer. In: VIII Reunião de Antropologia do Mercosul. Buenos Aires, 2009. Disponível em: [www.ram2009.unsam.edu.ar/.../GT58-Ponencia%5BSantos%5D.pdf](http://www.ram2009.unsam.edu.ar/.../GT58-Ponencia%5BSantos%5D.pdf). Acesso em: 25/10/2010.
- TURRATI, Maria Cecília Manzoli. Os filhos da lona preta: identidade e cotidiano em acampamentos do MST. São Paulo: Alameda, 2005.

# A política em José Ortega y Gasset: o agir humano no início do Século XX

**Gustavo  
Martins do  
Carmo Miranda**

Graduando do  
5º período de  
Ciências Sociais pela  
Universidade Federal  
de Minas Gerais  
gustavmcm@gmail.com

## Palavras chave:

Ortega y Gasset;  
Século XX; Político;  
Sociedade Europeia;  
Hannah Arendt;  
Totalitarismo;  
Humanas, Massas e  
Estado;

## Key words:

Ortega y Gasse;  
Thetwentieth  
Century; Political;  
European Society,  
Hannah Arendt,  
Ttotalitarianism;  
Human Bodies and  
State;

**RESUMO:** O presente artigo pretende explorar o pensamento político do filósofo espanhol José Ortega y Gasset. Serão destacadas as ideias do autor diante do contexto da sociedade europeia no início do século XX. Diante disso, serão resgatadas algumas considerações acerca da trajetória de vida do pensador espanhol, bem como algumas considerações em torno de suas características enquanto intelectual. Em um segundo momento, este trabalho desenvolverá algumas comparações entre Ortega y Gasset e Hannah Arendt em relação ao próprio advento do século XX, demonstrando algumas semelhanças de análises. Posteriormente, será explorado o lado político de Ortega y Gasset em seus escritos, destacando o próprio advento do totalitarismo, a supremacia das massas, a ação do Estado e as condutas humanas.

**ABSTRACT:** This article seeks to explore the political thought of the Spanish philosopher Jose Ortega y Gasset. Will highlight the author's ideas on the context of European society in the early twentieth century. Given this, will reintroduce some considerations about the life trajectory of the Spanish thinker, as well as some considerations about its characteristics as an intellectual. In a second step, this paper will develop some comparisons between Ortega y Gasset and Hannah Arendt in relation to the very advent of the twentieth century, showing some similarity analysis. Later, you explored the political side of Ortega y Gasset in his writings, especially the very advent of totalitarianism, the supremacy of the masses, state action and human behavior.

## Introdução

*"A primeira ideia política de Ortega  
que deve ser lembrada é que a nação,  
a sociedade, constitui a realidade  
histórica efetiva e não o Estado"*  
(Gilberto de Mello Kujawski)

O advento do século XX possibilitou o desenvolvimento de inúmeros estudos e análises detalhadas acerca dos indivíduos e suas relações com a sociedade (ARENDR, 1998; REICH 1974). Pensamentos em torno de questões políticas, sociológicas, psicológicas e econômicas, por exemplo, guiaram grande parte dos trabalhos de intelectuais ligados à primeira metade do século XX. Temas como socialismo, totalitarismo e capitalismo eram recorrentes neste novo processo de transição da sociedade. As tensões sociais marcaram a dinâmica do novo século. Nesse contexto, a Europa se destacou. Transformações significativas ocorreram no velho continente. A Rússia assistiu à queda do regime monárquico dominado pelos czares e, diante da Revolução iniciada em 1905, alterou por completo a sua estrutura organizacional. Nações unificadas no século XIX, como a Alemanha e a Itália, solidificaram suas bases nacionalistas e ampliaram junto com outros países europeus novas influências e dominações em vários territórios. As tensões, em decorrência de disputas territoriais e pela supremacia, acarretaram conflitos sem tamanho, possibilitando o advento da 1ª Guerra Mundial e suas consequências nefastas para a humanidade (como, por exemplo, a ascen-

são dos regimes nazi-fascistas). O ano de 1914 carregou para a posterioridade o desdobramento das guerras de massas (HOBBSAWM, 1994). O advento do novo século parecia tomar rumos preocupantes e incertos.

A busca pela supremacia e pelo poder era a meta a ser alcançada. Transformações econômicas, por exemplo, trouxeram uma nova dinâmica nas indústrias. Nesse contexto, o fordismo como sistema de produção voltado à fabricação em massa abrigava-se nas indústrias trabalhadoras que executavam apenas uma etapa produtiva, ocasionando a perda de qualificação na mão de obra. As máquinas começaram a substituir os operários. O cinema explorou este cenário em *Os Tempos Modernos* (1936) de Charles Chaplin<sup>1</sup>. Na literatura, a influência de Charles Baudelaire observada já no século XIX em torno da figura do flaneur expressou um novo enfoque reflexivo diante do indivíduo perante o nascimento das grandes cidades.

Sem rumo e sem uma perspectiva definida, o indivíduo do início do século XX encontrou uma turbulência de acontecimentos em sua volta. Decifrar esse emblema no meio social parecia ser uma das preocupações de José Ortega y Gasset. A sua importância como pensador e como alguém que vivenciou de perto as turbulências de uma Espanha e principalmente de uma Europa desordenada coloca em aberto a importância de retomar as ideias presentes em seus escritos. O interesse de Ortega não se limitou às questões estritamente filosóficas, mas o pensador procurou levar o seu ponto de vista filosófico a todos os temas possíveis. Pensando nessa contextua-

<sup>1</sup> Neste filme, Charles Chaplin aborda a vida diária de um trabalhador industrial em meio aos duros fazeres do homem na vida moderna. Sujeito a pressões e angústias, Chaplin explora ao mesmo tempo as tensões subjetivas e objetivas dos indivíduos na modernidade.

lização da primeira metade do século XX e seus efeitos diante da sociedade, é possível conectar a obra de Ortega y Gasset aos processos vivenciados na história. É nesse sentido que este trabalho pretende se debruçar no pensamento do autor espanhol, focalizando as suas análises em torno de uma compreensão política.

## A postura intelectual de José Ortega y Gasset

A trajetória intelectual seguida por Ortega y Gasset o coloca como um dos grandes pensadores do século XX. Nascido em Madrid no ano de 1883 e falecido na mesma cidade em 1955, Ortega conviveu desde sua infância com a escrita. Seu pai jornalista e a família de sua mãe proprietária do jornal *El Imparcial* contribuíram para despertar o interesse do filósofo no universo erudito. Ortega cursou o bacharelado em um colégio jesuítico de Málaga e posteriormente continuou o seu estudo em Madrid, onde se doutorou em filosofia. Em 1904, recebeu o título de doutor pela Universidade Central de Madrid, iniciando sua carreira acadêmica. No ano de 1936 foi exilado do seu país, durante a guerra civil espanhola.

O pensador ibérico carrega em suas influências autores como Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, Leibniz, Kant, Unamuno, dentre outros. Ortega procurou resgatar na tradição judaica - cristã, por exemplo - o sentido histórico da vida (FERNANDES GONZALEZ, 2001). A geração que o antecedeu foi marcada pela amarga lembrança da guerra hispano-americana e a consequente derrota espanhola pelos Estados Unidos. No século XX, a Espanha assistiu a uma crise política, gerando o golpe de Estado aplicado pelos militares. Em 1930, implantou-se a ditadura militar. Já no ano de 1931, o rei espanhol fugiu para a França sem renunciar ao cargo, ocasionando a guerra civil. Vivenciando todo esse contexto nacional e europeu, Ortega procurou traçar uma compreensão diante das turbulências em sua volta, por meio de uma análise concisa perante o mundo. "A primeira condição para um melhoramento da situação presente é perceber bem sua enorme dificuldade. Só isto nos levará a atacar o mal nos estratos fundos de onde verdadeiramente se origina" (ORTEGA Y GASSET, 1962, p.47). A condição essencial para decifrar as causalidades do presente seria, para o autor, a necessidade primeira de se reconhecer diante do mundo, ou seja, estar sintonizado com o vivido, com o concreto.

Entender o pensamento de Ortega y Gasset é compreender a dinâmica do indivíduo em torno de sua construção ao longo da história, refletir acerca do tradicional, da importância de se voltar ao passado para compreender o presente, de garantir no processo histórico a participação das minorias como agentes de transformação e organização na sociedade; estas são, enfim, algumas das discussões elaboradas por Ortega em sua vasta obra. Todas estas questões estão relacionadas com sua própria definição de filosofia enquanto capacidade de pensar as verdades (ORTEGA Y GASSET, 1961), ou seja, de estar em plena lucidez diante do mundo.

A tradição em Ortega y Gasset pode ser per-

cebida pela sua preocupação com o presente. O autor refletiu acerca do passado com nítida veemência, ao citar a decadência do verdadeiro sentido atribuído às posturas morais e sociais da modernidade. O pensamento do filósofo espanhol procura resgatar o que foi perdido pelo tempo:

*"Daí que ainda acreditasse em épocas relativamente clássicas — o século de Péricles, o Renascimento -, onde se haviam preparado os valores vigentes. Isto bastaria para nos fazer suspeitar dos tempos de plenitude; levam a cara voltada para trás, olham o passado que neles se cumpre."* (ORTEGA Y GASSET, 1962, p. 87).

O crédito às épocas passadas perderia espaço justamente diante das convicções do homem no presente. A confiança cega na razão corresponderia, para Ortega y Gasset, ao suporte sobre o qual o homem transcorreria a Idade Moderna. Os povos sempre guardam no seu seio as marcas de sua origem, influenciando conseqüentemente todo o processo de sua existência. Quando se analisa o estado político e social de um povo, retomamos ao que foi estabelecido pela sua origem (TOCQUEVILLE, 2005). Assim, tudo deve ser relacionado enquanto processo histórico.

As minorias, na concepção de Jose Ortega y Gasset, eram portadoras de uma significância importante para as construções dos processos históricos da civilização. Segundo o autor:

*"E é indubitável que a divisão mais radical que cabe fazer na humanidade é esta em duas classes de criaturas: as que exigem muito de si e acumulam sobre si mesmas dificuldades e deveres, e as que não exigem de si nada de especial, mas que para elas viver é ser em cada instante o que já são, sem esforço de perfeição em si mesmas, bóias que vão á deriva."* (ORTEGA Y GASSET, 1962, p. 64)

Dessa maneira, as minorias para o pensador espanhol eram dotadas de qualidades propícias para a dinâmica da sociedade. Seriam indivíduos qualificados para executarem tarefas especiais, ao contrário das massas. Compreender a definição das minorias em Ortega y Gasset é crucial para entender a sua preocupação com o seu país. Em sua obra *Espanha Invertebrada* (1959), o autor demonstra que a história da França e da Inglaterra seriam reflexos de uma ação contínua de minorias à frente (ORTEGA Y GASSET, 1959). A falta de uma nação organizada por uma seleta gama de indivíduos qualificados seria a causa da desorganização histórica presente na Espanha de Ortega: "La ausencia de los mejores, o cuando menos, su escasez, actúa sobre nuestra historia y ha impedido que seamos nunca una nación suficientemente normal, como lo han sido las demás nacidas de parejas condicionales"<sup>2</sup> (ORTEGA Y GASSET, 1959, p. 146).

Ortega expressava o seu conceito em massas e minorias relacionadas às capacidades determinadas em certas atribuições na esfera social. Dessa forma, faltaria um grupo capaz de atuar na condução da sociedade espanhola e, consequen-

<sup>2</sup> A ausência dos melhores, ou quando menos sua escassez, atua sobre nossa história e nos impediu de sermos uma nação suficientemente normal, como têm sido as demais nascidas de grupos condicionais.



temente, no próprio contexto europeu vivenciado pelo autor. O equilíbrio de uma nação passaria pelas atribuições delimitadas a cada grupo.

O que parecia preocupante para o autor era a predominância das massas sobre a sociedade, extinguindo por completo a atuação das minorias. O processo de solidificação dos grupos seletos de Ortega como minorias se renovaria ao longo do tempo, sem perder as suas qualidades. No entanto, as minorias designadas por Ortega y Gasset se perderam na modernidade: "Para Ortega é o especialista, o homem de ciência, o técnico (hoje diríamos o tecnocrata) o campeão do primitivismo mental e o protótipo do 'homem - massa' (KUJAWSKI, 1994, p.82)". Este mesmo especialista seria uma figura agressiva do "homem-massa" na modernidade, perdendo a característica pretendida pelo filósofo espanhol em torno da preponderância histórica de uma minoria seleta de homens enquanto indivíduos qualificados.

Talvez preocupado com a ordem social, Ortega y Gasset desenvolveu suas estruturas de análise em cima de uma conexão entre a sociedade e sua relação com o indivíduo. O sujeito como realidade concreta seria um fator determinante para o autor diante do desenvolvimento histórico, mas a sociedade teria o seu papel em torno da ação dos indivíduos:

*"O social consiste em ações ou comportamentos humanos, é um fato da vida humana. Mas a vida humana é sempre a de cada um, é a vida individual ou pessoal e consiste em que o EU de cada se encontre tendo de existir em uma circunstância, - o que costumamos chamar mundo(...)." (ORTEGA Y GASSET, 1960, p. 45)*

A vida individual e sua índole revestem também o âmbito da vida social. O que recorreria em Ortega seria reprimir a razão como simples soberania de fundamentos (CALDAS, 1994). O mundo, como

construção de fatores variados de elementos, é conectado à nossa ação por uma heterogeneidade de formas e instâncias. Os problemas vivenciados por Ortega, no início do século XX, passariam pela supremacia da razão ou pela confiança na razão como verdade inconfundível e a falta de uma reflexão dos sujeitos enquanto formuladores de decisões e opiniões.

Ortega, portanto, não esconde a importância da sociedade em torno das nossas experiências de vida. A sociedade enquadra um sistema verdadeiro de convivência, baseado nas ações dos indivíduos. O passado enquanto constituinte da formação histórica é a prova determinante para estabelecer esta ligação entre sociedade e sujeito. Apesar de enfatizar os papéis de formação das nações em torno das minorias seletas de indivíduos enquanto classe de homens, o filósofo não se esquece da importância do meio social enquanto enquadramento da construção do mundo. A perspectiva do autor é relacionada a um realismo crítico. Suas análises não pretendem atingir níveis de entendimentos ilusórios ou inimagináveis. Tudo isso se relaciona aos problemas políticos europeus observados no início do século XX.

## A aproximação com Hannah Arendt

Nada melhor do que relacionar Ortega y Gasset à escritora alemã Hannah Arendt. Se Ortega y Gasset é crítico à situação atravessada em seu tempo, em Arendt a situação não é diferente. As preocupações com o surgimento de novas tecnologias e os domínios progressivos do homem sobre a natureza são para a autora sinais de uma ruptura perante a preservação das obras humanas como entidades permanentes. Diante disso, a figura do especialista vista com pessimismo em Ortega pode ser conectado à visão de Arendt em relação à supremacia da tecnologia: "Não resta dúvida que a capacidade para agir é a mais perigosa de todas as aptidões e possibilidades humanas, e é também indubitavelmente que os riscos autogerados com que se depara hoje a humanidade jamais foram deparados anteriormente" (ARENDR, 1972 p. 95).

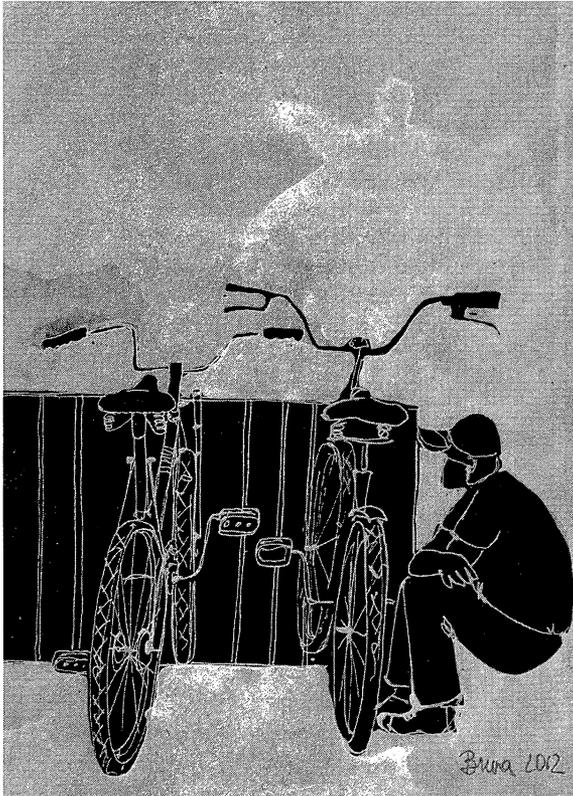
Fica clara nesta passagem a angústia da autora em relação ao agir humano. O avanço das técnicas parecia ser uma armadilha para o meio social. A perda da autoridade, para a autora, não seria uma perda dita de coerção ou violência, mas sim um esquecimento da ordem vivenciada no passado. "A autoridade que perdemos no mundo moderno não é esta autoridade em geral, mas antes uma forma bem específica, que fora válida em todo o mundo ocidental durante longo período de tempo" (ARENDR, 1972 p.129). A validade histórica do conceito de autoridade perdeu, como salienta a autora, o seu real significado diante da modernidade.

Se Hannah Arendt pretendeu relacionar o passado ao presente, a importância da história como realidade do homem é visível nas ideias da autora. Negar o passado era algo que Ortega chamaria de absurdo ou ilusório (ORTEGA Y GASSET, 1962). O passado seria o elo principal para ajudarmos a decifrar o presente.

Em Ortega, há sintonia com Arendt em relação a fatores como a Revolução Francesa diante da compreensão histórica. Parece que ambos os

autores reconheciam os perigos decorrentes dos acontecimentos ocorridos na França no século XIX:

*"O fato de não apenas as várias revoluções do século XX, mas de todas as revoluções desde a Francesa terem malogrado, terminando ou em restauração ou em tirania, parece indicar que mesmo estes últimos meios de salvação proporcionados pela tradição se tornaram inapropriados" (ARENDT, 1972 p. 186).*



Não resta dúvida de que a Revolução Francesa expressou uma nova marca para o rumo da sociedade. Entretanto, o seu desenrolar gerou um nível de pânico e desorganização social sem tamanho, como foi observado no período do governo de Robespierre e das atrocidades proporcionadas pela guilhotina. As restaurações francesas em nada contribuíram para sanar as convulsões sociais, a Revolução de Julho de 1830<sup>3</sup> indicou a ineficiência de uma possível salvação proporcionada pela tradição. É nessa linha de pensamento que possivelmente Arendt se colocou perante as consequências desenroladas pelas grandes revoluções. Ortega caminha pelos mesmos pensamentos da autora alemã:

*"E se ser revolucionário é já coisa grave, quanto mais sê-lo paradoxalmente por tradição! É verdade que na França fez-se uma Grande Revolução e várias torvas ridículas; mas, se no atermos à verdade nua dos sinais, o que encontramos é que essas revoluções serviram principalmente para que durante todo um século, salvo uns dias ou umas semanas, a França tenha vivido mais que outro qualquer povo sob formas políticas, em maior ou menor escala, autoritá-*

*rias e contrarrevolucionárias. Sobretudo, a grande depressão moral da história francesa que foram os vinte anos do Segundo Império, deveu-se bem claramente à extravagância dos revolucionários de 1848, grande parte dos quais confessou o próprio Raspail que haviam sido antes clientes seus" (ORTEGA Y GASSET, 1962 p. 48).*

Apesar de Ortega não deslegitimar o marco histórico proporcionado pela Revolução Francesa, seu posicionamento enquanto crítico de tal desdobramento é convergente à posição de Arendt. As revoluções parecem aos olhos dos dois autores uma ruptura perigosa da ordem e da condição histórica da vida humana. Os homens, apesar de fazerem suas próprias histórias, não a estabelecem como um simples critério de livre arbítrio; os indivíduos acumulam ao longo do tempo as suas formações no âmbito social. Sem essa dimensão de reflexão, seria impossível perceber a importância da acumulação dos fatores envolvidos ao longo de cada transformação em diferentes períodos.

## O problema das massas e o surgimento do totalitarismo

Não há dúvidas de que o grande problema observado na metade do século XX compreende o advento dos regimes totalitários verificados na Europa e suas conexões aos problemas relacionados às massas. O totalitarismo surgiu na Europa assumindo diferentes versões e aplicações, mas seria elaborado em torno de uma política voltada à dependência dos indivíduos em relação a um Estado forte, cuja figura de um líder central seria a simbologia de destaque. A capacidade de diversidade das ações humanas perdeu aos poucos a sua importância, dando lugar a um conjunto de normas universalistas guiadas pelo Estado totalitário. É nesse aspecto que os regimes totalitários foram se desenvolvendo gradativamente em alguns países europeus, contribuindo para o surgimento de líderes atroz. Tal advento desse novo regime preocuparia a própria estrutura do indivíduo que emergiu no século XX. A figura do "homem-massa" de Ortega parecia se relacionar com o caos que estava se formando na Europa. "Portanto, não se pode de maneira alguma isolar Hitler e analisá-lo apenas como uma personalidade individual. Em vez disso, pode-se ver o fenômeno de sua ascensão ao poder apenas em conexão com uma disposição do povo alemão que levou Hitler ao poder". (VOEGELIN, 2008 p. 83).

Passagens como esta comprovam a desconfiança de alguns autores em torno da ascensão dos regimes totalitários e sua relação com a população. Eric Voegelin não considera como fator isolado a subida de Adolf Hitler ao poder na Alemanha. A disposição do povo alemão ao nazismo poderia ser um reflexo do nascimento do "homem-massa". Dessa forma, o totalitarismo, enquanto objetivo a ser estabelecido, esboçava algo de totalmente novo, projetando uma ruptura total com o passado e suas relações. Talvez fosse esse o medo de Ortega y Gasset perante as grandes revoluções. A ideologia totalitária pretendia de certa forma explicar com uma clareza absoluta e de uma maneira

<sup>3</sup> Esta Revolução foi alastrada por grande parte da Europa, ficando conhecida pelas Revoluções de 1830.

total o curso da história, tornando independente toda a experiência ou verificação propriamente dita (BOBBIO & MATTEUCI, 1986). Este curso total perante a história pretendia reduzir a historicidade dos indivíduos e conseqüentemente os seus princípios adquiridos ao longo do desenvolvimento da civilização.

Nessa ascensão do totalitarismo como dominação, surgiu, portanto, o que há de preocupante neste indivíduo recém-estabelecido no novo século. Ao mesmo tempo em que se desenvolveram novas técnicas, direitos e expectativas futuras, o conjunto que compõe a estrutura corporal e psíquica deste novo homem também sofreu mudanças. Nesse sentido, a preocupação de Ortega y Gasset girava em torno das ações dos indivíduos perante o espaço público, agora dominado por aglomerações sem igual:

*"Que aspecto oferece a vida desse homem multidinário, que com progressiva abundância vai engendrando o século XIX? Desde já, um aspecto de omnimoda facilidade material. Nunca pôde o homem médio resolver com tanta folga seu problema econômico. Enquanto em proporção diminuíram as grandes fortunas e se tornava mais dura à existência do operário industrial, o homem médio de qualquer classe social encontrava cada dia mais franco seu horizonte econômico" (ORTEGA Y GASSET, 1962 p 110).*

Essa mesma facilidade em resolver os problemas econômicos parecia ser uma premonição do autor para a terrível crise econômica de 1929. Não seria, pois, esta ostentação deste novo homem o alicerce principal daquela crise? Parecia que o novo indivíduo estava isento de barreiras sociais. O horizonte promissor da nova era o guiava, expandindo o sentimento de segurança e afetando o conjunto total dos homens. A massa para Ortega se enquadraria nesta faceta, ou seja, à medida que o mundo se expandia, a distância entre os indivíduos se comprimia. Logo, a estruturação dos comportamentos humanos iria se homogeneizando:

*"Por 'massa' — prevenia eu no principio — não se entende especialmente o obreiro; não designa aqui uma classe social, uma classe ou modo de ser homem que se dá hoje em todas as classes sociais, que por isso mesmo representa o nosso tempo, sobre o qual se predomina e impera" (ORTEGA Y GASSET, 1962. p 110).*

Nesta passagem, se compreende o que presumiria, por exemplo, Eric Voegelin ao atribuir a subida de Hitler ao poder à própria capacidade de grande parte dos alemães em contribuir para a sua ascensão. Ora, se o "homem-massa" não designa especificamente o trabalhador braçal, mas sim um conjunto de homens sem distinção de classes sociais, pode-se dizer que o surgimento dos regimes totalitários refletiu as características do novo indivíduo que emergiu no século XX. Dessa forma, o indivíduo relatado por Ortega y Gasset como propenso a total segurança em seus atos, desprovido de limites e sem uma consciência his-

tórica seria um perigoso alicerce para se estabelecer o que se conheceu como totalitarismo. O fenômeno das massas, ao ser introduzido na questão da formação dos sistemas totalitários, faz pensar, portanto, que os membros de partidos políticos, por exemplo, poderiam ser facilmente transformados em multidão e levados a um estado de frenesi (SCHUMPETER, 1961). Ou seja, a inquietação do espírito seria fruto desta nova natureza humana. Massa e totalitarismo estariam, pois, entrelaçados.

## O pensamento político de Ortega y Gasset

Analisar o que há de político no pensamento de José Ortega y Gasset é relacionar o seu trabalho como intelectual à sua própria trajetória de vida. O colapso da Monarquia em 1930<sup>4</sup> na Espanha conduziu Ortega à participação política. Exercendo função de deputado, o filósofo participou dos grupos dos trabalhos das cortes no seu país. Dessa forma, a experiência diante do ambiente parlamentar foi importante para a construção de seus escritos. Obras como *Meditación de Europa* (1960), *História como Sistema*, *Mirabeau ou o Político* (1982) ou mesmo *A Rebelião das Massas* (1962) retratam os pensamentos de Ortega y Gasset sobre a política. O autor se debruça em termos interessantes, dialogando sobre o Estado enquanto instituição política e o próprio comportamento dos governantes. Nesse sentido, a contemporaneidade do pensamento do filósofo diante do que se passava ao seu redor foi claramente retratada em seus trabalhos.

O Estado no século XX parecia aos olhos de Ortega um perigo real diante da civilização europeia. A preponderância das ações administrativas e dos órgãos governamentais reduziria a ação dos indivíduos por completo, dando à máquina administrativa a capacidade de controlar as políticas das nações de forma majoritária. Os poderes públicos estariam, aos olhos do autor, dominados por grupos particulares, reduzindo a capacidade da opinião pública (ORTEGA Y GASSET, 1960). Os indivíduos, de modo geral, formariam as próprias bases para a organização da opinião pública, ou seja, estariam propensos a discutir e debater diante das decisões governamentais. O problema, no entanto, seria a redução desta função, no sentido de que o Estado passaria a deter plena hegemonia em torno de suas ações:

*"Este é o maior perigo que hoje ameaça a civilização: a estratificação da vida, o intervencionismo do Estado, a absorção de toda espontaneidade social pelo Estado; quer dizer, a anulação da espontaneidade histórica, que em definitivo sustenta, nutre e impele os destinos humanos" (ORTEGA Y GASSET, 1962, p 183).*

A consciência histórica para Ortega seria uma importante função a ser mantida pelos indivíduos ao longo do tempo, ou seja, a sua capacidade de conduzir os rumos da civilização à sombra de suas idealizações distintas seria o fruto da condição humana. O Estado, sustentando uma totalidade

4 A Espanha, nos anos 30 do século XX, era governada por grupos tradicionais, em contraposição à grande parte dos demais países europeus. Diante da Igreja Católica, do Exército e dos latifundiários, o país era o reflexo de seu passado imperial.

de ações, reduziria os sujeitos aos desejos da estrutura governamental. Diante da sobreposição da estrutura estatal, encontrava-se a própria figura do "homem-massa" que, segundo o autor, "(...) crê, com efeito, que (...) é o Estado e tenderá a cada vez mais a fazê-lo funcionar a qualquer pretexto, a esmagar com ele toda minoria criadora e que o perturbe em qualquer ordem". (ORTEGA Y GASSET, 1962 p. 183). Mais uma vez a figura do "homem-massa" e do Estado coincidem de maneira perigosa. Os sujeitos passariam a viver a serviço exclusivamente da máquina governamental. Esse era o problema fundamental vivenciado em grande parte dos países europeus, onde se presenciou a ascensão da figura de líderes como Mussolini, Hitler e Stálin ao poder. O Estado, portanto, existindo pela condição de dominação do homem sobre o próprio homem (WEBER, 2004), causaria a relação propícia para os regimes totalitários existirem. Ou seja, os meios políticos de gestão tenderiam a se reunir sob uma mão única de dominação.

Como seria o homem político para Ortega? Esta pergunta pode ser analisada quando se pensa na atuação do homem público. A vitalidade dos indivíduos como entes capazes de entender a realidade do mundo parecia, aos olhos do autor, uma dimensão importante de compreensão do indivíduo enquanto político. Ora, se a ação também está relacionada com a política, a capacidade de governar seria uma conduta voltada para o concreto, o desejável e o inteligível para os entendimentos humanos. Logo, o interesse público deveria ser pensado de maneira condizente à realidade:

*"A Ásia é conformista: para ela o que é, deve ser. A Europa é reformista: para ela, o que não deve ser, é. Se ao fato da convivência intercontinental que caracteriza o presente século ativar algum sentido transcendente, este, será, sem dúvida, o de tornar possível a mútua complementação destas duas tendências exclusivas: a reforma originada de uma conformidade prévia com o real; a modificação ideal da vida, que tem como premissa haver reconhecido previamente suas condições" (ORTEGA Y GASSET, 1982 p 79).*

O que Ortega estava buscando enquanto um conceito de política, ou melhor, enquanto a noção de política, estava intimamente relacionado ao contexto Europeu e à dinâmica da realidade enquanto construção histórica. O homem político, sendo ao mesmo tempo público, deveria estar ciente da importância da nação para depois pensar em um Estado. "O grande político sempre vê os problemas de Estado através e em função dos nacionais" (ORTEGA Y GASSET, 1982 p 80). A principal característica deste homem político estaria, portanto, na capacidade de atender primeiramente as necessidades de sua nação. Essa era a realidade efetiva do governante.

Fica claro, portanto, a preocupação de Ortega em torno da supremacia do Estado perante as nações. O grande político teria o dever de conservar a preponderância das nações a fim de evitar os

males causados pela presença maciça da máquina estatal. O pensador espanhol não delegou ao governo ou ao Estado (MARIAS, 1960) uma confiança plena para o equilíbrio das nações.

## Considerações finais

Este artigo procurou, de maneira discreta, aproveitar o que havia de político no pensamento de José Ortega y Gasset. A importância de situar o autor espanhol em seu tempo foi fundamental para a estruturação do presente trabalho. As ideias de Ortega logicamente não foram vagas ou mesmo atemporais. O pensador espanhol vivenciou uma turbulência sem tamanho, tanto em seu país quanto na Europa. A primeira metade do século XX conduziu transformações únicas para o continente europeu. As consequências da Primeira Guerra Mundial e seus impactos para as nações europeias conduziram à produção escrita do pensador espanhol uma série de angústias, preocupações e dilemas, sem que ele deixasse de lado a sua grande riqueza intelectual.

A dificuldade de formular este artigo passou justamente pela tentativa de desenvolver uma análise mais concisa em torno da noção da política, por parte de Ortega y Gasset, tendo em vista a sua vasta erudição. Pareceu, então, mais dinâmico elaborar uma estruturação mais ampla, conduzindo as influências e as características intelectuais do autor espanhol ao universo da própria política. Diante disso, optou-se por abordar os trabalhos de Ortega frente às noções de massas, minorias, Estado, sociedade e do próprio indivíduo, perante os fatores políticos concretos observados na época. Há nestas abordagens uma busca, por parte do filósofo, em propor um equilíbrio social frente às turbulências vividas. Ao mesmo tempo em que era desejado este equilíbrio, era preciso dar importância ao ato individual dos sujeitos, pois estes eram capazes de organizar e conduzir a sociedade.

A discussão em torno de Ortega y Gasset e Hannah Arendt perpassou uma tímida análise comparativa entre eles, nada que auferisse uma discussão profunda entre os seus pensamentos. Procurou-se apenas relacionar as suas semelhanças enquanto era analisado o próprio desenrolar do século XX, diante da visão de pensamento de ambos os escritores. Os autores eram, afinal, de mesma época e, como tal, expressavam os seus receios, preocupações e angústias perante o advento de um novo século turbulento.

Foi desenvolvido, portanto, o conceito político de Ortega pensando justamente no advento dos regimes totalitários europeus, acreditando que naquele contexto estariam presentes as observações do pensador espanhol em torno dos seus conceitos de massas, de minoria e de dinâmica social (em que estariam inseridos a importância da tradição e conseqüentemente o resgate histórico dos indivíduos). Só assim seria possível compreender que, para Ortega, o Estado enquanto entidade governamental nunca poderia estar acima das nações. A máquina estatal, ao assumir o pleno controle dos membros de uma nação, instigaria o advento de regimes repressivos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Tradução de Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- \_\_\_\_\_. *As origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicolau. *Dicionário de política*. Tradução de Luis Guerreiro Pinto Cacaís. Brasília: UNB, 1986.
- CALDAS, Sérgio. *A teoria da história em Ortega y Gasset a partir da razão histórica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.
- FERNANDES GONZALES, Angel Raimundo. *A gratuidade na ética de Ortega y Gasset*. São Paulo: Annablume, 2001.
- HOBBSAWM, E. J. *A era dos extremos*. Tradução de Marcos Santarrita. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KUJAWSKI, Gilberto de Mello. *Ortega y Gasset: a aventura da razão*. São Paulo: Moderna, 1994.
- MARIAS, Julian. *Ortega*. Madrid: Revista de Occidente, 1960.
- ORTEGA Y GASSET, José. *España invertebrada: bosquejo de algunos pensamientos históricos*. 11ª edição. Madrid: Revista de Occidente, 1959.
- \_\_\_\_\_. *O Homem e a Gente*. Tradução de J. Carlos Lisboa. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1960.
- \_\_\_\_\_. *Meditación de Europa*. Madrid: Revista de Occidente, 1960.
- \_\_\_\_\_. *Que é filosofia*. Tradução de Luis Washington Vita. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1961.
- \_\_\_\_\_. *A rebelião das massas*. Tradução de Herreira Filho. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ibero-Americano, 1962.
- \_\_\_\_\_. *Historia como sistema; Mirabeau ou o político*. Tradução de Juan A. Gili Sobrinho, Elizabeth Hanna Cortes Costa. Brasília: UNB, 1982.
- REICH, Wilhelm. *Psicologia de massa do fascismo*. Tradução de J. Silva Dias. Porto, 1974.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- TOCQUEVILLE, Alex de. *A democracia na América*. Tradução de Eduardo Brandão. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- VOEGELIN, Eric. *Hitler e os alemães*. Tradução de Elpidio Mario Dañtas Fonseca. São Paulo: Editora É Realizações, 2008.
- WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octnay Silveira Mota. 12ª edição. São Paulo: Cultrix, 2004.



# Nominata

Affonso Henrique - UFRRJ  
Alexandre Bergamin Vieira - UFGD  
Alexandre Cardoso - UFMG  
Aline Menezes - UnB  
Ana Lúcia Modesto - UFMG  
Ana Marcela Ardila Pinto - UFMG  
Ana Paula da Silva - USP  
Andrea Maria Calazans Pacheco - UEPB  
Antonio da Silva Camara - UFBA  
Candice Vidal e Souza - PUC Minas  
Carla Cecília Rodrigues Almeida - UEM  
Carolina Laurenti - UEMaringá  
Clarisse Goulart - UFMG  
Clelia Ferraz Pereira de Queiroz - UFBA  
Cristina Helena Pinto de Mello - PUC/SP  
Daniel Simião - UnB  
Dawisson Elvécio Belém Lopes - UFMG  
Drance Elias da Silva - UNICAP  
Fabio Rodrigues Ribeiro da Silva - USP  
Fatima Campos Daltro de Castro - UFBA  
Flávia Braga Vieira - UFRRJ  
Francisco Humberto Cunha Filho - UNIFOR  
Gabriel Augusto Miranda Setti - UFAL  
Guilherme José da Silva e Sá - UnB  
Joel Haroldo Baade - UNIARP  
José Márcio Barros - UEMG  
Leopoldo Garcia Pinto Waizbort - USP  
Lindomar Coelho - UNIFESP  
Luis Felipe Miguel - UnB  
Marcio Scheel - UNESP  
Margareth Martha Arilha Silva - USP  
Maria Goreth Santos - IBGE  
Maria Thereza Rosa Ribeiro - UFPel  
Maria Vilma Moreira Faria - UFC  
Marilia Vieira Soares - USP  
Marivone Piana - UFSC  
Marta Regina Fernandez Y Garcia Moreno - PUC RJ  
Mauro Macedo Campos - UENF  
Paulo Miguez - UFBA  
Pedro José Floriano Ribeiro - UFSCAR  
Rachel Alsengart Menezes - UFRJ  
Roberto José Siebra Maia - URCA  
Rodrigo Estramanho - FESPSP  
Rogério Sávio Link - FISUL  
Ronaldo Oliveira - UERJ  
Sérgio Augusto Sardi - PUCRGS  
Sérgio Rodrigo Marchiori Praça - USP  
Simone Becker - UFGD



# Informações e Instruções para Colaboradores

## A COMISSÃO EDITORIAL E A SELEÇÃO DOS ARTIGOS

O processo de seleção dos artigos que serão publicados estará submetido a uma prévia avaliação da Comissão editorial, obedecendo a princípios seletivos pré-estabelecidos pela coordenação expostos.

A comissão será formada por doze (12) integrantes, sendo seis (6) alunos, selecionados pelo próprio conselho atualmente formado e aprovados pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais e pelos Departamento de Sociologia e Antropologia e Departamento de Ciência Política, e seis (6) professores correspondentes às três áreas afins ao curso de Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política), indicados pelos respectivos departamentos pelos critérios por eles estabelecidos.

Dentro das atribuições da Comissão Editorial, destaca-se:

- Reunir-se periodicamente, como convocação prévia de todos os membros;
- Promover a publicidade da revista em livrarias, faculdades de ciências humanas e sociais, bem como no próprio ambiente acadêmico;
- Zelar pelo caráter acadêmico-científico do periódico;
- Definir o corpo de pareceristas adequado às demandas dos colaboradores.

Os critérios de seleção dos artigos pela Comissão Permanente serão os seguintes:

- Originalidade do trabalho;
- Cientificidade do artigo;
- Articulação das idéias e qualidade da escrita;
- Adequação às normas da Revista;
- Relevância da publicação.

## Normas aos colaboradores da REVISTA TRÊS ... PONTOS:

### 1. ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES E RECOMENDAÇÕES GERAIS:

A Revista Três [...] Pontos recomenda aos seus colaboradores que enviem seus trabalhos (artigos, ensaios bibliográficos ou resenhas) condizentes com as seguintes normas:

1.1. O recebimento de trabalhos será feito unicamente via e-mail.

**§ Contato:** [revistatrespontos@gmail.com](mailto:revistatrespontos@gmail.com)

1.2. O autor deve inserir no campo "assunto" do e-mail as palavras "Submissão de artigo".

1.3. Os artigos apresentados devem conter no mínimo 4 mil palavras e no máximo 8 mil.

1.4. As Resenhas não devem ultrapassar 3 mil palavras.

1.5. Os livros resenhados deverão ser obras relevantes para a área de Ciências Sociais. Em poucas palavras, recomendamos originalidade na escolha dos livros a serem resenhados

1.6. Os ensaios devem ter de 2 mil até 10 mil palavras.

1.7. Para que o corpo de pareceristas não tenha acesso à identidade do(s) autor(es), a Comissão Editorial fará uma cópia do artigo sem quaisquer dados sobre o autor (nome, instituição, professor orientador, agradecimentos), e tal cópia será enviada para os pareceristas de modo a garantir o anonimato do autor.

### Normas e orientação para formatação de artigos

**1. Formatação do documento:** os trabalhos devem ser apresentados de modo legível. A formatação do artigo deve ser feita da seguinte maneira:

1.1. **Entre linhas:** um e meio (1,5).

1.2. **Margens (todas):** 2,5 cm.

1.3. **Alinhamento:** justificado.

1.4. **Fonte:** Times New Roman, tamanho 12.

1.5. **Grifos:**

1.5.1. **Aspas (“ ”):** apenas para metáforas, transcrições e citações.

1.5.2. **Negrito:** somente para títulos de capítulos, tópicos, tabelas e gráficos.

1.5.3. **Sublinhado:** jamais é utilizado.

1.5.4. **Itálico:** palavras estrangeiras, títulos de livros, jornais, artigos, teses etc., quando aparecerem no corpo do texto. Apenas muito excepcionalmente o itálico deve ser usado para ressaltar palavras e expressões — sugerimos, no entanto, que esse artifício seja evitado.

2. **Estrutura do artigo:** o artigo deve apresentar dois resumos, um em português e outro em inglês, também se aplicando tal norma às palavras-chave.

2.1. **O artigo ainda deve conter as seguintes informações:** o(s) nome(s) completo(s) do(s) autor(es), qual(is) período(s) está(ão) cursando, o nome da universidade. Caso pertençam a alguma linha ou projeto de pesquisa, os autores devem explicitá-los juntamente com o nome de seus professores orientadores— em caso de alunos de outra universidade, o número de registro na universidade e, caso seja(m) bolsista(s) de iniciação científica, a(s) instituição(ões) ao qual está(ão) vinculado(s) e a(s) área(s) de pesquisa. Além disso, deve(m) indicar e-mail para contato. O(s) colaborador(es) deve(m) especificar caso deseje(m) que o e-mail conste no trabalho.

2.2. **Os resumos** devem ser redigidos pelo próprio autor do trabalho. O resumo deve ser a síntese dos pontos relevantes do texto, em linguagem clara, concisa e direta, e deve conter cerca de 5 linhas. No caso dos resumos em inglês, a Comissão Editorial está autorizada a realizar modificações, caso considere conveniente, especialmente quando os resumos não estiverem devidamente elaborados de acordo com critérios gramaticais e semânticos da língua.

2.3. **Notas de rodapé:** as notas de rodapé destinam-se a prestar esclarecimentos ou tecer considerações que não devam ser incluídas no texto para não interromper a seqüência lógica da leitura. Essas notas devem ser reduzidas ao mínimo, devem estar dispostas em ordem numérica ao longo do texto (recomenda-se que se utilize o sistema automático de inserção de notas de rodapé dos programas de texto, como o Microsoft Word).

2.4. **Figuras:** são desenhos, gráficos, fotografias, fotomicrografias, etc., com os respectivos títulos precedidos da palavra FIGURA e do número de ordem em algarismo arábico. No texto devem ser indicados pela abreviatura Fig., acompanhada do número de ordem.

2.5. **Quadros:** denomina-se quadro a apresentação de dados de forma organizada, para cuja compreensão não seria necessária qualquer elaboração matemático-estatística. A identificação se fará com o nome do elemento QUADRO, seguido do número de ordem em algarismo romano.

2.6. **Tabelas:** Na apresentação de uma tabela devem ser levados em consideração os seguintes critérios: toda tabela deve ter significado próprio, dispensando consultas ao texto; a tabela deve ser colocada em posição vertical, para facilitar a leitura dos dados. No caso em que isso seja impossível, deve ser colocada em posição horizontal, com o título voltado para a margem esquerda da folha. Se a tabela ou quadro não couber em uma página, deve ser continuado na página seguinte. Neste caso, o final não será delimitado por traço horizontal na parte inferior e o cabeçalho será repetido na página seguinte. Não devem ser apresentadas tabelas nas quais a maior parte dos casos indiquem inexistência do fenômeno. É recomendável que o autor sempre inclua a fonte dos dados utilizados na tabela, geralmente abaixo da mesma.

Orientações técnicas: Citações e referências bibliográficas

1. **Citação de autores no texto:**

1.1. Um autor: No caso em que o nome do autor vem entre parênteses, este deve estar em letra maiúscula, seguido de vírgula, e o ano da publicação:

Exemplo: (FIALHO, 2004).

1.2. No caso da indicação do autor estar fora dos parênteses, o nome do autor não deve estar em letras maiúsculas, como no exemplo:

Exemplo: "Fialho (2004) afirma ..."

1.2. No caso da existência de dois autores para a mesma publicação, a formatação segue o mesmo padrão mostrado acima, mas deve haver o acréscimo da letra "&", no caso da menção feita entre parênteses:

Exemplos: "Nunes e Silame (2006) defendem..." ou "(NUNES & SILAME, 2006)";

1.3. Três ou mais autores: até três autores, todos devem ser referenciados.

Exemplo: "Martins, Jorge e Marinho (1972)" ou "(MARTINS, JORGE e MARINHO, 1972)";

1.4. Mais de três autores: devem ser mencionados os três primeiros autores, seguidos da expressão "et al." em itálico, acrescida da data e da página, conforme já mostrado:

Exemplo: "JARDIM, SUZANO, JAMIL et al. (1965)" ou "(JARDIM, SUZANO, JAMIL et al., 1965)";

1.5. Citação de trabalhos de diferentes autores: todos eles são mencionados, obedecendo-se a ordem alfabética ou cronológica:

Exemplos: "Atanasiu (1967), King (1965), Lirons (1955), Thomas (1973)"; ou "(ATANASIU, 1967, KING, 1965, LIRONS, 1955, THOMAS, 1973)";

1.6. Citações de diversos documentos de mesmos autores publicados em um mesmo ano: são distinguidas pelo acréscimo de letras minúsculas do alfabeto após a data, e sem espaçamento.

Exemplo: "Carraro (1973a)", "Carraro (1973b)", "(VOLKMAN & GOWANS, 1965a)", "(VOLKMAN & GOWANS, 1965b)";

1.7. Coincidência de autores com o mesmo sobrenome e data: acrescentar as iniciais de seus prenomes:

Exemplo: "Barbosa, N. (1958)"; "(BARBOSA, R., 1958)";

1.8. Citação de citação: identificar a obra diretamente consultada. A expressão latina apud significa citado por, conforme, segundo.

Exemplos: "Silva apud Pessoa (1980) diz:" ou "(SILVA apud PESSOA, 1980)";

1.9. Citação onde conste a numeração das páginas utilizadas: acrescentar uma vírgula após o ano da publicação, seguindo de "p.", espaçamento e o número da página. No caso em que a citação ocupa duas páginas na publicação original, então utiliza-se o hífen entre os números das páginas

Exemplos: "(BARBOSA, 2006, p. 45)" ou "(BARBOSA, 2006, p. 46-47)";

## 2. Transcrição textual de parte da obra:

2.1. Citação: é a menção no texto de uma informação colhida de outra fonte. Pode ser direta, indireta e citação de citação.

2.1.1. Citação direta: é a cópia exata ou transcrição literal de outro texto (leis, decretos, regulamentos, fórmulas científicas, palavras ou trechos de outro autor). O tamanho de uma citação determina sua localização no texto da seguinte forma:

2.1.1.1. Até 3 linhas: deve ser contida entre aspas duplas. As aspas simples são utilizadas para indicar citação no interior da citação.

Exemplo: De acordo com Faria (2003, p. 32), "A essa determinação, Pêcheux denomina de 'formação ideológica'[...]"

2.1.1.2. Mais de 3 linhas: deve ser destacada com um recuo da margem esquerda (4 cm), com letra aspas e em itálico.

Exemplo:

De acordo com BORGES (2003, p. 45),

"Pelos dados do IBPT, os contribuintes brasileiros pagaram aos governos federal, estaduais e municipais a soma de R\$ 546,97 bilhões no ano passado (R\$ 482,36 bilhões em 2002). Esse valor indica que a carga sobre o PIB cresceu 0,23 ponto percentual em 2003 em relação a 2002. Com base nesse aumento, a carga tributária do ano passado será de 36,68% do PIB - estava em 36,45% em 2002".

## 2.2. Supressões, acréscimos e comentários: utilizar colchetes [ ]

Exemplo: "Esta [a cultura humana] só desenvolveu-se porque o homem tem a faculdade lingüística por excelência. Isto é, o homem necessita de significados para viver [...]"

2.3. **Ênfase em trechos da citação:** indicar com a expressão "grifo nosso" ou "grifo do autor" entre parênteses, após a chamada da citação.

2.4. **Notas de rodapé:** as notas de rodapé destinam-se a prestar esclarecimentos ou tecer considerações que não são incluídas no texto para não interromper a seqüência lógica da leitura. Sugerimos que tais notas sejam pouco utilizadas.

2.5. **Referências bibliográficas:** para a elaboração das referências bibliográficas solicitamos que seja seguida uma padronização própria da Revista Três [...] Pontos. As regras gerais são as seguintes:

2.5.1. **Livro:** sobrenome do autor (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa baixa) /PONTO/ data entre parênteses /VÍRGULA/ título da obra em itálico /PONTO/ nome do tradutor /PONTO/ número da edição, se não for a primeira /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO. (Obs: No caso de 2 autores, separa-los com "&". No caso de três ou mais autores, separa-los com ponto e vírgula ";").

Exemplo: SACHS, Ignacy. (1986), *Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir*. Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2ª edição, São Paulo, Vértice.

2.5.2. **Artigo:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como no item anterior) / "título do artigo entre aspas" /PONTO/ nome do periódico em itálico /VÍRGULA/ volume do periódico /VÍRGULA/ número da edição /DOIS PONTOS/ numeração das páginas.

Exemplo: REIS, Elisa. (1982), "Elites agrárias, state-building e autoritarismos". *Dados*, 25, 3:275-96.

2.5.3. **Coletânea:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) / "título do capítulo entre aspas" /VÍRGULA/ in (em itálico) / iniciais do nome, seguidas do sobrenome do(s) organizador(es) /VÍRGULA/ título da coletânea em itálico /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO.

Exemplo: ABRANCHES, Sérgio Henrique. (1987), "Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975", in O.B. Lima & S.H. Abranches (orgs.), *As origens da crise*, São Paulo, IUPERJ/Vértice.

2.5.4. **Teses acadêmicas:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) /VÍRGULA/ título da tese em itálico /PONTO/ grau acadêmico a qual se refere /VÍRGULA/ instituição em que foi apresentada /VÍRGULA/ tipo de reprodução (mimeo ou datilo) /PONTO.

Exemplo: SGUIZZARDI, Eunice Helena. (1986), *O estruturalismo de Piaget: subsídios para a determinação de um lugar comum para a Ciência e a Arquitetura*. Tese de Mestrado, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, datilo.

2.5.5. **Sites:** NOME DO SITE /PONTO/ <endereço eletrônico> /PONTO/ Data de acesso /PONTO.

Exemplo: CÂMARA DOS DEPUTADOS. <www.camara.gov.br>. Acessado entre 20/03 e 15/07 de 2006.

OBS: Pedimos que atentem para o fato de que só devem utilizar nas Referências Bibliográficas as obras citadas no corpo do texto.

IMPORTANTE: Todas as normas não mencionadas neste regulamento deverão seguir o padrão ABNT.